



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



JULIANA AZEVEDO HAMOY

**TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL EM SOURE-PA**

BELEM  
2018

JULIANA AZEVEDO HAMOY

**TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL EM SOURE-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirleide Char Bahia

**BELÉM  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)

---

H228t Hamoy, Juliana Azevedo, 1989-  
Turismo em unidades de conservação e o desenvolvimento local  
em Soure- PA / Juliana Azevedo Hamoy. – 2018.  
199 f. : il. ; 30 cm

Inclui bibliografias

Orientadora: Mirleide Chaar Bahia

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo  
de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018.

1. Turismo – desenvolvimento sustentável. 2. Turismo – Ilha do  
Marajó (PA). 3. Turismo - Unidades de conservação. 3. Turismo -  
Desenvolvimento local. I. Bahia, Mirleide Chaar, oriente. II. Título.

CDD 22. ed. 338.4791098115

---

JULIANA AZEVEDO HAMOY

**TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL  
EM SOURE-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do grau de mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirleide Chaar Bahia

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Conceito: \_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia  
*Orientadora – NAEA/UFPA*

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo  
*Examinador interno – NAEA/UFPA*

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega  
*Examinador externo - Programa de Pós-Graduação em Turismo/UFRN*

Dedico aos meus pais e ao meu João pelo apoio e carinho imprescindíveis nessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, de início e acima de tudo, pela vida, inteligência e perseverança. Agradeço à Ele por todas as experiências que esse estudo me trouxe. Por tudo, dou graças.

A minha família por todo apoio e força que me dão ao longo da minha vida. Aos meus pais, Clemente e Idanise, à quem devo tudo que sou e tenho. Agradeço pelo amor e incentivo em todos os dias, desde a luta para entrar no mestrado até esta etapa da minha vida, e por (quase sempre) entenderem as ausências. Amo vocês e sei que sempre estarão comigo!

Ao meu irmão Thiago e minha cunhada Carla, que me deram o presente mais lindo que ganhei em toda minha vida: o Beny! Mesmo com a distância, os vídeos e fotos dele sempre foram motivos de felicidade, principalmente na reta final desse estudo. Um sobrinho é uma alegria que não cabe no peito!

Ao meu amor João Lima, pelo apoio, ajuda, torcida constante e companheirismo. Que está sempre por perto (mesmo quando viaja), me deu (e dá) força em todas as minhas escolhas. Sem ele, o caminho seria mais difícil. Obrigada por ser meu amigo, companheiro e tudo.

À professora Mirleide Bahia. Por acreditar na minha pesquisa, e por me orientar com confiança, amizade, brincadeiras, discussões e questionamentos necessários para o meu amadurecimento profissional. Agradeço toda a ajuda e colaboração nesse estudo. Dedico grande admiração e carinho!

Ao Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me concedeu a bolsa de estudos, que sem ela a conclusão deste trabalho não teria sido alcançada.

Aos professores do NAEA (em especial prof. Silvio Figueiredo, Prof<sup>a</sup>. Mirleide e Prof. Saint Clair), que mudaram meu pensamento sobre a vida e sobre o modo de ver o mundo. Esses anos me marcaram pra sempre.

À todos os colaboradores do NAEA, (em especial Joseane, José, Alexandre, Wellington..) e à Simone e Sidney da reprografia. Passar pelos corredores e brincar com vocês foi muito bom. Obrigada.

Agradeço à Universidade Federal do Pará e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Instituições que muito me ajudaram nessa caminhada acadêmica, e das quais muito me orgulho em fazer parte

A todos os amigos e colegas “naeanos” por compartilharem comigo seus conhecimentos. De modo particular duas pessoas, a primeira é o amigo Michel Lima, me incentivando e sempre disponível para trocar ideias (acadêmicas ou não). A segunda, uma pessoa que me acompanha desde a especialização, Kássia Farias, que com a parceria na monografia da especialização até as viagens pro Marajó, no campo de nossas pesquisas, se mostrou um exemplo de dedicação. Aos também muito queridos Michelzinho e Benison pelas brincadeiras e cafés no “veropesinho”.

As amigas do coração Letícia Ribeiro, Clarissa Ribeiro, Bianca Ribeiro, Rayssa Sales e Sílvia Oliveira pela alegria, incentivo e ajuda que sempre me deram.

À Thiliane Meguis. Amiga de todas as horas e desesperos, à quem recorria por qualquer motivo, pra rir ou chorar. Parceira de estudo desde a especialização, com tardes de leitura e conversas (produtivas ou não). Obrigada mana! Conseguimos!

À Helena Dóris Barbosa, mais que professora, uma amiga! Obrigada pela participação importantíssima na minha vida, pelas conversas preciosas, pelas oportunidades e pela infinita contribuição no encaminhamento da temática do meio ambiente. Seus conselhos são e sempre serão importantes.

Aos professores da Faculdade de Turismo da UFPA, de modo especial Prof. Paulo Pinto, Vania Nascimento e Diana Sá pela disponibilidade nas conversas e oportunidades de estágio docente que muito contribuíram na minha jornada. Agradeço imensamente.

Aos técnicos da SETUR/PA e da SETUR/Soure (em especial o Michael Assis, sempre simpático e disponível), do IDEFLOR-Bio, do ICMBIO de Soure (Gabi e Andrei, muito obrigada), e Secretaria de Meio Ambiente de Soure, que sempre se dispuseram a me ajudar.

Agradeço aos meus sogros, Iza, Lacerda e Josette, pela torcida e incentivo constante, além do maior presente que me deram, Meu João.

À Aninha, Neguinho e toda a família Chaves, pela acolhida e hospitalidade em Soure. Muito obrigada.

Obrigada também à tia Lu, por emprestar sua casa em Soure para ser nosso QG de pesquisa.

À comunidade de Soure, em especial o Pesqueiro e o Céu. Pessoas a serem admiradas!

A todos aqueles que de algum modo contribuíram para a elaboração deste estudo, especialmente aos que me concederam as entrevistas essenciais para construção da minha argumentação.

A todos meus parentes e amigos, por compreenderem minhas ausências em virtude da elaboração deste estudo.

Muito obrigada!



*“O homem, que deixou de ser escravo da natureza tampouco é o senhor que nele  
imperava, deveria ser o seu vigilante guardião.”*

*Benedito Nunes*

## RESUMO

Esse estudo desenvolve uma análise sobre o turismo como meio de alcance do desenvolvimento local em Unidades de Conservação. O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar o planejamento e a gestão pública do turismo na Unidade de Conservação de Soure, no que se refere a sustentabilidade e ao Desenvolvimento Local. Ressalta-se que Soure faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Marajó, de instância estadual, e no município tem uma faixa de terra como Reserva Extrativista Marinha (RESEX), de instância federal. Como procedimento teórico-metodológico, foram utilizadas bases teóricas sobre Desenvolvimento Sustentável, Turismo em Unidades de Conservação e o Desenvolvimento Local. De cunho qualitativo, esta pesquisa foi realizada a partir de estudos exploratórios combinando o referencial teórico, análise documental de planejamentos públicos com a pesquisa de campo, com observação sistemática e entrevistas semiestruturadas. Foi possível observar a existência de diferenças nos níveis de gestão do município, do estado e da federação, percebendo os interesses e ações distintas para o desenvolvimento local em Soure. A articulação entre os agentes envolvidos na cadeia produtiva do turismo, principalmente do setor público e da comunidade local, reverberam diretamente no modo como a atividade turística se desenvolve desigual em Soure, de modo que os moradores das comunidades da RESEX, sob gestão federal, se mostraram mais envolvidos e articulados do que os moradores da área urbana, sob gestão estadual. A gestão municipal se mostra como coparticipante pontual em processos de gestão e planejamento do turismo em Soure. Esse contexto aponta para algumas dificuldades e desafios, como a integração efetiva entre os agentes públicos, privados e moradores locais, por meio de participação e diálogo efetivo, de modo que os objetivos das unidades de conservação sejam compatibilizados com os interesses do setor privado, dos moradores locais e dos turistas, de modo que todos esses agentes tenham a sensibilização da necessidade de conservação da biodiversidade e do modo de vida local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo - Desenvolvimento Sustentável. Turismo – Ilha do Marajó (PA). Turismo - Unidade de Conservação. Turismo - Desenvolvimento Local.

## **ABSTRACT**

This study develops an analysis about tourism as the way of reaching local development in Conservation Units. The main objective of this research was to analyze the planning and public management of tourism in the Soure Conservation Unit, in terms of sustainability and Local Development. It must be pointed that Soure is part of the State Environmental Protection Area (APA) of Marajó, and in the municipality has a strip of land as a Marine Extractive Reserve (RESEX), which is federal. As theoretical-methodological procedure, theoretical bases were used on Sustainable Development, Tourism in Conservation Units and Local Development. From a qualitative perspective, this research was carried out from exploratory studies combining the theoretical reference, documental analysis of public planning with the field research, with systematic observation and semi - structured interviews. It was possible to observe the existence of differences between the levels of management in the municipality, the state and the federation, perceiving the distinct interests and actions for local development in Soure. The articulation between the agents involved in the tourism productive chain, mainly in the public sector and the local community, reverberates directly in the way that tourism activity develops in a unequal way in Soure, so that residents of RESEX communities, under federal management show themselves more involved and articulated than the residents of the urban area, under the state management. Municipal management shows itself as a timely co-participant in tourism management and planning processes in Soure. This context points to some difficulties and challenges, such as effective integration between public and private agents and local residents, through effective participation and dialogue, so that the objectives of conservation units are compatible with the interests of the private sector, local residents and tourists, so that all these agents be aware of the necessity to conserve biodiversity and the local way of life.

**KEY-WORDS:** Tourism - Sustainable development. Tourism - Conservation Unit. Tourism - Local Development. Tourism – Ilha do Marajó (PA).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Unidades de Conservação na Ilha do Marajó-PA.....	20
Figura 2	Mapa de Soure e suas comunidades.....	21
Figura 3	Comunidade do Céu.....	85
Figura 4	Vila do Pesqueiro.....	86
Figura 5	Casa de Alvenaria na Comunidade do Pesqueiro.....	87
Figura 6	Casa de Artesanato “Pretinho da Bacabeira”.....	88
Figura 7	Curtume do Marajó.....	89
Figura 8	Coreto com motivos marajoara.....	90
Figura 9	Praia do Pesqueiro – Julho/2017.....	91
Figura 10	Praia do Pesqueiro – Novembro/2017.....	91
Figura 11	Praia do Araruna.....	92
Figura 12	Porteira da Fazenda Araruna.....	93
Figura 13	Praia da Barra Velha (com vegetação de mangue).....	93
Figura 14	Porteira da Fazenda Bom Jesus.....	94
Figura 15	Fazenda Bom Jesus.....	95
Figura 16	Porteira da Fazenda São Jerônimo.....	96
Figura 17	Fazenda São Jerônimo.....	96
Figura 18	Quarto na vila do Pesqueiro.....	98
Figura 19	Redário na vila do Pesqueiro.....	98
Figura 20	Coleta de lixo em Soure.....	100
Figura 21	Abordagem direta com usuários.....	113
Figura 22	Abordagem direta com crianças.....	114
Figura 23	Fiscalização do ICMBIO no Pesqueiro.....	115
Figura 24	Banner do ICMBIO no Pesqueiro.....	116
Figura 25	Ação do Projeto “Praias de Soure”.....	117
Figura 26	Banheiro ecológico da praia do Pesqueiro.....	141
Figura 27	Placa informativa do ICMBIO na área urbana de Soure.....	152
Figura 28	Placa informativa na passagem pelo manguezal na praia da Barra Velha.....	153
Figura 29	Campo de relações socioambientais nas Unidades de Conservação em Soure.....	172

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quadro de Entrevistados.....	32
Quadro 2	Diferenças entre RESEX e APA.....	54
Quadro 3	Relações entre fatos históricos mundiais e o desenvolvimento da atividade turística.....	59
Quadro 4	Fases de Relacionamento do Turismo com o Meio Ambiente.....	63
Quadro 5	Benefícios do Turismo em Unidades de Conservação.....	64
Quadro 6	Agentes do Campo de Relações do Planejamento e Gestão Pública do Turismo em Soure.....	104
Quadro 7	Princípios para o TBC e UC.....	111

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASSUREMAS	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure
ASMMEP	Associação das Mulheres e Moradores Extrativistas da Vila do Pesqueiro
ASMUPESQ	Associação de Mulheres do Pesqueiro
AMPOC	Associação dos Moradores do Povo do Céu
ATC	Associação de Turismo no Marajó
CC	Capacidade de Carga
CTUR	Conselho Nacional de Turismo
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CADASTUR	Cadastro Nacional do Turismo
EIA/RIMA	Estudos de Impactos Ambientais/Relatórios de Impactos do Meio Ambiente
FLONA	Floresta Nacional
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLOR-Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
LOA	Lei Orçamentária do Pará
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
PNT	Plano Nacional do Turismo
PARNAS	Parque Nacional
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PPA	Plano Pluri Anual
POA	Plano Operacional Anual
PQTUR	Programa de Qualificação Profissional do Turismo
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
ROVAP	Rango de Oportunidades para Visitantes em Áreas Protegidas
RPPN	Reserva Particular e do Patrimônio Natural
SEMMA/Soure	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Soure
SEMAS/PA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SETUR/PA	Secretaria de Estado de Turismo do Pará
SETUR/Soure	Secretaria Municipal de Turismo de Soure
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UICN	União Internacional pela Conservação da Natureza

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>	<b>38</b>
<b>3.1</b>	<b>A contradição do desenvolvimento sustentável</b>	<b>40</b>
<b>3.2</b>	<b>A preocupação ambiental e o surgimento das unidades de conservação</b>	<b>49</b>
<b>4</b>	<b>TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>	<b>58</b>
<b>4.1</b>	<b>O turismo e suas perspectivas</b>	<b>58</b>
<b>4.2</b>	<b>Turismo em unidades de conservação</b>	<b>63</b>
<b>4.3</b>	<b>Planejamento e gestão pública do turismo</b>	<b>66</b>
<b>4.4</b>	<b>O desenvolvimento local por meio do turismo</b>	<b>72</b>
<b>5</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, FÍSICO-TERRITORIAL E SOCIOECONOMICA DO MARAJÓ E ASPECTOS TURÍSTICOS DE SOURE</b>	<b>78</b>
<b>5.1</b>	<b>Aspectos históricos do Marajó</b>	<b>78</b>
<b>5.2</b>	<b>Aspectos físico-territoriais do Marajó</b>	<b>81</b>
<b>5.3</b>	<b>Aspectos socioeconômicos do Marajó</b>	<b>81</b>
<b>5.4</b>	<b>Aspectos turísticos do Marajó: recorte sobre Soure e suas comunidades</b>	<b>83</b>
<b>6</b>	<b>PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO EM SOURE</b>	<b>103</b>
<b>6.1</b>	<b>Planos, programas e projetos de turismo em Soure</b>	<b>105</b>
<b>6.2</b>	<b>A gestão do turismo, o setor privado, os visitantes e os visitados</b>	<b>120</b>
<b>6.2.1</b>	<b>Gestão pública do turismo</b>	<b>121</b>
<b>6.2.2</b>	<b>Setor privado</b>	<b>144</b>
<b>6.2.3</b>	<b>Visitantes</b>	<b>150</b>
<b>6.3</b>	<b>Desafios do turismo nas Unidades de Conservação em Soure: o campo das relações socioambientais</b>	<b>170</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>175</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>181</b>
	<b>APÊNDICE A</b>	<b>193</b>
	<b>APÊNDICE B</b>	<b>194</b>
	<b>APÊNDICE C</b>	<b>195</b>
	<b>APÊNDICE D</b>	<b>196</b>
	<b>ANEXO A</b>	<b>197</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente observa-se uma grande apreensão em relação ao meio ambiente, principalmente com os efeitos do surgimento da civilização industrial, na qual foram introduzidas novas práticas no uso dos bens naturais. A revolução industrial, que iniciou no século XVIII, teve suas bases alicerçadas nas dimensões da natureza, do capital e do trabalho e, posteriormente, em meados do século XX, o acréscimo da tecnologia para potencializar o modo de produção capitalista. Somados a esses fatores, houve um crescimento qualitativo e quantitativo no processo de industrialização, em consequência disso, surgiram consideráveis danos ambientais em nível mundial, além do distanciamento entre o ser humano e a natureza.

Esse quadro de prejuízos socioambientais foi de grande influência na inquietação de estudiosos sobre o tema e na possibilidade de elaboração de propostas de mudança no modo de pensar o modelo de desenvolvimento, se ampliando em nível global, incluindo os aspectos econômicos, ambientais e a participação social. Essa proposta foi acompanhada por considerável complexidade: a existência de diferentes atores (grupos sociais, instituições, gestores, pesquisadores) que, direta ou indiretamente, exercem influência na gestão para o desenvolvimento de uma área.

Simultaneamente à repercussão mundial sobre as questões socioambientais, surge a preocupação dos cuidados com o meio ambiente e o apoio de movimentos e Organizações Não-Governamentais (ONG) quanto à preservação da natureza e a necessidade de sensibilização dos valores socioambientais, a partir do seu uso racional, quanto à sustentabilidade. A afirmação da importância da natureza, surgida em diferentes instâncias da sociedade, exigiu uma atenção maior do poder público, a qual se deu com a criação de áreas naturais com uso regulamentado, a partir de políticas públicas. Nessas áreas, denominadas de Unidades de Conservação<sup>1</sup> (UC), dentre as alternativas de uso público, está o turismo, como atividade potencialmente geradora de divisas, capaz de proporcionar novas experiências e possibilitar o surgimento de uma sensibilização sobre o meio ambiente e a cultura local.

---

<sup>1</sup> Unidades de Conservação são espaços territoriais, com relevantes características naturais, que têm a função de garantir a existência de diferentes comunidades, *habitats* e diversidade de fauna e flora, resguardando o patrimônio biológico existente (BRASIL, 2000). O conceito será melhor aprofundado posteriormente.

Discorrer sobre o turismo em UC requer um olhar diferenciado, voltado não apenas para as características econômicas e/ou administrativas da atividade, mas também considerar aspectos associados à sociedade e ao meio ambiente, a fim de minimizar seus efeitos negativos.

Em se tratando da atividade turística em UC, há um grande desafio no que se refere ao processo de planejamento e de gestão pública, que tem como finalidade compatibilizar os ideais de uma área natural a ser conservada, os interesses dos visitantes e o envolvimento da comunidade local (quando é permitido o Uso Público<sup>2</sup>). A criação de uma UC transforma o espaço de vivência das comunidades em áreas legalmente protegidas, inserindo uma nova lógica de organização espacial para os moradores locais, do entorno e visitantes. Esse novo contexto deve incluir uma gestão diferenciada, com normas e regras elaboradas em conjunto com o envolvimento da comunidade local a qual pode ser em nível federal, estadual ou municipal.

No Brasil existem cerca de 2.071 UC<sup>3</sup> (BRASIL, 2017a), das quais 961 são federais, 864 são estaduais e 246 são municipais. Dentre as de nível estadual está o arquipélago do Marajó, localizado ao norte do Estado do Pará, foco desta pesquisa.

O Marajó, situado na região amazônica, dispõe de expressivos recursos naturais e grande diversidade de fauna e flora. É o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo, bem como a maior Área de Proteção Ambiental<sup>4</sup> (APA) de uso sustentável já instituída na costa norte do Brasil (PARÁ, 2017). O Marajó foi instituído como APA pelo Governo do Estado do Pará em 1989<sup>5</sup>. O reconhecimento dos recursos ecológicos, paisagísticos e culturais ali encontrados resultou em sua instituição como UC e tem sua gestão executada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (PARÁ, 2017a)<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> Nelson (2012, p. 215), apresenta a utilização das UC pelo público dizendo que é “uma maneira de aproximar as pessoas da natureza enquanto gera renda para sua conservação e para seus moradores e os do entorno”.

<sup>3</sup> Informação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), que tem por objetivo disponibilizar informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), além de apresentar as características gerais de cada UC do país (BRASIL, 2017a).

<sup>4</sup>A Área de Proteção Ambiental é uma área geralmente de território extenso, com ocupação humana dotada de relevantes atributos estéticos, ecológicos, culturais, os quais são necessários para a qualidade de vida e bem-estar das comunidades humanas, e objetiva proteger os atributos naturais. (BRASIL, 2000).

<sup>5</sup> De acordo com o artigo 13 §2º da Constituição do Estado do Pará, decretado em 05/10/89 sob responsabilidade da extinta Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) – atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA) (PARÁ, 2007).

<sup>6</sup> Até 2014 a SEMAS foi responsável pela administração das UC do Estado, mas a partir de 2015, a gestão e atividades foram repassadas ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade

A APA do Marajó tem como principais objetivos a elaboração e execução do zoneamento ecológico para a conservação da biodiversidade, busca o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da comunidade marajoara, além da preservação de espécies ameaçadas de extinção e de amostras representativas dos ecossistemas, e como possibilidade de implementação de projetos de pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo (PARÁ, 2017a).

Outro aspecto considerado significativo para a regulamentação de uso ambiental no Marajó é o relevante fluxo turístico<sup>7</sup>, desde meados de 1970, onde a atividade foi valorizada no intuito de alcançar o desenvolvimento econômico na região. No Marajó existem municípios com particularidades próprias e com fluxos maiores ou menores de turistas, o que influenciou o aumento de investimentos públicos estaduais para a região. Na década de 1980, percebeu-se um processo de melhoria na infraestrutura de setores do turismo, com a construção de hotéis e restaurantes, com parcerias entre o poder público e as agências de viagem e ações que viabilizassem o fomento da atividade para o Marajó (FIGUEIREDO, 1999a).

No interior do arquipélago existem outras UC de uso sustentável (figura 01). Dentre estas, faz-se destaque para o município de Soure (figura 02), *lócus* desse estudo, que tem significativa relevância turística, e que tem a especificidade de ter uma área de Reserva Extrativista<sup>8</sup> Marinha <sup>9</sup>(RESEX), denominada Reserva Extrativista Marinha de Soure, de instância federal, a qual está sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)<sup>10</sup>.

---

do Estado do Pará (IDEFLOR – Bio) com o objetivo de se adequar à Lei Federal N° 11.284, de 02 de março de 2006, de Gestão de Florestas Públicas.

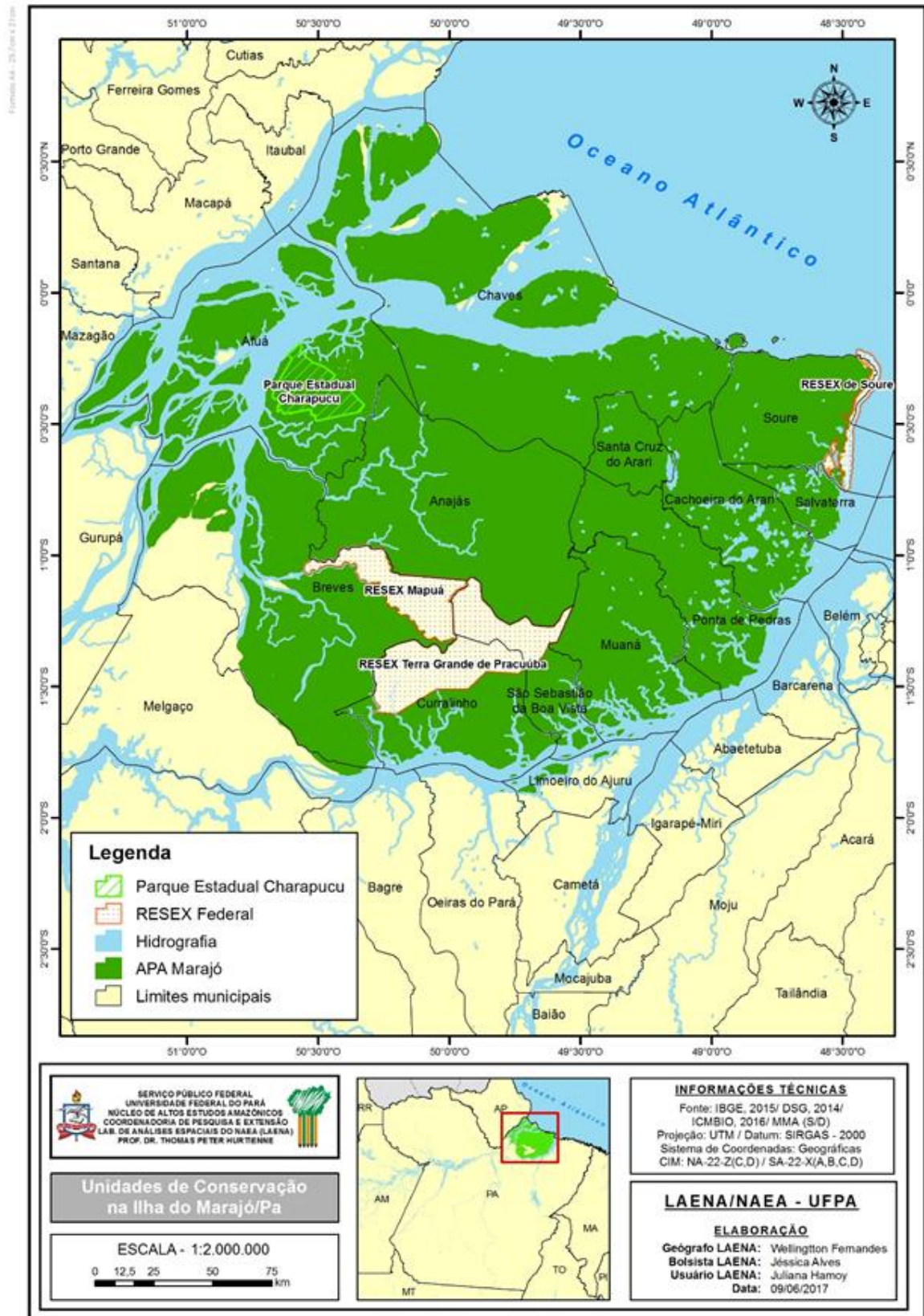
<sup>7</sup> Em 2015, o fluxo para o Marajó foi de cerca de 70.000 visitantes (FUNDAÇÃO, 2016).

<sup>8</sup> Reserva Extrativista é uma Unidade de Conservação utilizada por comunidades extrativistas tradicionais, que têm sua subsistência baseada na extração e agricultura de subsistência, além da criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos proteção dos meios de vida a cultura dessas comunidades (COSTA, 2002).

<sup>9</sup> Ainda que a faixa de terra litorânea de Soure seja uma RESEX Marinha, nesse estudo será mencionado como “RESEX de Soure”.

<sup>10</sup> O ICMBIO é uma autarquia do Ministério do Meio Ambiente (MMA) responsável pela gestão de UC federais.

Figura 01 – Mapa de Unidades de Conservação na Ilha do Marajó-PA



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais do NAEA – Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne, 2017.

**Figura 02 – Mapa de Soure e suas comunidades**



**Fonte:** Laboratório de Análises Espaciais do NAEA – Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne, 2018.

Soure é considerada a “capital do Marajó”, sendo um dos municípios que tem relevante “apelo turístico” e, portanto, foi escolhida pela Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR/PA), como um dos destinos marajoaras mais consolidados para receber investimentos públicos e fomentos para o desenvolvimento do turismo

no Marajó. Além disso, em estudo realizado pelo ICMBIO, em 2014 e 2015, a RESEX no interior de Soure aparece como uma das dez UC mais visitadas do país (BRASIL, 2016). Porém, é necessário verificar como tem se dado o planejamento e a gestão pública do turismo para o desenvolvimento local da região, principalmente por ser uma UC.

Diante deste contexto, o problema de pesquisa desse estudo é verificar como se dá o Planejamento e a Gestão Pública do Turismo nas Unidades de Conservação em Soure, no que se refere à sustentabilidade e ao Desenvolvimento Local? Na busca por respostas a tal questão, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o Planejamento e a Gestão Pública do Turismo nas Unidades de Conservação em Soure, no que se refere à sustentabilidade e ao Desenvolvimento Local. Para alcançar esse objetivo geral, foram estipulados quatro objetivos específicos:

- Identificar nos planos, programas e projetos de turismo, nos quais Soure é citada, se existem ações específicas relacionadas a cuidados socioambientais com as características das UC;
- Verificar se essas ações específicas reverberam de alguma forma nos residentes de Soure;
- Analisar como a cadeia produtiva local se articula para o desenvolvimento do turismo em Soure;
- Verificar se há participação da comunidade local integrada ao setor público, nas ações implementadas (diálogo, oficinas, fiscalização).

Para guiar a construção de um conhecimento científico, propõe-se a hipótese de que o planejamento e a gestão pública do turismo na Unidade de Conservação de Soure não são direcionados e regidos no que se refere a sustentabilidade e o desenvolvimento local e também não há integração eficaz entre a cadeia produtiva do turismo no local.

Ressalta-se aqui que a importância em estudar o município de Soure se deu justamente pela relevância turística para o cenário estadual e federal, e pela sobreposição de Unidades de Conservação (APA e RESEX). Essa sobreposição de UC influencia no uso público do espaço, principalmente quanto às restrições, que

variam dependendo da categoria de UC. Outro fator relevante para a escolha de Soure é que a gestão perpassa pelas três instâncias de governo (município, estado e federação), de duas temáticas diferentes: meio ambiente e turismo. Nesse sentido, há uma série de questões que devem ser investigadas, as quais estão elencadas nos objetivos específicos desse estudo. Para melhor entendimento dos pontos a serem percorridos nessa pesquisa, utilizar-se-á “UC em Soure” para fazer referência ao município como incluso na APA Marajó e sua faixa de terra, a RESEX.

O interesse em estudar o turismo em UC se deu, primeiramente, em função da formação da pesquisadora como Turismóloga. Como pesquisadora do turismo, por meio de visitas à UC de Soure, observou-se a presença da atividade turística fortemente ativa no lugar, apesar de ser uma área natural protegida, a qual exige atenção quanto aos cuidados socioambientais. Foi então que surgiu a inquietação quanto à problemática acima, pois em se tratando de uma UC, foi instigado o interesse sobre o assunto para verificar a atividade turística na UC de Soure, a partir da gestão pública e do planejamento, na busca pelo desenvolvimento local, além do questionamento sobre o envolvimento dos três setores (moradores locais e setores público e privado) da cadeia produtiva do turismo.

No que concerne à relevância acadêmica, espera-se que o estudo do planejamento e gestão pública do turismo em Soure, compreenda como a atividade turística é regida em uma UC no estado do Pará. A construção desse conhecimento científico pode também contribuir com as várias obras acadêmicas<sup>11</sup> já concluídas na área do tema proposto e fornecer dados que possam colaborar com a produção científica na Amazônia.

A análise do planejamento e gestão pública do turismo na UC de Soure tem relevância social no sentido de pesquisar a realidade local, auxiliar com novos estudos sobre o Uso Público da mesma, e fornecer informações para o poder público e para a população acerca da realidade socioambiental quanto ao desenvolvimento do turismo. Assim, espera-se com o estudo apresentado, contribuir com o processo de construção de novos olhares sobre a região amazônica e, mais especificamente, sobre a Soure.

Para o aporte teórico buscou-se na literatura, conceitos que dessem base para discorrer sobre a problemática deste estudo, como questões sobre o Desenvolvimento

---

<sup>11</sup> Estudos como os de Figueiredo (1999a, 1999b), Quaresma (2003), Pinto (2006), Gomes (2007) e Alberto (2010), abordam acerca da temática na Amazônia.

Sustentável e o Uso Público (mais especificamente o turismo) em UC, pois ambas as categorias são importantes para auxiliar no debate com as perspectivas teóricas sobre planejamento e a gestão pública do turismo.

Para abordar a temática do Desenvolvimento Sustentável, percebe-se que este é um termo controverso, pois não se trata apenas da inclusão das dimensões ambiental, social e econômica para garantir uma ação sustentável, e para entender tal debate, utiliza-se obras de Ignacy Sachs (1986, 1993), Enrique Leff (2007, 2010) e de Marcionila Fernandes e Lemuel Guerra (2006).

Na perspectiva do Uso Público em UC, utiliza-se Sherre Nelson (2004, 2012), e Antônio Carlos Diegues (2000), que trazem discussões acerca da problemática ambiental e do equilíbrio entre a preservação e a permanência da população local nestas áreas. Utiliza-se ainda algumas indicações técnicas, as quais apontam as restrições quanto ao uso dessas áreas protegidas.

Para discorrer sobre a categoria do Turismo, utiliza-se Dóris Ruschmann (1997), Figueiredo e Nóbrega (2015) e Figueiredo (1998, 1999a, 1999b). Este último possui várias produções (FIGUEIREDO 1998, 1999a, 1999b, 2000) sobre a atividade turística na Amazônia, e sobre o turismo e meio ambiente em Soure.

Para embasar a discussão sobre o planejamento do turismo, optou-se pelos autores Carlos Matus (1989) e Reinaldo Dias (2003a, 2003b), que abordam o planejamento de modo geral, e o planejamento do turismo, respectivamente.

Para o estudo acerca do planejamento, utiliza-se a gestão pública, a partir da perspectiva de Acerenza (2002), que trata da questão relativa à administração pública da atividade turística, compreendendo que o planejamento é indissociável das políticas públicas.

Outra categoria debatida é o conceito de participação, a partir de Bordenave (1994). O autor faz um paralelo da participação com as fases do planejamento e ressalta as dicotomias e conflitos existentes no processo participativo para a elaboração de um planejamento.

Nesta pesquisa, optou-se por uma organização de seções, comentadas a seguir.

Para a caminhada dessa pesquisa, foram adotados alguns procedimentos metodológicos que estão descritos na primeira seção, onde estão apresentadas a



abordagem, o direcionamento de análise, as técnicas de pesquisa e a descrição da pesquisa de campo.

A segunda seção discorre sobre o Desenvolvimento Sustentável e as contradições existentes no tema, com debates de pesquisadores que trouxeram contribuições relevantes para a compreensão do termo e para as reflexões sobre o modelo de desenvolvimento vigente na sociedade pós-industrialização, considerando o contexto de efeitos negativos gerados pela ação humana em busca de sua sustentação, e o surgimento da preocupação com o meio natural.

A partir de um olhar crítico sobre desenvolvimento, do modelo de produção, e da noção de progresso e suas consequências para o meio ambiente e a sociedade, estão expostas na terceira seção algumas noções de Turismo e suas possibilidades com enfoque em UC, e discorrendo acerca do planejamento e da gestão pública e como ambos devem estar integrados no ensejo pelo desenvolvimento local de uma comunidade.

A caracterização do *locus* desse estudo está disposta na quarta seção, onde há uma contextualização sobre a APA Marajó, com maior enfoque no município de Soure, destacando a particularidade da sobreposição de categorias de UC de uma APA estadual e ter uma faixa de terra como RESEX federal, com gestão em esferas diferentes, além de expor a respeito da atividade turística no local.

Na quinta seção, a abordagem é direcionada ao planejamento e à gestão pública do turismo em Soure, apontando os agentes envolvidos nesse campo relacional e demonstrando o papel que os agentes assumem na sociedade. São descritos os documentos que guiam o planejamento e a gestão pública do turismo e expostos os resultados e análises obtidas a partir da pesquisa de campo.

Por fim, na última seção, são expostas as considerações finais e propostas decorrentes da pesquisa sob o objeto de estudo, tomando como referência os objetivos geral e específicos, afim de revisitar as questões iniciais que deram origem a esse estudo para consolidar ou não a hipótese elaborada inicialmente.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pensar a sociedade e o meio ambiente é algo que exige significativas reflexões, principalmente sobre as formas de conhecimento das práticas sociais. Não apenas considerando os aspectos subjetivos dos indivíduos, mas também observando as infinitas e heterogêneas realidades existentes. A ciência e os conhecimentos por ela produzidos existem para tentar explicar a vida e o mundo em que se vive.

Para Dencker (1998, p. 121), metodologia é “a maneira de realizar a busca do conhecimento desejado de forma racional e eficiente”. Para que os saberes produzidos a partir da ciência tenham validade é indispensável que essas produções sejam acompanhadas de procedimentos científicos. Para a pesquisa científica, as sistematizações vão além do campo sensorial, se apoiando em inferências, teorias, conceitos, hipóteses, métodos e técnicas. Na busca dos objetivos almejados nessa pesquisa, foram utilizados alguns passos metodológicos

Ao se tratar das ciências sociais, há uma necessidade latente de abrangência acerca do contexto que determinado fato está inserido. É interessante, então, que para entender o objeto de estudo da ciência, o pesquisador se proponha a compreender o conjunto de realidades que compõem aquele objeto, independente de uma área específica. A interdisciplinaridade permite um novo nível de interação e abandono dos caminhos da racionalidade tradicional (JAPIASSÚ, 1976).

A abordagem utilizada neste estudo tem um caráter interdisciplinar e pode colaborar com o conhecimento humano, o qual está em permanente mudança. A interdisciplinaridade deve ser vista como uma raiz, a partir das quais diferentes áreas da ciência se complementam, possibilitando uma conexão de conhecimentos, pois estudar uma área de modo isolado pode significar uma limitação da ciência. Existem conhecimentos científicos e/ou empíricos se completam, colaborando com o surgimento de novos questionamentos e, por consequência, de novas respostas que deem subsídios às pesquisas. Pensar a interdisciplinaridade significa compreender que nenhuma ciência está isolada da outra e que convergências e divergências entre as áreas são necessárias.

Para compreender os aspectos subjetivos envolvidos no estudo proposto, bem como pela construção científica na coleta de dados, optou-se pela pesquisa de cunho qualitativo, a qual apresenta algumas características:

- a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- b) Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- c) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- d) O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
- e) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-13).

Como modo de compreender as relações existentes na realidade estudada, foi utilizado o conceito de campo, proposto por Pierre Bourdieu (1983). Isso porque considera-se que as ações humanas resultam de um contexto construído, que posiciona o indivíduo no mundo social. A sociedade é resultado complexo da vida em coletividade, e é importante então evidenciar a intervenção da sociedade sobre o indivíduo, pois são as relações sociais que explicam os comportamentos humanos.

O campo social é um espaço de arranjos (não necessariamente um espaço geográfico), no qual os agentes ocupam posições nas relações sociais. Essas relações (construídas simbolicamente), que formam os campos, estão interligadas às posições, a partir do contexto socialmente construído. Assim, campos são:

[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas) (BOURDIEU, 1983, p. 89).

O campo é um espaço de relações com parcerias e confrontos, colaboração e concorrência entre os agentes sociais com interesses específicos em determinadas circunstâncias. Entende-se que o pensamento de Bourdieu baseia-se na ideia da existência de estruturas que são frutos da vida social e que moldam os indivíduos. Circunstâncias que na sociedade considera-se como naturais são, na verdade, o que Bourdieu (1983) chama de *habitus*, as manifestações humanas socialmente adquiridas/construídas. É necessária então a construção de um saber científico que tenha como base um pensamento crítico e reflexivo na coleta e interpretação dos dados.

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotados de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Cada campo é formado por sujeitos que possuem força e poder, e para que o campo se mantenha, é necessário que os sujeitos envolvidos possuam também algum capital específico (econômico, social etc.), para que consigam também, mesmo que minimamente, influenciar o campo, de modo que quanto mais capital específico os sujeitos acumularem, maiores são as possibilidades de influenciar o campo. Nesse sentido, é importante afirmar que como as mudanças são constantes, não há posição definitiva.

No que tange tratar sobre a gestão pública, o planejamento e a participação, é inviável separar essas categorias das noções de poder e dominação, intrínsecas à vida social, às quais são carregadas de simbolismos. A escolha por esse método se deu pela possibilidade de reflexão dos campos relacionais que surgem a partir desses processos sociais, no caso, o turismo em UC bem como as relações entre o setor público (que deve organizar a atividade), o setor privado e moradores locais (e seus interesses particulares).

Para compreender e analisar o planejamento e a gestão pública do turismo na UC Soure, no que tange à sustentabilidade e ao desenvolvimento local da UC, Bourdieu (1983) auxilia a situar os agentes envolvidos no campo das disputas sociais, a partir do momento de transformação do espaço, em que surgem novas situações/normas de uso (a existência de uma UC) e precisam ser reajustadas.

Uma questão relevante para a escolha desse método de análise, baseado em Bourdieu, se justifica pela importância de considerar o modo como o indivíduo compreende o mundo em que vive. De modo que, considerando o *modo de vida* existente em uma comunidade como Soure, seja possível incluir sua percepção quanto ao uso do meio natural e as influências que a atividade turística pode ter nessa cidade. Ressalta-se, em especial, o envolvimento da comunidade por compreender que a partir de um histórico de conflitos entre os moradores locais de Soure e demais sujeitos, essa comunidade tenha acesso mais limitado ao capital específico, o que acaba restringindo sua influência no campo de relações.

O campo relacional de uma UC pode alterar os modos de atuação dos agentes entre si e com a natureza. Assim, o estilo de vida dos moradores locais pode ser

modificado, bem como o modo de utilização dos espaços, no intuito de controle do uso dos recursos naturais. Para entender a dinâmica desse campo relacional, Soure se mostra como um espaço de interesses e tensões que refletem e influenciam as relações sociais, culturais, ambientais e políticas.

O campo relacional criado na UC de Soure tem quatro agentes principais: os representantes do setor público (que teoricamente almejam o chamado Desenvolvimento Sustentável); o setor privado, com a busca por mais fluxo de turistas e, conseqüentemente, mais renda; a comunidade local com suas racionalidades socioculturais construídas a partir de um contexto de relações com a natureza; e os turistas (também com suas expectativas e interesses).

As técnicas metodológicas utilizadas para a busca dos resultados dessa pesquisa foram: Pesquisa Bibliográfica a qual teve como principal objetivo o levantamento das bibliografias relevantes da área estudada (livros, teses, dissertações, artigos, anais de Seminários / Congressos, *sites da internet*, entre outros) e foi realizada nas Bibliotecas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA; Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará – UFPA, e em outros locais onde foi possível o acesso aos dados bibliográficos necessários. A pesquisa bibliográfica inicial teve como temas principais: o Desenvolvimento Sustentável, o Uso Público em Unidades de Conservação, a Gestão Pública, o Planejamento, o Turismo e o Desenvolvimento local. A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza, a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

A pesquisa documental teve como base a exploração de documentos oficiais. Esta fase teve como pressuposto a busca por documentos existente em Órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Inventário da Oferta Turística do município, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDTIS, Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, memórias das reuniões do conselho e projeto “Praias de

Soure”), os quais têm como competência e responsabilidade o planejamento e a gestão pública do turismo em Soure.

Segundo Cellard (2008), a análise documental é uma fonte fundamental para pesquisadores das ciências sociais. Isso porque os documentos acrescentam uma extensão de tempo à compreensão da sociedade. Ou seja, os documentos fornecem dados de acordo com seu período de elaboração e podem funcionar como uma “máquina do tempo”, de modo que se pode ter a compreensão do social.

Porém, os documentos escritos devem ser analisados com muita atenção, pois como o autor informa, deve-se “[...] desconfiar de inúmeras armadilhas” (CELLARD, 2008, p. 296), como a credibilidade e sua representatividade. Ressalta-se que “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor” (HELDER, 2006, p. 2), portanto, são fontes primárias que foram analisadas e utilizadas no decorrer da pesquisa em conjunto com dados bibliográficos, e dados da pesquisa de campo.

A Pesquisa de Campo possibilitou a integração dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e documental, pois “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos” (JOSÉ FILHO, 2006, p. 64). Fazer pesquisa não é um ato isolado, mas sim a atitude de investigar o desconhecido e, portanto, é necessário o contato entre o pesquisador e o contexto a ser estudado. Para Gonçalves (2001), a pesquisa de campo é uma técnica que busca a informação diretamente com a comunidade pesquisada, e exige do pesquisador um encontro direto. Para isso, o pesquisador deve ir ao local onde o fenômeno ocorre e acumular e documentar um conjunto de informações e fatos.

Foram realizadas quatro visitas a campo, as quais tiveram a duração média de uma semana. A quantidade de visitas ao *lócus* foi definida a partir de parâmetros quanto ao tempo de deslocamento, ao investimento da pesquisa e à quantidade de entrevistados, além da necessidade de observar as especificidades do contexto local. O local da pesquisa foi limitado ao município de Soure e as Comunidades do Céu e da Vila do Pesqueiro. O critério para a escolha dessas comunidades é pelo fato de ambas possuírem algum grau de estruturação para a atividade turística. O deslocamento para o *lócus* de pesquisa possibilitou que se tivesse uma percepção não apenas dos turistas em Soure, mas também compreender, de modo mais amplo,

a dinâmica do local e o contexto no qual a atividade turística acontece nesse município.

Para essa compreensão, foi utilizada a técnica de observação sistemática, a qual é realizada de modo direcionado para responder aos propósitos pré-estabelecidos (MENEZES E SILVA, 2005). Foi verificado, nos períodos de baixa e alta temporada, as seguintes especificidades: o fluxo de turistas/visitantes, as formas de turismo (massivo ou não), a poluição e fiscalização (quanto ao acesso de veículos nas praias, restrições de uso e acesso, etc.).

Durante o estudo e visitas a Soure, foi produzido o diário de campo, para registro de todas as situações da pesquisa que, posteriormente, ajudaram na composição do trabalho escrito. O diário de campo é um instrumento ao qual pode-se recorrer em qualquer momento da rotina da pesquisa. As percepções, questionamentos e informações que não puderam ser coletados com o uso de outras técnicas foram anotadas no diário de campo, o qual auxiliou a pesquisadora na construção dos detalhes mais subjetivos dos diferentes momentos da pesquisa, e foi um recurso indispensável para compreender melhor o espaço social pesquisado. Por mais que fossem utilizados gravadores, questionários e outros métodos indispensáveis, esses não registrariam as circunstâncias subjetivas entre os envolvidos e o objeto de estudo (VENANCIO; PESSOA, 2009). Tais dados ajudaram na contextualização do ambiente estudado, sendo possível compreender melhor a realidade local.

Na coleta de dados em campo também foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas (apêndices 01, 02, 03 e 04). Segundo Marconi e Lakatos (2003), a entrevista é o encontro entre duas pessoas, com o objetivo de que uma delas obtenha informações acerca de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza informal, que se guia por um roteiro cuidadosamente pré-elaborado.

A técnica de entrevista semiestruturada foi escolhida pela possibilidade das questões serem, geralmente, especificadas previamente, com um roteiro, porém o pesquisador tem liberdade para ir além das perguntas iniciais (MAY, 2004). Isso permite que seja possível uma sondagem além das respostas dos entrevistados, formando um diálogo, sendo importante considerar a possibilidade de intercalar as questões direcionadas do roteiro com argumentações mais abrangentes. As

entrevistas foram realizadas com quatro categorias de entrevistados, as quais estão dispostas no quadro 01:

**Quadro 01 - Quadro de Entrevistados.**

<b>CATEGORIA</b>	<b>ENTREVISTADO</b>	<b>OBJETIVO</b>
<b>Gestores Públicos</b>	Responsável do Instituto de Desenvolvimento florestal e da biodiversidade pela Área de Proteção Ambiental do Marajó do	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar se as ações de Turismo são direcionadas às questões socioambientais;</li> <li>• Compreensão do Turismo em UC;</li> <li>• Existência de espaço para o envolvimento da iniciativa privada e da moradores locais no processo de gestão da APA no que tange ao Turismo;</li> <li>• A partir do envolvimento, verificar como são recebidas e incluídas as questões propostas pela iniciativa privada e moradores locais no planejamento local, e se existe algum tipo de triagem dessas propostas.</li> </ul>
	Responsável da Secretaria de Estado de Turismo por ações no Polo Marajó	
	Responsável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Soure.	
	Responsável do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade de Soure.	
	Responsável da Secretaria Municipal de Turismo de Soure.	
	Gestores públicos que participem do Conselho Gestor de Soure.	
<b>Iniciativa Privada</b>	Representante dos meios de hospedagem.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direcionamento dos agentes privados quanto à sustentabilidade de sua atividade e o repasse dessa informação para os turistas;</li> <li>• Pesquisar se há o entendimento que esse destino turístico é uma UC.</li> </ul>
	Representante de Fazenda que trabalhe com turistas	
	Condutor de turismo local.	
<b>Comunidade local</b>	Moradores locais da RESEX e APA (limitada ao município de Soure)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração entre os agentes envolvidos da cadeia produtiva do Turismo.</li> <li>• Averiguar quais as mudanças identificadas pelos moradores da UC, após sua instituição.</li> <li>• Identificar se há algum acompanhamento pelo setor público para com os moradores quanto às restrições de uso.</li> </ul>
	Participantes do Conselho Gestor da APA e da RESEX	
	Participantes da Associação de Turismo no Marajó	
	Participantes da Associação das Mulheres e Moradores da Vila do Pesqueiro.	
<b>Visitantes</b>	Turistas do Estado do Pará e de outros estados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar se é de conhecimento dos visitantes quanto à APA do Marajó e RESEX de Soure</li> </ul>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar sua percepção sobre a atividade turística no local e os cuidados que devem (ou deveriam) ter em uma UC.</li> <li>• Verificar como o visitante avalia a infraestrutura turística de Soure.</li> </ul>
--	--	---

**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

Os entrevistados da esfera executiva do setor público foram escolhidos baseados na premissa de Jaccoud e Mayer (2008), que afirmam que o entrevistado deve ser alguém que possua conhecimentos específicos, fato que permite ligar os universos simbólicos. Desta maneira, foram entrevistados gestores que exercem cargos de responsabilidade quanto à temática estudada, de modo que as informações coletadas fossem a partir das vivências e experiências de pessoas que estão envolvidas mais diretamente com as ações que são planejadas e praticadas em Soure. Foram entrevistados 6 técnicos de órgãos públicos, conforme o quadro 01, e as entrevistas aconteceram nas mesmas instituições nas quais esses agentes exercem suas atividades.

Para as entrevistas com os visitantes, foi utilizado o critério de acessibilidade (VERGARA, 2005), que se caracteriza pela facilidade de acesso para responder as questões. As entrevistas foram realizadas no porto de Soure, no embarque e desembarque de passageiros de fora do Marajó, nas praias do Pesqueiro e da Barra Velha, e no Posto de Informações Turísticas, localizado na Secretaria Municipal de Turismo de Soure, tendo sido entrevistados 16 turistas oriundos de Belém e de outros Estados brasileiros nos meses de julho/2017 e novembro/2017.

Para as entrevistas com os moradores locais, foi utilizado também o critério da acessibilidade (VERGARA, 2005), onde os sujeitos entrevistados são selecionados a partir do acesso do pesquisador, admitindo que esses entrevistados possam representar de algum modo os universo estudado. Foram entrevistados 22 moradores de Soure, dentre os quais 6 eram da Comunidade do Céu, 8 da Vila do Pesqueiro e 8 da área urbana de Soure. Entre os entrevistados da Vila do Pesqueiro, estão duas líderes da comunidade, que têm percepções diferentes, colaborando para deixar mais aparente o conflito existente no local. As entrevistas foram realizadas nas residências dos próprios entrevistados.

Ainda utilizando o critério da acessibilidade (VERGARA, 2005), no setor privado foram entrevistados 6 agentes, organizados entre 3 representantes de hotéis da área

urbana de Soure, 1 condutor de turismo local, 1 representante de uma agência de receptivo em Soure e 1 representante de uma fazenda que realiza passeios. As entrevistas aconteceram nos locais em que estes agentes atuam, respectivamente em hotéis, na residência do guia, e na fazenda São Jerônimo.

Observa-se que foi solicitado que os entrevistados assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é um documento de concessão de informações do entrevistado. O TCLE é um meio de proteção para o pesquisado e para o pesquisador, pois ambos estão assumindo responsabilidades quanto aos dados. O documento tinha informações acessíveis ao pesquisado e foi disponibilizado em duas vias, uma entregue ao pesquisado e outra em posse do pesquisador, ambas devidamente assinadas pelos dois (DALLARI, 2008).

Ressalta-se também a importância do cadastro deste estudo, o qual foi realizado pelo Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade (SISBIO) (anexo 01), indispensável em pesquisas científicas realizadas em Unidades de Conservação Federal, as quais envolvam estudos socioambientais ou observação e gravação de imagem.

Após a realização das entrevistas, as informações foram transcritas, a fim de que os dados fossem utilizados de modo autêntico. Esse método foi escolhido porque, como afirma May (2004), permite que os entrevistados respondam mais livremente, com suas próprias palavras; além do espaço que é dado ao entrevistador, que pode conduzir melhor as entrevistas.

Outro aspecto considerado na escolha do método foi a viabilidade de gravar as entrevistas, possibilitando que o entrevistador esteja mais atento e concentrado nas informações que o entrevistado está passando, fato que contribui para que o pesquisador possa se concentrar na entrevista e registrar “[...] os gestos não-verbais do entrevistado durante a entrevista, ao invés de gastar tempo olhando para as notas e escrevendo o que é dito” (MAY, 2004, p. 164).

A análise das informações coletadas foi realizada por meio de uma inferência entre os documentos, os autores referenciados e os dados obtidos. Qualquer técnica utilizada para a análise de dados constitui uma metodologia de interpretação, pois as informações coletadas só terão sentido ao serem utilizadas combinadas com uma técnica de análise adequada.

A técnica utilizada para a interpretação dos dados foi baseada na análise de conteúdo, que trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de dados coletados das mensagens” (BARDIN, 2006, p. 38). A análise de conteúdo se constitui em diversas técnicas, buscando descrever o conteúdo dos dados coletados no processo de pesquisa, seja por meio de falas ou de textos. Na análise de conteúdo, Bardin (2006) elenca três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, conforme descrito a seguir:

- Pré-análise: objetiva a organização, com a leitura prévia, a escolha dos documentos a serem utilizados, a formulação da hipótese e objetivo, referenciação dos índices e elaboração dos indicadores, e a preparação do material (entrevistas transcritas);
- Exploração do material: fase da exploração e descrição analítica do material textual coletado, submetido a um estudo orientado pela hipótese e referências teóricas;
- Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: etapa da análise das informações/dados coletados, com interpretações a partir de inferências e reflexões críticas.

Para o estudo realizado, foi indispensável perceber o que os moradores locais, o poder privado e o poder público compreendem acerca de sua realidade sobre a temática em questão. Essas falas (adquiridas por meio das entrevistas) foram citadas no decorrer da pesquisa e trabalhadas em conjunto com os documentos de planejamento e fontes bibliográficas, de acordo com as etapas da análise de conteúdo.

De acordo com Bardin (2006), a análise de conteúdo possibilita uma compreensão além de uma leitura comum, e permite interpretar o conteúdo de documentos (qualquer material procedente de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, etc.), que analisados adequadamente possibilitam conhecer questões da vida social, que de outro modo seriam intransitáveis. Ressalta-se que esses documentos chegam ao pesquisador em estado bruto, sem análises anteriores.

E portanto, é necessário que o conteúdo seja trabalhado pelo mesmo para que este alcance o sentido simbólico.

Em 2017 foram três viagens a campo, todas registradas em fotografias captadas com câmera semi-profissional e celular. A primeira viagem a campo, em janeiro, foi com deslocamento de navio pelo terminal hidroviário de Belém, via porto de Camará, com duração de 5 horas até chegar em Soure. Foram feitos os contatos iniciais com os órgãos públicos (SETU/Soure, SEMMA/Soure e ICMBIO) e comunidades do Pesqueiro, do Céu e Cajuuna. Foram percebidas as dificuldades de distância e locomoção, principalmente para as duas últimas comunidades. Nessa fase inicial da pesquisa, foram descortinados alguns conflitos e questões locais que colaboraram para o delineamento da pesquisa, como a opção por focar a pesquisa na área urbana de Soure e nas comunidades do Céu e do Pesqueiro, que se mostraram mais acessíveis no quesito deslocamento.

Na segunda visita a campo, em julho/2017, foi possível perceber o fluxo de pessoas gerado pelas férias escolares e pelo verão. Esses fatores colaboraram para a percepção de uma considerável movimentação na cidade, principalmente de quinta à domingo dos dois últimos finais de semana do mês. Havia uma circulação de visitantes maior, possibilitando a realização de entrevistas com os mesmos. Nessa segunda visita a campo, foram entrevistados alguns moradores do Céu e do Pesqueiro, e a entrevista com o técnico da SETUR/Soure. No retorno a Belém, no intuito de conhecer outros meios de locomoção, optou-se pela lancha rápida, com o deslocamento de Soure direto para Belém, com tempo de duração de duas horas. A partir da experiência com o navio e a lancha, foi possível fazer a comparação de ambas

Na terceira visita a campo, em novembro/2017, o deslocamento foi feito de balsa, pelo porto de Icoaraci, e durou cerca de 6 horas. Nessa etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas com as comunidades do Céu e Pesqueiro, com os moradores da área urbana de Soure, com turistas, com representantes de hotéis, com o condutor local de turismo, com o representante de uma fazenda e com o setor público (SEMMA/Soure e ICMBIO).

É importante ressaltar que a partir dos contatos realizados com o ICMBIO e a SETUR/Soure, ambos os órgãos se mostraram disponíveis para colaborar com a pesquisa, possibilitando a troca de informações (principalmente planos, programas e

projetos) por *e-mails*, além de esclarecimentos sobre questões não aprofundadas no decorrer das entrevistas.

A quarta visita campo foi realizada em fevereiro de 2018, para a coleta de últimos dados e informações que pudessem esclarecer algumas questões. Essa visita ocorreu quando a pesquisa já estava com as informações coletadas nas viagens a campo realizadas anteriormente, direcionando a necessidade de captação de algumas imagens que pudessem colaborar para melhor entendimento das informações repassadas.

As entrevistas com os órgãos localizados em Belém (IDEFLOR-Bio e SETUR/PA) aconteceram, respectivamente, nos meses de outubro/2017 e janeiro de 2018. Ambos também se colocaram à disposição para troca de informações por *e-mails*.

### 3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As questões que cercam a relação entre a sociedade e a natureza se intensificaram quantitativa e qualitativamente, principalmente após a década de 1960, e demonstraram que as ações antrópicas estavam transformando o meio ambiente, em escala crescente. Com os danos causados, o ser humano deve buscar a resiliência do meio natural e a capacidade de desenvolver relações minimamente danosas com os demais seres do planeta, em prol do chamado “desenvolvimento” (LEFF, 2007, 2009, 2010).

Os princípios desenvolvimentistas são baseados no modo como progride e avança a humanidade. Esse avanço faz parte da condição primitiva do homem e segue até a ‘dominação’ da natureza e construção de cultura e sociedade. Calegare e Silva Júnior (2011, p. 3) apontam que o progresso da humanidade tem uma perspectiva: “avança etapa por etapa (continuidade histórica), é cumulativo em conhecimento, cultura e moral e alcançará algum fim ou meta radiosa – a fé no retorno à idade de ouro”.

A busca pelo progresso se fundamenta nos modelos clássicos de desenvolvimento e crescimento econômico, que se utilizam da industrialização. Nesse período, em meados do século XIX, há uma aposta no processo de construção de uma civilização (ELIAS, 1991). A constituição do modo de produção industrial capitalista influencia diretamente na compra e venda da mão de obra, passando a representar o centro de desenvolvimento. Esse processo foi marcado pelo início de graves crises econômicas e guerras (HOBSBAWN, 1995). Esses acontecimentos trouxeram questionamentos quanto à capacidade de progresso da humanidade por meio do capitalismo, quando então as noções de desenvolvimento ganharam destaque como caminho para a superação dessas crises e marcaram o século XX.

O desenvolvimento é considerado por Sachs (2004) como multidimensional, pois

[...] o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes (p. 71).

A sustentabilidade surge como alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista vigente e tem seu papel centrado na reflexão de questões sociais, econômicas e finitude ambiental. A constituição da sustentabilidade determina transformações nas estruturas institucionais, buscando restabelecer o equilíbrio ecológico e o rompimento com os processos de desenvolvimento e de produção atuais e instituir uma economia sustentável.

Para construir a sustentabilidade é necessário desconstruir as estruturas teóricas e institucionais, as racionalidades e ideologias que favorecem os atuais processos de produção, os poderes monopolistas e o sistema totalitário do mercado global, para abrir canais em direção a uma sociedade baseada na produtividade ecológica, na diversidade cultural, na democracia e na diferença (LEFF, 2010, p. 79).

A ideia de sustentabilidade adquire peso e relevância política como adjetivo do termo desenvolvimento, a partir da percepção de uma real crise ambiental global. A existência desse risco global foi confirmada, pela primeira vez, com a poluição nuclear, na década de 1950, se somando à compreensão de todo o mundo de que os problemas ambientais não estariam restritos aos territórios, podendo trazer consequências para todos os países (NASCIMENTO, 2012).

Assim, a necessidade de mudança no quadro desenvolvimentista se dá após a relação, com efeitos negativos, gerada pelo uso humano do meio ambiente, trazendo consequências quantitativas e qualitativas, tanto ao meio ambiente quanto à grande parte da população. Refletir sobre desenvolvimento exige uma lógica diferente da produtividade a todo custo, com acumulação de bens. É necessário uma mudança de pensamentos e práticas sociais, que oriente a sociedade e suas organizações para uma produção com consumo partilhado e com respeito à resiliência dos ciclos da natureza. Essa perspectiva traz uma inversão da ordem tradicional da economia, de modo que o centro do desenvolvimento seja o bem-estar coletivo e não a acumulação de capital por uma pequena parcela da população.

### 3.1 A contradição do desenvolvimento sustentável

Atualmente, o modelo de desenvolvimento com sustentabilidade é apontado como a melhor opção para a sobrevivência da humanidade. Nas produções acadêmicas existem diversos conceitos acerca da sustentabilidade, dentre os quais os de ecodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável. O surgimento de ambos os termos se deu a partir da insatisfação de pesquisadores, cientistas e estudiosos que identificaram uma limitação da ideia de desenvolvimento, até então difundida a partir de um viés economicista e político. Seria necessária a compreensão de um contexto mais abrangente, que envolvesse também os aspectos sociais, ambientais e culturais e considerasse uma abordagem sistêmica de interdependência e integração dessas dimensões.

Os debates que envolvem o meio ambiente trazem a reflexão acerca dos interesses de distintos grupos sociais, diferentes visões de mundo e paradigmas formados, além dos conflitos entre atitudes, percepções, valores e conceitos (TUAN, 1980).

O conceito de ecodesenvolvimento surgiu em meados dos anos 1970, proposto por Maurice Strong (BRUSECKE, 1996) e difundido pelo economista Ignacy Sachs. Ecodesenvolvimento é um:

[...] estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo (SACHS, 1986, p.18).

Percebe-se então a proposição de um exemplo de desenvolvimento que ultrapasse a dimensão econômica e a lógica da produção capitalista, e se atente para as questões sociais e ambientais, demonstrando um interesse pelas gerações futuras: “trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (SACHS, 1981, p.14).

Com essa noção de ecodesenvolvimento, Sachs (1981) defende a possibilidade de uma mudança na civilização, exaltando um novo modo de vida, novos conjuntos de valores individuais e sociais e a sensibilidade com as sucessivas gerações. O autor, a partir desse ideário de mudança, propôs oito dimensões de sustentabilidade para o ecodesenvolvimento. São elas: sustentabilidade social,



econômica, ecológica, espacial/territorial, cultural, ambiental, política nacional e política internacional (SACHS, 2002).

1. Sustentabilidade Social – deve viabilizar a melhoria dos níveis de distribuição de renda, visando diminuir a exclusão social e as acentuadas disparidades sociais;
2. Sustentabilidade Econômica – deve possibilitar aumentos da eficiência do sistema, tendo como parâmetros os critérios sociais, tanto na alocação de recursos quanto na gestão;
3. Sustentabilidade Ecológica - deve buscar a preservação do meio ambiente, potencializando os usos dos recursos naturais necessários à vida humana, porém respeitando a resiliência dos ecossistemas e fontes de recursos naturais;
4. Sustentabilidade Espacial/Territorial – refere-se ao equilíbrio na ocupação rural e urbana, evitando a excessiva concentração populacional e buscando distribuição territorial mais equitativa;
5. Sustentabilidade Cultural – propõe uma mudança no modo cultural de pensar e agir da sociedade para despertar uma consciência ambiental que reduza o consumo e atente para as particularidades de cada ecossistema, respeitando essas especificidades;
6. Sustentabilidade Ambiental - trata-se de respeitar e realçar a capacidade de resiliência do meio ambiente;
7. Política Nacional – refere-se à participação democrática no processo de tomada de decisão, superando as práticas e políticas de exclusão social;
8. Política Internacional – relaciona-se à manter a paz, a partir da promoção da cooperação científica e tecnológica, bem como a manutenção do sistema internacional financeiro e de negócios.

Os pressupostos do ecodesenvolvimento e outras formulações desenvolvidas, introduziram a temática ambiental nos debates sobre os modelos de desenvolvimento econômico e, a partir desse quadro, os debates se ampliaram e surgiram propostas de políticas ambientais mais organizadas, sólidas e estruturadas. Dentre alguns estudos clássicos sobre o assunto, é possível citar duas obras: a primeira se chama "Primavera Silenciosa", de Rachel Carson (1962), divulgada em 1962, na qual a autora abordava o uso de pesticidas químicos, a responsabilidade da ciência e os limites do

progresso tecnológico, iniciando uma mudança na relação entre os seres humanos e o mundo natural e estimulando o acordar para uma consciência ambiental. A segunda obra se intitula “Tragédia dos comuns”, de Garrett Hardin, escrita em 1968, que com um olhar determinista, abordava o uso dos recursos naturais e sua finitude que geraria, inevitavelmente, uma catástrofe no globo terrestre.

Mas a crítica ambientalista ao modo de produção se difunde, principalmente, a partir do relatório denominado “Os limites do crescimento”<sup>12</sup>, em 1972. Com a repercussão desse documento, a temática “meio ambiente” adquire visibilidade pública e é inserida na agenda da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, também no ano de 1972, e a problemática de proteção aos recursos naturais e a dimensão ambiental ganham importância internacional.

Na preparação para esse evento, duas posições divergentes foram assumidas: dos que acreditavam na abundância e dos que acreditavam nas catástrofes futuras. Os que previam a abundância (*cornucopians*) acreditavam que as preocupações com o meio ambiente seriam absurdas, pois retardariam as possibilidades de desenvolvimento dos países rumo à industrialização no alcance dos países já desenvolvidos (SACHS, 2009). Existia o otimismo epistemológico, o qual “era popular entre os políticos de direita e de esquerda: soluções técnicas sempre poderiam ser concebidas para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas” (SACHS, 2009, p. 51).

Para os pessimistas (*doomsayers*), existia o anúncio de uma catástrofe, caso o crescimento demográfico, econômico ou pelo menos o aumento do consumo não fossem imediatamente definidos. “Ao final do século, a humanidade poderia encarar a triste alternativa de ter que escolher entre o desaparecimento em consequência da exaustão dos recursos ou pelos efeitos caóticos da poluição” (SACHS, 2009, p. 51).

Na década de 1980, foi difundido o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mais exatamente, a partir do Relatório “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório Brundtland (1987), que foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo sido discutidos os limites do crescimento econômico e a utilização sustentável dos recursos naturais. De

---

<sup>12</sup> O relatório, que teve ampla divulgação mundial e é referência sobre a temática ambiental, foi elaborado pela Organização não governamental Clube de Roma, e apresentava um estudo realizado sobre a livre utilização dos recursos naturais, onde o uso indiscriminado tendia a uma crise mundial, caso não houvesse mudança imediata no estilo de vida contemporâneo.

acordo com esse documento, o Desenvolvimento Sustentável significa satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de uso dos recursos naturais pelas gerações futuras, para também satisfazerem as suas próprias necessidades. A divulgação desse relatório abriu espaço para debates nos meios acadêmicos sobre o significado de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com Castro (2012), também na década de 1980, os movimentos ambientalistas internacionais tiveram papel de destaque na elaboração de novos conceitos sobre desenvolvimento e meio ambiente, com a participação e envolvimento de vários grupos étnicos e sociais com “uma condição comum que era a sua reprodução ligada à floresta ou a outro ecossistema” (CASTRO, 2012, p. 13).

A noção de Desenvolvimento Sustentável traz consigo três dimensões, conhecidas também como o tripé da sustentabilidade: ambiental, social e econômica. A dimensão ambiental supõe uma mudança no modelo de produção e consumo, para que seja compatibilizado com a resiliência dos ecossistemas; A dimensão social propõe buscar uma sociedade onde todos os indivíduos tenham o mínimo necessário para uma vida digna, definindo um padrão de equidade e a implantação da justiça social; E a terceira, a dimensão econômica, supõe a máxima eficiência da produção e do consumo com uso moderado dos recursos naturais e a busca por inovações tecnológicas (ecoeficiência), que diminua a quantidade de matéria prima extraída da natureza (NASCIMENTO, 2012).

Essas três dimensões citadas foram amplamente difundidas e ganharam visibilidade em todos os níveis governamentais. Todavia, Nascimento (2012) chama a atenção para uma questão que vale a pena refletir. O autor questiona sobre como alcançar o Desenvolvimento Sustentável sem utilizar também as dimensões política e cultural.

A ausência da dimensão política significa uma despolitização do Desenvolvimento Sustentável, como se os conflitos fossem inexistentes e não fosse necessária uma política para o processo de mudança. “Como se as formas de exploração violenta não fossem mais importantes, e a equidade social fosse construída por um simples diálogo” (NASCIMENTO, 2012, p. 56).

De acordo com o referido autor, a dimensão cultural também se faz importante, no sentido de mudar o estilo de vida da sociedade. O consumo, na busca por bens cada vez mais modernos, tecnológicos e na moda, faz com que haja uma diminuição

no uso de produtos que antigamente tinham maior durabilidade. Atualmente, os bens de consumo são praticamente descartáveis, sendo necessária a produção de novos produtos. É necessário que haja essa sensibilização na sociedade para que então os hábitos sejam alterados.

Para Fernandes (2006), o modelo de Desenvolvimento Sustentável demonstra um projeto internacional para a gestão de recursos naturais. Porém, esse modelo iguala os objetivos e apaga as diferenças entre países dos hemisférios Norte e Sul. Sachs (1993) ressalta que as disparidades entre os hemisférios são acentuadas em grande medida pelo insustentável padrão de consumo do Norte, onde os países desenvolvidos (se comparados aos subdesenvolvidos) possuem pequena parcela da população mundial, concentração de capital, comércio internacional e responsabilidade pelos mais altos índices de poluição do mundo. Ainda que haja essas diferenças, há uma grande insistência em igualar as responsabilidades no enfrentamento dos riscos ambientais globais (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011).

Outra análise é realizada por Layrargues (1997), na qual o autor fala sobre o Desenvolvimento Sustentável proposto pelo Relatório Brundtland, que afirma a possibilidade de manter o ritmo do crescimento econômico, entretanto propondo para isso, que surjam novas tecnologias para minimizar os danos sociais e ambientais. Nesse contexto, continua a questão principal, na qual ainda permanece a incerteza sobre “a possibilidade em ocorrer mudanças sociais e culturais que acompanhem voluntariamente estas transformações” (LAYRARGUES, 1997, p.5).

O certo é que, para haver crescimento com taxas ainda maiores, é necessário maior pressão sobre os recursos naturais, o que implicava maior transformação de matéria e energia em bens e serviços. E por isso aí reside a grande contradição do modelo de produção. E por isso surgem outras ideias na busca de um modelo compatível entre a produção econômica e a natureza (CASTRO, 2012, p. 17).

De acordo com Fernandes (2006), o Desenvolvimento Sustentável não assinala os caminhos para serem alcançados os objetivos propostos, já que ainda há grande disparidade econômica entre os países e não atende sequer as necessidades da geração atual. Além disso, o autor continua afirmando que não há uma relação coerente entre os problemas sociais e econômicos aos quais possibilitem a mudança no modelo desenvolvimentista vigente e que busque a inserção de aspectos ambiental e social.

Também é latente a crítica quanto à estratégia de uma bandeira ambientalista global, utilizada por organismos públicos e privados, que serve como discurso para se sobrepor à soberania nacional de alguns países, principalmente os que possuem grandes reservas naturais. Essa tática é utilizada como meio de manter o modo de produção e consumo dos países do hemisfério Norte, que para Calegare e Silva Junior (2011, p. 9), “dita normas sobre o modo de preservação dos recursos naturais de áreas estratégicas para atender às demandas de crescimento econômico dos países hegemônicos”.

[...] o discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitivas que respondem a visões e interesses diferenciados. Suas propostas vão desde o neoliberalismo ambiental até a construção de uma nova racionalidade produtiva. A perspectiva economicista privilegia o livre mercado como mecanismo para internalizar as externalidades ambientais e para valorizar a natureza, recodificando a ordem da vida e da cultura em termos de capital natural e humano (LEFF, 2007, p. 247).

Leff (2007) demonstra que a compreensão de meio ambiente e suas associações são resultados de diferentes interpretações socialmente construídas em um contexto histórico, político, econômico e cultural de cenários heterogêneos.

Essa heterogeneidade é a base para a existência de muitas contradições e críticas ao termo “Desenvolvimento Sustentável”. A primeira delas já aparece ao se adjetivar a palavra desenvolvimento. O termo, por si só, já demonstra um desenvolvimento que não está associado, exclusivamente, à economia. Se trata de um termo amplo que deveria ser aplicado a todos os aspectos, sejam sociais, ambientais, culturais, políticos, econômicos, espaciais etc., porém, se percebe uma associação direta ao crescimento econômico. O modelo capitalista exige que haja sempre a maximização da produção e do consumo, beneficiando pequena parte da sociedade, agravando as disparidades e desencadeando outros problemas sociais. Outra crítica quanto ao Desenvolvimento Sustentável se baseia no antropocentrismo vigente, no qual o homem se faz o centro e os recursos naturais são utilizados de acordo com seus interesses econômicos (GONÇALVES, 2008).

O que se percebe nessa contraposição entre os termos ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável é uma diferença no que se refere ao primeiro termo ter sido elaborado a partir de pressupostos baseados na busca de atender as necessidades básicas da humanidade (alimentação, saúde, moradia) de populações

dos países pobres, utilizando a tecnologia adequada. Enquanto que o segundo, ao ser elaborado em evento com a participação de várias nações, permitiu que os países envolvidos debatessem suas possibilidades e interesses quanto ao modo de alcançar o Desenvolvimento Sustentável. Portanto, o Desenvolvimento Sustentável teve envolvimento, em sua égide, aos interesses políticos de nações hegemônicas (GODARD, 1997).

Esse fator demonstrou que alguns países não estariam realmente dispostos a abrir mão de seu padrão de vida. Para diminuir as disparidades, seria necessário proporcionar a todos os indivíduos condições básicas para sua sobrevivência. Esse quadro só seria possível aumentando a qualidade de vida de nações consideradas menos desenvolvidas e diminuindo o padrão dos países considerados mais desenvolvidos.

Marin e Castro (2006) apontam que, nos termos que são postos à sociedade, o Desenvolvimento Sustentável tem por objetivo a gestão e o domínio da natureza (recursos naturais), ao mesmo tempo em que “minimiza a crítica ao próprio modelo de desenvolvimento econômico, à medida que reconhece e propõe a superação da crise ambiental por meio de um novo estilo de desenvolvimento” (MARIN; CASTRO, 2006, p. 17).

O surgimento de alguns problemas técnicos e políticos na aplicação do conceito de Desenvolvimento Sustentável não deve ignorar o fato de verificar erros cometidos no passado e repensar o modo de encarar o progresso, bem como o crescimento e desenvolvimento econômico (ALMINO, 2006).

Pensar a relação entre a natureza e o desenvolvimento exige uma politização do discurso ambiental. Isso porque os debates em torno dos recursos naturais envolvem a disputa de interesses específicos e, frequentemente, com conflitos quanto às regulamentações de uso destes. O desafio do modelo de desenvolvimento e progresso, por meio da sustentabilidade, se encontra no que deve “ser sustentado”: sustentar o modelo capitalista de produção, consumo e lucro ou sustentar os valores humanos como justiça social, respeito à diferença e qualidade de vida? O que deve ser questionado não é a busca pelo progresso, e sim o modo como se alcança esse objetivo. É então que na busca de implementar uma estratégia de desenvolvimento que esteja comprometida com a prudência ecológica e justiça social, é interessante:

[...] impor-nos voluntariamente um teto do consumo material, procurando gratificação em esferas não-materiais da nossa vida e desse modo enfatizando a dimensão cultural da natureza humana, ou ficaremos presos na corrida acelerada da aquisição de número cada vez maior de bens (SACHS, 1986, p. 4).

Nesse contexto, os eventos internacionais, nacionais e locais têm papel considerável no sentido de fomentar o debate e colocar em discussão questões de desenvolvimento das nações deve ser o passo inicial para questionar sobre o modelo capitalista vigente. Há ainda muita discussão sobre como conduzir o desenvolvimento nos diferentes níveis dos países. A necessidade de reorganização das estruturas produtivas, expostas em documentos oficiais e propostas em políticas públicas, por vezes se limita a uma visão mecanicista sobre o Desenvolvimento Sustentável, nas quais as ações são justificadas pelo desenvolvimento regional “sempre como princípio gerador, mas sem retornar a ela na operacionalidade das propostas” (FIGUEIREDO, 1999a, p. 44).

Para Sachs (2009), essas questões acerca do modelo de desenvolvimento foram:

De maior importância, pelo lado positivo, foi a intensa reflexão sobre as estratégias de economia dos recursos (urbanos e rurais) e sobre o potencial para a implementação de atividades direcionadas para a *ecoeficiência* e para a produtividade dos recursos (reciclagem, aproveitamento de lixo, conservação de energia, água e recursos, manutenção de equipamentos, infra-estruturas e edifícios visando à extensão de seu ciclo de vida) (SACHS, 2009, p. 55, grifo do autor).

De todo modo, ainda que sejam termos diferentes e existam algumas críticas quanto ao Relatório Brundtland, Sachs (1993), em sua obra “Estratégias de transição para o século XXI”, traz um debate sobre os conceitos. Sachs, mesmo concordando com as críticas ao Desenvolvimento Sustentável, expresso no Relatório Brundtland, considera que ambos possuem a ideia de inserção da dimensão ambiental e social nos moldes de planejamento e desenvolvimento. Nesse sentido, as críticas sobre o Desenvolvimento Sustentável são fundamentais para ressaltar sua entrada nas agendas de todo o mundo, pois a partir disso, as questões ambientais e sociais começaram a adquirir maior visibilidade, o que pode despertar a humanidade quanto ao uso dos recursos naturais e possibilitar a sensibilidade quanto à justiça social. Esse

pensar ganha eco com Castro (2012), que sobre a inclusão das noções de Desenvolvimento Sustentável nas agendas internacionais e nacionais, comenta que:

Representou certamente um enorme avanço normativo, pois institucionalizou no âmbito dos Estados a relação desenvolvimento e meio ambiente, definindo propostas bem precisas. Mas, assim mesmo, o conceito de desenvolvimento sustentável na formulação da ONU está ligado, em última análise, ao de crescimento econômico e de progresso que fundaram a utopia do industrialismo dos séculos XIX e XX, ainda bastante presentes nas sociedades modernas. E, por isso, esse conceito está sujeito à discussão e à crítica, mas permanece como uma utopia de nosso tempo, orientando o futuro (CASTRO, 2012, p. 16).

Portanto, as noções de Desenvolvimento Sustentável têm grande influência em todos os países, como também no Brasil. Essas noções norteiam as ações e as políticas públicas de planejamento do desenvolvimento no país, conseqüentemente, para a região amazônica.

A Amazônia brasileira apresenta relevante diversidade de espécies de fauna e flora, extensas áreas de florestas com atividade madeireira predatória e incêndios florestais e, como qualquer ecossistema, tem uma capacidade limite de uso. Ir além desse limite pode ter danos irreparáveis.

Muitos cientistas temem que a floresta amazônica inicie um processo irreversível em direção a savanas se o desmatamento atingir 40% do território. As implicações dessa transformação para o aquecimento global, ciclos hidrológicos e biodiversidade seriam catastróficas (VERISSIMO, 2011, p. 14).

A possibilidade de conseqüências desastrosas evidencia ainda mais a necessidade de um desenvolvimento que seja capaz de conciliar o crescimento econômico, a qualidade de vida humana e a conservação de áreas naturais.

No livro “A teia da Vida”, Fritjof Capra (2003) fala da interligação entre os seres e o meio natural do planeta, “reconhece a interdependência fundamental de todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)”<sup>13</sup> (CAPRA, 2003, p. 17), formando o que o autor chama de “teia inseparável de relações (CAPRA, 2003, p. 47)”.

Capra (2003) traz uma perspectiva que vai de encontro com os ideais da razão cartesiana, propondo alterações na produção e uso do saber, que busca um novo

---

<sup>13</sup> Conceito do que o autor chama de “ecologia profunda” (p. 17)



paradigma na sociedade atual, sobre às relações entre ser humano e natureza. A perspectiva abordada por Capra (2003) traz um ponto de vista crítico quanto ao pensar antropocêntrico, defendendo a importância de colocar os seres humanos em patamar de igualdade a todos os demais seres vivos. O autor ressalta que há uma “crise de percepção” acerca dos problemas atuais, os quais são percebidos de modo fragmentado.

Um dos principais desacordos entre a economia e a ecologia deriva do fato de que a natureza é cíclica, enquanto que nossos sistemas industriais são lineares. Nossas atividades comerciais extraem recursos, transformam-nos em produtos e em resíduos, e vendem os produtos a consumidores, que descartam ainda mais resíduos depois de ter consumido os produtos. Os padrões sustentáveis de produção e de consumo precisam ser cíclicos, imitando os processos cíclicos da natureza. Para conseguir esses padrões cíclicos, precisamos replanejar num nível fundamental nossas atividades comerciais e nossa economia (CAPRA, 2003, p. 323).

### **3.2 A preocupação ambiental e o surgimento das unidades de conservação**

A preocupação com o meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais desencadeou várias ações ao redor do globo terrestre: além dos eventos internacionais e da discussão de cientistas, algumas áreas verdes de interesse, com grande biodiversidade, foram transformadas em espaços a serem conservados. As relações socioambientais também passaram por consideráveis variações, que geraram “preocupações quanto ao modelo que lhes dão sustentação, ocasionando significativos problemas à vida das pessoas no ambiente urbano” (BAHIA, 2012, p.12).

A valorização dos espaços naturais se deu, sobretudo, pela busca de mais qualidade de vida humana. Com todo o desenvolvimento, progresso e industrialização que acontecia, Diegues (2000) verificou que a natureza passava a ser valorizada (principalmente pela qualidade do ar, que estava prejudicada devido ao ambiente fabril), e se inicia a busca por espaços naturais “onde se manifestam os fenômenos da natureza, onde se procura isolamento e contemplação” (DIEGUES, 2000, p.24).

Milano (2000) destaca que as classes mais abastadas passaram a fugir das cidades poluídas, a procura de um lugar mais calmo e bucólico. Em função da urbanização, ocorreram grandes alterações dos espaços verdes, os quais ficaram cada vez mais escassos. Diegues (2000) ressalta que esse processo de

industrialização exacerbado e a lógica capitalista instaurada, impulsionaram as propostas de uso público em reservas ambientais.

A concepção dessas reservas ambientais foi difundida no final do século XIX, nos Estados Unidos da América, com o conceito de Parque Nacional, como uma área natural, que tinha por objetivo “proteger áreas naturais de grande beleza cênica para usufruto dos visitantes (de fora da área)” (DIEGUES, 2000, p. 99). Isso ocorreu em 1872, com o surgimento de *Yellowstone*, o primeiro Parque Nacional do mundo, tendo sua criação baseada no conceito de *wilderness* (vida selvagem), que tinha como característica um ideal protecionista<sup>14</sup> da natureza, onde qualquer intervenção do indivíduo na natureza era considerada negativa.

O modelo americano foi transposto a outros países, com a perspectiva separatista entre áreas verdes *versus* indivíduos, nas quais qualquer contato do ser humano com a natureza seria prejudicial e, portanto, a sociedade deveria ser separada do meio ambiente. Porém, nesse ideário não foram consideradas as populações tradicionais<sup>15</sup>, que habitavam as reservas naturais e adaptavam sua sobrevivência aos recursos naturais, a partir de uma cultura de subsistência. A não observância desses povos no processo de transformação de áreas verdes em áreas de conservação acarretou (e até os dias atuais acarreta) grandes conflitos de uso e de interesses (DIEGUES, 2000).

A partir do século XX, os parques e áreas protegidas passaram a ser criados com objetivos não apenas de preservação das paisagens, mas também pelo valor de seu ecossistema como um todo. Foi então que o contato indivíduo *versus* natureza foi aceito com algumas ressalvas, permitindo que pesquisadores e cientistas comesçassem a estudar esses lugares, servindo de laboratório de pesquisa de ciências naturais. Com o desenvolvimento das pesquisas científicas, surgiu uma nova perspectiva para as áreas protegidas, que foi a conservação, estimulando o uso racional dos recursos naturais e o manejo da biodiversidade.

---

<sup>14</sup> De acordo com Diegues, o protecionismo da natureza propõe que o único modo de proteger a natureza seria “afasta-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admira-la e reverencia-la.” (DIEGUES, 2000, p.13), baseado na ideia do ser humano como necessariamente destruidor do meio natural, e que deveria ser afastado dela (DIEGUES, 2000).

<sup>15</sup>Diegues *et al* (2000) definem as populações tradicionais como grupos de pessoas que possuem uma cultura diferenciada e reproduzem seu estilo de vida, de modo relativamente isolado, a partir de princípios cooperativos e relações específicas com a natureza e manejo sustentado do meio ambiente (ribeirinhos, pescadores, índios, quilombolas, caboclos etc).

Essa mudança pode ser observada, de acordo com Diegues (2000), com as novas diretrizes estabelecidas por organismos internacionais e, mais particularmente, da União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN). As populações tradicionais de algumas reservas começaram a resistir à expulsão e ao novo modo de vida que estava sendo imposto quanto ao uso dos recursos naturais. Essa resistência teve apoio de movimentos sociais, ONG nacionais e internacionais e a “gradativa mudança do conceito de áreas naturais protegidas por entidades conservacionistas de âmbito mundial” (DIEGUES, 2000, p. 12). Dentre as entidades que apoiaram o movimento de resistência das populações tradicionais está a UICN, que com a elaboração do programa “Homem e Biosfera”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tem colaborado com a internacionalização do debate sobre as áreas a serem protegidas.

De acordo com Moura (2007), foi em 1992, no IV Congresso Internacional de Parques Nacionais (realizado em Caracas – Venezuela), que a questão acerca da presença de populações humanas nos parques foi mais amplamente discutida.

A partir desse evento, ampliou-se cada vez mais o número de instituições financiadoras e de agências de conservação ambiental que defendem a presença e participação das populações locais na gestão dos recursos naturais nas áreas protegidas. Mesmo os grupos mais conservadores, como a IUCN e a Conservation International (CI), estão se tornando mais flexíveis a essa proposta (MOURA, 2007, p. 122).

No Brasil, em meados da década de 1980, os tratados internacionais, a atuação de ambientalistas e o desempenho das ONG tiveram grande influência na difusão da consciência ecológica e na construção de políticas de conservação ambiental, com alcance na elaboração das normas, leis, decretos que objetivam regulamentar o uso do meio ambiente. Dentre as leis que incidem mais diretamente sobre o assunto, destaca-se a criação da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal de 1988 e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é constituído pelo conjunto das UC das esferas municipais, estaduais e federais, e “estabelece critérios e normas para a criação e implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000, s/p).

O SNUC é constituído pelo conjunto de UC, seja em nível federal, estadual ou municipal. De acordo com o artigo 2º do SNUC, as UC podem ser definidas como:

[...] espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, s/p).

Esse Sistema tem o objetivo de “Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais” (BRASIL, 2000), além de proteger e cooperar para a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas e de recursos necessários à subsistência de comunidades tradicionais, com respeito e valorização de sua cultura no âmbito regional e local (BRASIL, 2000).

O SNUC é uma lei que concebe:

[...] dispositivos que regulam as complexas relações entre o Estado, cidadãos e o meio ambiente, propiciando a adequada preservação de significativos e importantes remanescentes dos biomas brasileiros, considerando seus aspectos naturais e culturais (BRASIL, 2000, s/p).

Para sua regulamentação, foi criado o decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002. Esse decreto foi resultado de um processo participativo amplo, que envolveu diferentes segmentos da sociedade que tivessem relação com o tema. Além de ser um importante instrumento para a gestão do poder público, também pressupõe a gestão compartilhada de UC entre o Estado e o moradores locais. O SNUC estabelece parâmetros para a criação, regulação e manejo de áreas de reserva no Brasil, com duas categorias de características específicas, com diferentes graus de proteção e modos de utilização.

As duas categorias são as Áreas de Proteção Integral (na qual há restrição da presença humana quanto à visitação orientada e estudos científicos, ambos dependendo de autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, além de estar sujeita às condições e restrições por este estabelecido); e as de Uso Sustentável (na qual é assegurada a permanência de populações tradicionais fazendo uso racional dos recursos naturais, mediante o Plano de Manejo desses recursos).

Esta pesquisa tem foco nas UC de Uso Sustentável (categoria na qual a atividade turística é permitida) de Soure (APA e RESEX) e aborda acerca do

planejamento e da gestão pública do turismo nessas áreas, partindo do pressuposto de que existem importantes aspectos socioambientais que precisam ser observados.

O uso sustentável é concebido no SNUC como uso dos recursos mantendo a biodiversidade, de forma socialmente justa e economicamente viável, e enfatiza que o direito de posse é pertinente às populações tradicionais (MOURA, 2007, p.123).

A principal característica das UC de Uso Sustentável é a compatibilização entre conservação da natureza e a utilização sustentável dos recursos naturais. Porém, considerando a variedade de ecossistemas existentes no Brasil, foram criadas categorias de manejo, tais como: Floresta Nacional (FLONA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Reserva de Fauna, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Extrativista (RESEX) que pode ser em área de terra firme ou área de marinha).

Para este estudo, destaque para as duas últimas categorias que estão instituídas em Soure, que faz parte da APA Marajó, também tem uma faixa de terra litorânea como RESEX Marinha. Para melhor compreender a diferença entre APA e RESEX, ver o quadro 02.

**Quadro 02 – Diferenças entre RESEX e APA**

<b>Uso Sustentável</b>	<b>Reserva Extrativista</b>	<b>Área Proteção Ambiental</b>
<b>Objetivos principais além da conservação</b>	Proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos.	Ordenamento territorial, normalmente áreas com ocupação humana consolidada.
<b>Processo de criação</b>	Comunidade.	Governo.

<b>normalmente iniciado por</b>		
<b>Posse de terras</b>	Pública com concessão de real de uso para a comunidade.	Pública e privada.
<b>Compatível com presença de moradores?</b>	Sim, populações tradicionais.	Sim.
<b>Processo de regularização inclui desapropriações de terra?</b>	Sim.	Não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC.
<b>Conselho Gestor</b>	Deliberativo.	Não há restrições, usualmente consultivo.
<b>Mineração permitida?</b>	--	Sim.
<b>Instrumentos de gestão ordinários</b>	Plano de manejo, aprovado pelo conselho e pelo órgão gestor e plano de uso.	Plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor.
<b>Realização de Pesquisas</b>	Depende de aprovação prévia do órgão gestor.	--

**Fonte:** Unidades de Conservação do Brasil, s/a.

Nas UC de Uso Sustentável, as comunidades moradoras dessas áreas podem permanecer em seu local de moradia, como é o caso de Soure e suas comunidades tradicionais, porém passam a ser regidos pelo SNUC e pelo Plano de Manejo (quando este já foi elaborado). Conforme Bahia (2012), os moradores residentes nos limites de UC têm sua relação e o uso tradicional dos recursos naturais modificados, pois ocorre uma institucionalização dos usos permitidos na área, que são estabelecidos pelo SNUC. Além da possibilidade da presença de moradores em UC de Uso Sustentável, existe também a possibilidade de Uso Público, o qual:

[...] pode se dar de várias formas e engloba toda atividade que pode ser desenvolvida na UC, dependendo, obviamente, de sua categoria e zoneamento. Pode ser turismo, visitas educativas, educação ambiental, pesquisa, entre outras. Os visitantes podem ir em grupo, ou sozinhos; podem ser de países diferentes ou de uma escola próxima; podem ser idosos ou jovens; podem ter ou não dificuldades de se locomover, escutar ou ver, e assim por diante. O ideal da visitação, de uma forma geral, é que ela seja aberta a todos, independentemente dos seus desafios e habilidades (NELSON, 2012, p. 216).

Segundo Almeida (2013), o Decreto Federal n.º 84.017, de 21/09/1979, que objetivou aprovar o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, também

deliberou acerca das condições e restrições básicas do uso público. Este foi o primeiro documento elaborado sobre a visitação em UC.

Para reger a relação do Uso Público (seja de habitantes locais ou de visitantes em UC) no meio ambiente natural, de modo a minimizar os efeitos negativos, foram criadas duas importantes ferramentas: o Plano de Manejo e o Conselho Gestor. O primeiro é um documento técnico, com enfoque ecossistêmico<sup>16</sup>, que viabilize a participação social e continuamente adaptados de acordo com as necessidades. O Plano de Manejo estabelece o zoneamento, as normas de uso e manejo dos recursos naturais. Quando esse plano é elaborado, devem ser considerados os aspectos econômicos, ecológicos, sociais, culturais e a promoção da integração das UC (PARÁ, 2010). Esse documento, segundo Costa (2002, p. 40) é:

[...] fruto de um intenso trabalho de pesquisa e abarcam múltiplas áreas do conhecimento científico-geografia, botânica, história, direito, geologia, zoologia, engenharia, medicina, entre outras-aliadas ao saber das populações diretamente envolvidas com a UC estudada. Age como instrumento regulador que define e delimita o uso adequado em zonas específicas e cria normas para essa utilização.

Nelson e Pereira (2012) complementam que no Plano de Manejo deve conter, de modo objetivo e claro, todas as ações que podem/devem ser desempenhadas em uma UC, assim como quem executa e quando deve ser executada. No referido documento devem constar também mapas, histórico, situar a UC em seu contexto regional, a descrição física e biológica e o controle de relações com as comunidades vizinhas (DOUROJEANNI, 2003).

Sobre esse documento técnico, Leuzinger (2009) ressalta que ele deve ser elaborado no prazo máximo de cinco anos após a instituição da UC. Porém, muitas vezes a ausência de prioridade da gestão pública e o escasso investimento público nas UC pode retardar a elaboração desse documento. Esse fato pode ser constatado pelo baixo índice<sup>17</sup> de existência do Plano de Manejo, sendo baixo também o número de UC que conseguiram implementar o plano.

---

<sup>16</sup> Enfoque ecossistêmico defende que os limites da UC (ou sua zona de amortecimento) não se limite a ecossistemas objeto de sua proteção, e os processos ecológicos, bem como os habitats e a maioria das populações das espécies apresenta significativa interação biológica com seu entorno (PARÁ, 2009a).

<sup>17</sup> Veríssimo, (2011) aponta que cerca de 50% das UC brasileiras não possui Plano de Manejo aprovado. O motivo da ausência desse documento é a demora em sua elaboração. A burocracia na liberação ou a licitação de recursos para a contratação de consultoria, alguma situação emergencial

Costa (2012) ressalta que a ausência de investimentos na elaboração do Plano de Manejo compromete a qualidade no atendimento dos visitantes e na gestão da UC. Destaca-se, porém, a Lei do SNUC (artigo 36º), sobre a compensação ambiental, a qual é indispensável em casos de licenciamento ambiental de empreendimentos considerados, pelo órgão responsável, como de expressivos efeitos negativos no meio ambiente. Nessas circunstâncias, o empreendedor é obrigado a apoiar financeiramente a implantação e manutenção da UC (BRASIL, 2000).

O segundo instrumento utilizado na gestão das UC, o Conselho Gestor, uma instância é composta por organizações governamentais e moradores locais envolvidos com as UC, deve ser presidido pelo gestor da UC e pode ser consultivo ou deliberativo. Os componentes têm por responsabilidade acompanhar a elaboração, a formatação e a implementação do Plano de Manejo (PARÁ, 2009a), e preferencialmente os componentes devem ter alguma relação com a UC, considerando as particularidades regionais.

Os conselhos são presididos pelo órgão responsável pela administração da unidade de conservação. O mandato de cada conselheiro é de dois anos, renovável por igual período e considerado atividade de relevante interesse público. É importante que o conselheiro tenha conhecimento dos seus direitos e deveres, para que os conselhos realmente funcionem como espaço de participação, comunicação, discussão e planejamento conjunto (DANIELI; DICK; ZANINI, 2012, p. 46).

Esta instância de gestão se faz importante para garantir o envolvimento/participação da sociedade nas ações das UC, com contribuições e críticas que possam enriquecer a qualidade das ações e passam a colaborar nesse processo de gestão das UC.

Takahashi (2004) aponta que o uso público pode, quando bem planejado e utilizando suas ferramentas (Plano de Manejo e Conselho Gestor), pode alcançar os objetivos propostos nas justificativas de criação das UC, favorecer a compreensão e apropriação pelas pessoas e possibilitar as relações com a sociedade.

Nas áreas de Uso Sustentável, nas quais pode ocorrer o uso público, assim como os moradores devem se adequar às diretrizes do Plano de Manejo, o mesmo acontece com os visitantes. No referido documento consta o Plano de Uso Público,

---

(como uma invasão) para reforçar a proteção da unidade, além do contexto e do tamanho da UC e da quantidade de oficinas e reuniões que precisam ser realizadas, além das pesquisas de campo.



que contém todas as informações acerca das atividades permitidas (inclusive o turismo) e como elas devem acontecer na UC.

A gestão de uma UC é marcada por múltiplas demandas e sob vários aspectos, que precisam ser observados para que a UC possa cumprir seu objetivo. Desde o momento de sua instituição legal, passando pela elaboração do Plano de Manejo e formação do Conselho Gestor, até seu pleno funcionamento, existem diversos passos a serem percorridos e muitos problemas a serem vencidos, demonstrando a dificuldade de implementação dessas áreas.

Para Costa (2002), o Brasil, em função de sua significativa diversidade de fauna e flora, tem grande valor para a criação de UC, e vem despertando o interesse não apenas de pesquisadores, mas também de visitantes com objetivos de contemplação, aventura, turismo e das mais diversas vertentes. Esse quadro demonstra uma real possibilidade de existência da atividade turística em UC de uso sustentável, nas quais o Uso Público seja possível.

## **4 TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

As UC têm se consolidado como espaços de significativos potenciais para a prática da atividade turística. Em boa parte, isso acontece pela concentração de atrativos naturais relevantes referentes a fauna e a flora. Para que a prática do turismo seja possível, conforme citado anteriormente, são necessários alguns cuidados para com o lugar visitado, partindo do princípio de que o turismo não se limita ao turista, mas também às trocas que a atividade pode proporcionar aos envolvidos. Porém, pode-se questionar: O que é turismo? Como acontece o uso público por turistas em UC? Essa atividade pode trazer desenvolvimento local? São algumas questões que pretende-se discorrer e refletir no decorrer desta seção.

### **4.1 O turismo e suas perspectivas**

O turismo se mantém da diversidade das culturas e das diferentes expressões e modos de vida dos seres humano. Portanto, deve ser estudado não apenas como uma possível solução para a economia, mas como um fenômeno social que leva em consideração as atividades praticadas pelas populações locais, utilizando-se do meio natural a favor da atividade (GALLERO, 1996) e deve respeita à resiliência ambiental, social e cultural.

Como fenômeno social que atinge milhares de pessoas, o turismo nasce na modernidade, em meados dos séculos XVIII e XIX, no auge do modelo capitalista e em pleno desenvolvimento da sociedade fabril, competindo com as indústrias bélica e industrial (FIGUEIREDO, 1999a). Para situar o turismo e seu desenvolvimento no decorrer dos anos, Nóbrega (2005), utiliza os fatos históricos e as revoluções no decorrer das últimas décadas, conforme pode ser visualizado no quadro 03:

**Quadro 03** - Relação entre fatos históricos mundiais e o desenvolvimento da atividade turística.

FATOS HISTÓRICOS	DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA
Revoluções Industriais (1ª e 2ª) - Meados do século XVIII até o final do século XIX	1ª excursão organizada por Thomas Cook, em 1841 para participação em Congresso no Reino Unido. Avanço nos meios de comunicação e de transportes. Nesse momento o turismo gera poucos impactos sobre o meio, dadas as limitações das instalações construídas.
Revolução Técnico-Científica (Início do século XX)	Modificação e degradação rápida - corresponde ao turismo de massa e ocorre a partir dos anos 1950, com apogeu entre 1970 e 1980. A demanda aumenta, há a saturação de locais turísticos, a urbanização de áreas rurais e litorâneas.
Revolução Ambiental (Início da década de 1990)	Fase na qual o turismo passa a considerar os problemas do meio ambiente. Considera-se para esta pesquisa meados de 1980, com a ocorrência maior do chamado Ecoturismo ou Turismo Ecológico. Trata-se de uma renovação do turismo e revalorização do meio ambiente.

**Fonte:** Nóbrega (2005).

O turismo surge como estratégia de superar as tensões geradas pelo cotidiano de trabalho e vida urbana, além de possibilitar novas experiências e conhecimentos. Para acontecer, o turismo exige deslocamento e conta com inúmeras e variadas matérias-primas, que juntas formam um sistema<sup>18</sup> para atender ao turista. Enquanto produto social, vem ao longo do tempo se redefinindo espacial e temporalmente.

Primeiramente, se faz importante ressaltar a significativa dificuldade em definir conceitualmente o turismo. Essa dificuldade se baseia nos aspectos multidisciplinares (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002) e pelo fato de o turismo se constituir “simultaneamente, em objeto de estudo científico e em área de ação do marketing e de outros fazeres que privilegiam sua dimensão de negócio” (BARRETO; SANTOS,

<sup>18</sup> Sobre o Sistema Turístico (SISTUR) ver BENI, M. *Análise Estrutural do Turismo*. 11. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

2005, p. 358). O hibridismo intrínseco ao turismo dificulta a construção de um conceito definitivo.

Para Magalhães (2008), esse dualismo deve ser compreendido com atenção, pois permite que o turismo seja resumido à uma perspectiva simplesmente mercadológica e comercial, trazendo barreiras quanto ao seu entendimento real (como atividade multi e interdisciplinar), pois “cada uma das muitas definições que surgem destina-se a uma situação específica ou a resolver um problema imediato”. (GOELDNER *et al.*, 2002, p. 24).

Para iniciar o estado da arte sobre o turismo, será utilizada a definição técnica difundida pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que também é válida para guiar as ações públicas no Brasil pelo Ministério do Turismo (MTUR), conceituando que o turismo “compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros” (ORGANIZAÇÃO, 2001, p. 3). Porém, na mesma obra, há uma ressalva no sentido de existir “uma ausência de definições conceituais claras que delimitem a atividade turística e a distingam de outros setores” (ORGANIZAÇÃO, 2001, p. 35). É importante que isso seja exposto porque é esse conceito que guia as ações públicas de turismo no país, porém, o debate que se segue parte de uma interpretação de turismo que não se limita ao mercado, mas sim como uma atividade social complexa.

Para Goeldner *et al.* (2002), ainda que exista essa dificuldade epistemológica de conceituação do Turismo, qualquer definição para a atividade deve, necessariamente, considerar os diferentes grupos envolvidos neste fenômeno, tais como os turistas; as empresas fornecedoras de bens e serviços; o poder público da área ou da comunidade receptora; e a própria comunidade local. Assim, de acordo com Goeldner *et al.* (2002, p. 23), o Turismo pode ser definido como: “a soma de fenômenos e relações originados da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes”.

Figueiredo e Nóbrega (2015) definem o Turismo como processo e ação, com experiências provocadas pelo deslocamento e pela viagem. Não é apenas o deslocamento que define o Turismo, mas também as experiências produzidas e possibilitadas por esse deslocamento, pelo tempo e espaço. O conceito, ainda que não cite diretamente as dimensões ambiental e social, se baseia fundamentalmente

no estudo do Turismo baseado à luz de um fenômeno social, com ideias advindas dos “conceitos de viagem, deslocamentos, errâncias, motivações da viagem, mobilidades humanas, romagens, êxodos” (FIGUEIREDO; NOBREGA, 2015, p. 12), e superando as concepções do discurso objetivo de uma atividade que ainda é interpretada simplesmente pelo viés econômico.

Ao tratar sobre a atividade turística em UC, é comum que alguns autores utilizem na literatura termos como “ecoturismo”, “turismo ecológico”, “turismo de natureza”, “turismo ambiental”, “turismo sustentável”, “turismo rural”, “turismo alternativo”, e outras inúmeras designações. Essas expressões são baseadas na racionalidade do uso dos recursos naturais, de modo que o ponto central é a natureza como produto a ser desfrutado pelo turista.

Para melhor discorrer sobre o assunto no decorrer deste estudo, utilizar-se-á apenas o termo Turismo. A opção por não utilizar o termo ecoturismo e/ou os outros citados anteriormente se baseia, justamente, na diversidade de designações existentes, e optar por um termo específico poderia limitar as perspectivas de compreensão desse estudo. Além disso, a opção de usar a categoria turismo parte da ideia de que, em se tratando de uma UC, já existem ressalvas quanto à prática da atividade.

Compreende-se assim que o turismo em UC já está acompanhado dos aspectos ambientais e sociais e das restrições quanto às possibilidades da atividade. Contudo, alguns documentos de planejamento se referem à atividade turística em áreas naturais como ecoturismo e Turismo de Base Comunitária<sup>19</sup> (TBC), termos que aparecem em algumas citações diretas deste estudo.

O presente trabalho utilizará o conceito de Turismo, proposto por Figueiredo e Nóbrega (2015) baseado essencialmente na experiência e contato entre prestadores de serviço e turistas. O turismo, em qualquer de suas formas de expressão e segmento, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer local.

O fenômeno turístico pode gerar emprego e circulação de renda, trazendo uma dinâmica diferenciada ao lugar. Tuan (1980), ao analisar a utilidade social do Turismo e os benefícios gerados à economia, afirma que as relações entre o ser humano e o

---

<sup>19</sup> Para Coriolano (2009, p. 67), TBC é caracterizado quando “[...] os residentes possuem controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos. [...] se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista, daí o avanço para as gestões integradas”.

meio ambiente não são, necessariamente, positivas para ambos. E, portanto, surge a necessidade da elaboração de planejamento e de educação ambiental que incluam os moradores locais e os próprios visitantes, buscando estimular a percepção quanto ao desenvolvimento de um Turismo que seja condizente com os ideais de sustentabilidade local.

O Turismo deve viabilizar a promoção e a propagação de informações sobre a localidade visitada (valores naturais, culturais e sociais); ampliar as perspectivas da sociedade, a fim do desenvolvimento local; promover a integração social e auxiliar a consciência nacional e a promoção de um sentimento de liberdade, diminuindo as fronteiras do mundo. A visita de um turista é capaz de transformar a realidade tanto do turista quanto da comunidade local e esses efeitos podem ser positivos ou negativos (HAMOY; FARIAS; FIGUEIREDO, 2016).

A atividade turística é especialmente estimulada em países ainda em desenvolvimento, como o Brasil, pois o setor de viagens e turismo é um dos maiores e mais diversificados do mundo, além do que, qualquer característica que seja significativa pode se transformar em um atrativo turístico. Um lugar pode ser considerado como “turístico” quando há a existência de turistas. O interesse por visitar e conhecer outros lugares formam a primeira instância do turismo, que são os turistas (FRATUCCI, 2008).

Muitos lugares dependem dessa atividade pela sua ampla rede de empregos, que age nos mais diversos setores da economia global. Interpretar o turismo com um olhar científico traz importantes questões para a formulação de novas hipóteses e teorias que podem auxiliar na compreensão desse fenômeno e colaborar no modo de gestão (FIGUEIREDO; NOBREGA, 2015).

O turismo, por ser considerado uma atividade transformadora do espaço, necessita de uma organização não apenas de dentro do setor que promove as viagens e beneficia os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz, mas principalmente necessita de um mediador que avalie os efeitos negativos e maximize os benefícios. Esse papel de mediador cabe ao Estado, no sentido de prezar pelo bem-estar da sociedade, de modo que as atividades possam gerar mais do que crescimento econômico mas, principalmente, a distribuição dessa renda e traga o desenvolvimento local, regional e nacional.

## 4.2 Turismo em unidades de conservação

O turismo em UC é permeado por um debate que se baseia, essencialmente, na sustentabilidade e no ideal de resguardo dos recursos naturais e tem como objetivo viabilizar para a população (moradores e turistas) uma área disponível para uso de atividades que promovam a “educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o Turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

Para Ruschmann (1994, *apud* FIGUEIREDO, 1999a), a relação entre o meio ambiente e o turismo é marcada por quatro fases (ver quadro 04), com dois segmentos extremos: turismo ecológico e o turismo de massa.

**Quadro 04** – Fases De Relacionamento do Turismo com o Meio Ambiente.

<b>1ª Fase</b>	Revelação do Meio Ambiente	Fase pioneira, caracterizou-se pela descoberta da natureza e das comunidades receptoras. Apresenta os primeiros equipamentos turísticos e a busca do conhecimento e diversão (Século XVIII).
<b>2ª Fase</b>	Caracterizada pelo Turismo Elitista	Não havia a preocupação com a proteção do meio ambiente, e foi estimulada a construção de grandes e audaciosos equipamentos.
<b>3ª Fase</b>	Modificação e degradação rápida	Corresponde ao Turismo de massa e ocorre a partir dos anos 1950, com apogeu entre 1970 e 1980. A demanda aumenta, há a saturação de locais turísticos, urbanização de áreas não urbanas e litorâneas. Há um domínio brutal do Turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Trata-se de uma fase de excessos, com crescimento desordenado, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente.
<b>4ª Fase</b>	Reparação e Reconciliação	Fase na qual os gestores do Turismo passam a considerar os problemas do meio ambiente, com a ocorrência maior do chamado ecoturismo ou turismo ecológico. Baseia-se e apoia-se nos conceitos de desenvolvimento sustentável em voga na sociedade (Após a metade dos anos 1980).

**Fonte:** Ruschmann, 1997; Bahia, 2005.

Com a oportunidade de visitação a áreas naturais, o turismo representa uma respeitável alternativa de geração de renda para os moradores locais e do entorno. Essas possibilidades que acompanham o turismo devem estar associadas a uma boa

administração e precedida de um processo de planejamento e sensibilização ambiental e social e de acordo com uma ampla perspectiva de desenvolvimento regional (SANSOLO, 1997 *apud* IRVING, 2002).

A possibilidade de acessar uma UC é capaz de facilitar a compreensão do ser humano sobre a importância de preservação da diversidade biológica, o que pode contribuir para o equilíbrio ambiental.

De maneira geral, a utilização de áreas protegidas para o turismo sustentável reflete algumas tendências globais, entre as quais o crescimento da consciência ambiental, em função dos níveis crescentes de degradação da base de recursos naturais, incluindo a destruição de ecossistemas de alta relevância no contexto da preservação da biodiversidade, e o processo de reencontro do homem com sua própria essência, abandonada pela sociedade de consumo (NELSON; PEREIRA, 2004, p. 71),

A propósito dos benefícios do turismo em UC, Takahashi (2004) ressalta que essa atividade pode contribuir como potencial alternativo para o alcance dos objetivos de desenvolvimento e conservação de um lugar. Abaixo, o quadro 05 demonstra esses efeitos positivos.

**Quadro 05 – Benefícios do Turismo em Unidades De Conservação**

<b>Aumento de oportunidades econômicas</b>	<b>Proteção do patrimônio natural e cultural</b>	<b>Melhoria da qualidade de vida</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimula novas empresas e diversifica a economia local.</li> <li>• Aumenta a oferta de empregos para a comunidade.</li> <li>• Aumento de renda.</li> <li>• Estimula a manufatura de bens locais.</li> <li>• Melhora o padrão de vida.</li> <li>• Capacita os funcionários às novas atividades.</li> <li>• Aumenta o fundo de proteção da unidade e comunidade local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protege os processos ecológicos.</li> <li>• De transporte e comunica</li> <li>• Conserva a biodiversidade.</li> <li>• Melhora as facilidades.</li> <li>• Auxilia a desenvolver mecanismos de financiamento para unidades.</li> <li>• Cria valores econômicos e protege recursos que não seriam percebidos pela comunidade local de outra forma.</li> <li>• Transmite valores de conservação por meio da educação e interpretação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promove os valores estéticos, espirituais e de bem-estar.</li> <li>• Apóia a educação ambiental para visitantes e comunidade local.</li> <li>• Estimula o desenvolvimento da cultura, artes e artesanato.</li> <li>• Aumenta o nível educacional da comunidade local.</li> <li>• Estimula a comunidade a valorizar sua cultura e ambiente regional.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apóia as pesquisas e desenvolvimento de um sistema de manejo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimula as pessoas a aprenderem línguas e culturas dos turistas estrangeiros.</li> </ul>
--	--	--

**Fonte:** Takahashi (2004).

Quaresma (2003) também enfatiza que o turismo colabora na abrangência das atividades econômicas, podendo contribuir na melhoria da qualidade de vida, além da possibilidade de adequação das comunidades locais bem e das localidades afetadas. Quando existem benefícios econômicos, os moradores podem ser mais sensíveis para com o meio ambiente, buscando a preservação da paisagem. De modo contrário, quando os moradores se sentem prejudicados pelo turismo, suas ações podem comprometer a atividade e a conservação ambiental (LINDBERG, 2001).

Quando a atividade turística leva em consideração o bem-estar e os interesses dos habitantes locais, quando as infra-estruturas são integradas e não só “pra inglês ver”, o bem-estar, o desenvolvimento intelectual e profissional, pode-se esperar que o resultado atingido seja abrangente e economicamente sustentável (NELSON; PEREIRA, 2004, p. 42).

Assim, o desafio que deve ser considerado é que as categorias econômicas e sociais devem ter espaços definidos, de modo que a comunidade, o comércio (e prestadores de serviços), turistas e setor público saibam suas responsabilidades, para que a co-gestão dos espaços seja satisfatória.

Dentre os efeitos negativos gerados pelo turismo em ambientes naturais, Takahashi (2004) cita os danos à vegetação, à infraestrutura, a erosão do solo acarretada por caminhos/trilhas e o lixo deixado por visitantes. Figueiredo (1999a) ressalta também que a poluição turística (sacos plásticos, latas e garrafas de água, refrigerante etc.); a destruição das formações naturais (praias, mangues, cavernas); a instalação de equipamentos e a infraestrutura urbana alteram consideravelmente a paisagem. Em Soure, a deposição inadequada de resíduos (sólidos e /ou líquidos) geralmente são levados para as áreas de mangue, podendo trazer danos imensuráveis.

Para atenuar esses impactos, existem ferramentas que auxiliam no planejamento e administração dos visitantes em áreas protegidas, tais como Estudos de Impactos Ambientais (EIA), Relatório de Impactos no Meio Ambiente (RIMA),

Capacidade de Carga (CC) que auxiliam na gestão e limites de uso das áreas<sup>20</sup>. Esses documentos são instrumentos que fornecem subsídios para a elaboração das ações a serem desempenhadas nas UC, principalmente na implantação de empreendimentos de médio e grande porte com significativo potencial de degradação e/ou poluição ambiental. Porém, é importante ressaltar que:

Cada área é única dentro do seu aspecto físico, social e cultural. Por conseguinte, a avaliação de cada local é imperativa para o desenvolvimento de técnicas de gerenciamento que garantam a sustentabilidade do recurso e promovam o bem-estar das pessoas locais, enquanto assegurando a satisfação dos visitantes (NELSON; PEREIRA, 2004, p. 131).

Para Takahashi (2004), as estratégias para minimizar os prejuízos e maximizar os efeitos positivos são os principais objetivos da gestão sobre o manejo e a visitação nas UC. Na busca pelas estratégias de alcance dos objetivos existem duas ferramentas indispensáveis, o planejamento e a gestão pública, as quais devem estar integradas, como será exposto no próximo item.

### **4.3 Planejamento e gestão pública do turismo**

Planejar é um processo de tomada de decisões para alcançar determinado objetivo, seja para melhorar as condições da situação atual, seja para manter os melhoramentos obtidos ou mesmo evitar que a situação atual piore no futuro. O planejamento é um instrumento utilizado em várias escalas: seja em nível individual (ao organizar o dia-a-dia) ou em nível local, regional, nacional etc. O processo de planejamento possibilita a avaliação das variáveis, prevendo possíveis falhas e adequando prováveis circunstâncias inesperadas, sempre buscando uma melhora do objeto planejado. No planejamento público, a situação não é diferente.

O planejamento público pode ser definido como um processo racionalizador e indispensável, realizado pela administração pública para organizar e coordenar os recursos disponíveis, com vistas a conquistar o bem-estar e a satisfação das necessidades dos cidadãos e o progresso da coletividade (ACERENZA, 2002, p. 154).

---

<sup>20</sup> Esses são documentos técnicos elaborados por profissionais multidisciplinares com o objetivo avaliar os impactos ambientais e apontar ações adequadas para minimizar os impactos negativos.

Assim, é por meio desse processo que o poder público gerencia a sociedade. No contexto público, Molina (2005) cita as fases do planejamento, para uma melhor compreensão do processo: o diagnóstico (que faz uma análise geral da situação), o prognóstico (produção de possíveis soluções), os planos (os documentos que envolvem as informações principais do planejamento), os objetivos (o que se deseja alcançar), as metas (os objetivos de forma quantificada), os programas (que contêm as informações gerais do plano, mas de modo especificado), os pressupostos (faz referência às finanças), os projetos (as menores unidades do processo, no qual as idealizações se concretizam) e, por fim, a avaliação. Esta última fase consiste na análise permanente dos efeitos positivos e negativos acerca de tudo que o planejamento realizado influenciou no objeto planejado.

Para Barreto (2002), o planejamento não é algo estático. Pelo contrário: é uma atividade de muitos fatores concomitantes que são coordenados para alcançar um objetivo futuro, “Sendo um processo dinâmico, é lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos” (BARRETO, 2002, p. 13).

Desse modo, é indispensável que o processo de planejamento seja compreendido como algo cíclico e prático das deliberações dos planos. Deve-se garantir a continuidade e frequência da avaliação das situações, propostas, resultados e soluções, lhe atribuindo o dinamismo, com base na interação social. Para estabelecer e garantir o processo contínuo da tomada de decisões, é indispensável a existência das relações de poder, o que caracteriza uma função política.

Porém, Matus (1989) ressalta que há um descompasso e até certa incompatibilidade entre o planejamento e os governantes. Isso porque a incapacidade política na resolução de conflitos e problemas busca soluções pontuais, com ajustes que, espera-se, sejam suficientes, não sabendo as consequências que essas ações pontuais poderão trazer no futuro. Alguns problemas são declarados como insuperáveis e, por consequência (e/ou comodismo), acabam por serem considerados como parte da realidade, como algo normal.

Matus (1989) afirma que o ser humano não improvisa, mas faz cálculos sobre as suas possibilidades de alcançar determinado objetivo, precedendo e presidindo

suas ações. Considerando a importância do planejamento, se faz necessário também compreender seus limites.

[...] embora o planejamento não seja uma panacéia para todos os males, quando totalmente voltado para processos ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo (HALL, 2001, p. 29).

Na busca por um planejamento do desenvolvimento que seja incluyente e sustentável, é importante saber sobre a existência da crença equivocada sobre o processo de planejar, a qual teria como premissa que “todas as incertezas poderiam ser exorcizadas [...] de acordo com metas definidas de uma maneira bastante voluntarista” (SACHS, 2004, p. 87). O projeto de planejamento para o desenvolvimento deve surgir gradualmente,

[...] de um diálogo conduzido, tanto em nível local quanto nacional, entre todos os atores significativos do processo de desenvolvimento (governo, camponeses, trabalhadores, empresários, intelectuais e a sociedade civil organizada), com vistas a alcançar objetivos negociados e a definir obrigações contratuais de todas as partes envolvidas (SACHS, 2004, p. 87).

A partir do conceito de que trabalhar com o planejamento é escolher o melhor caminho para alcançar um objetivo formulado, aplica-se o processo de planejar a atividade turística, em prol de integrar além dos efeitos econômicos, os aspectos da sustentabilidade. Acerca do planejamento turístico, o mesmo consiste em:

[...] ordenar as ações do homem sobre o território e ocupar-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando assim efeitos negativos nos recursos, como sua destruição e a redução de sua atratividade (RUSCHMANN, 1997, p. 9).

É importante pensar que o planejamento é um instrumento de significativo poder<sup>21</sup>, pois é o processo no qual as ações futuras serão realizadas, além da possibilidade de carregar consigo interesses pessoais ou coletivos, dependendo do objetivo a ser alcançado. De acordo com Dias (2003b, p. 89), o planejamento é indissociável do poder, “pois toda a elaboração de um plano envolve um contínuo processo de tomada de decisões que afetarão em maior ou menor grau um conjunto

---

<sup>21</sup> Para Weber (1994, p.33) o poder é “toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.

de pessoas”. No turismo, a preocupação com o planejamento e as políticas públicas ocorreu somente após o crescimento do setor turístico, como possível e real indutor de desenvolvimento.

A relação entre o planejamento e o poder, seja em nível municipal, estadual ou federal, se associa ao Estado, que tem papel indispensável quanto à evolução da sociedade. Bresser-Pereira (2010) afirma que o Estado, seja de qualquer ângulo, é a instituição mais importante que uma sociedade civil, politicamente organizada, pode ter. O Estado, por meio das políticas, utiliza o planejamento para a gestão pública. Logo, o planejamento e a gestão devem ser direcionados da melhor maneira possível, visando efeitos positivos para a sociedade.

A gestão pública se baseia na capacidade do Estado em promover o desenvolvimento pautado pelas políticas públicas escolhidas e administradas adequadamente (BRESSER-PEREIRA, 2010). Essa gestão, diz Oliveira (2012), é pautada pela estrutura do Estado e independe dos governos que estão em exercício, caracterizando a permanência da estrutura administrativa. As políticas públicas surgem e incidem de acordo com os acontecimentos da sociedade e das relações entre as esferas de governo. A importância do planejamento para as políticas públicas se mostra no planejar como algo contínuo, que se adequa de acordo com a realidade e com os processos democráticos eleitorais.

Hall (2001) lembra que os processos de planejamento e de políticas públicas estão fortemente associados, pois “a elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade”, ou seja, “recebem inputs dos partidos; da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (EASTON, 1965 *apud* SOUZA, 2006, p. 24), tornando assim necessária sua compreensão de modo multi e interdisciplinar já que pode ser objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento por “comportar vários olhares” (SOUZA, 2006, p. 26).

Nesse processo, o Estado tem expressiva importância (se não a fundamental), pois é responsável pelo planejamento e coordenação de diferentes setores da sociedade (social, econômico, político, cultural, ambiental, turístico etc.) (HAMOY, FARIAS; FIGUEIREDO, 2016). Voltando às políticas e a gestão pública para o turismo, Acerenza (2002) expõe questões relevantes para a reflexão acerca de teorias sobre o Estado e da atividade turística e sua relação na administração pública. No que se

refere ao turismo, o autor fala sobre a dificuldade na inserção desse fenômeno na organização pública, na qual “Um dos principais obstáculos para o desenvolvimento da atividade turística, na maioria dos países, é a dificuldade que existe para definir o turismo do ponto de vista da administração pública” (ACERENZA, 2002, p. 278). Esse pensamento aponta o turismo como atividade recente nos quesitos planejamento e organização no Brasil.

A gestão pública e o planejamento de uma UC, em especial no tocante ao Uso Público, devem criar estratégias para o manejo dos recursos naturais, e deve contemplar todos os atores envolvidos nesse processo: poder público, privado e moradores locais. Assim, a participação se mostra como grande aliada nesse processo. Isso porque, de acordo com Azevedo *et al.* (2013, p. 20),

Pensar em política é cuidar dos diversos problemas inerentes à questão de interesse da coletividade, portanto a participação ou não do processo político nos torna responsável pelas decisões de escala macro, bem como pelas ações em menores proporções.

Esse pensamento vem ao encontro com o que Hamoy, Farias e Figueiredo (2016), afirmam sobre o planejamento e as políticas públicas, que devem aprovar a democratização da sociedade, no qual os movimentos e grupos sociais organizados são elementos chave na fiscalização e no controle das ações governamentais. Os autores comentam que para o processo de gestão e planejamento é indispensável a presença dos moradores, os quais devem saber todas as mudanças que acontecerão. Mais do que saber, as proposições devem partir dos próprios moradores.

É necessário associar as práticas participativas com as representativas do poder público. Porém, “o início de processos participativos está na capacidade de organização da sociedade civil, porque somente assim [esta] adquire vez e voz” (DEMO, 2001, p. 32), onde a participação cidadã é um

[...] processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações (TEIXEIRA, 2002, p.30).

A participação também deve ser um pilar na gestão de uma UC de Uso Sustentável, pois ainda que existam novas regras, a comunidade deve participar das novas práticas adotadas, com o intuito de minimizar os conflitos. A organização

representativa dos poderes público, privado e dos moradores locais traduzem os anseios de cada categoria, e quando articulados é possível alcançar objetivos diversos, de acordo com os interesses desejados. Segundo Kinker (2002, p. 43), “[...] é importante estabelecerem-se processos participativos entre as Unidades de Conservação, seus vizinhos e a sociedade em geral”.

Ammann (1980, p.61) analisa a participação como “o processo mediante as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada.” De acordo com Bordenave (1994), a participação não significa conseguir benefícios apenas, mas principalmente auxiliar e intervir no processo de tomada de decisões em todos os níveis.

Bordenave (1994) complementa a ideia de Amman, de que os seres humanos transformam e constroem sua própria história, por tratar-se de uma necessidade que se manifesta por meio da sua capacidade de modificar e dominar a natureza e o mundo. Ammann (1980) afirma que, por meio da participação, os indivíduos são capazes de modificar seu contexto e sua história, diz que a sociedade é produção de si mesma, e não apenas a reprodução e adaptação de circunstâncias (AMMANN 1980). É a partir desse processo de produção que as pessoas constroem suas próprias histórias.

Por meio da participação popular surge o controle social, que garante o envolvimento da sociedade na busca pela melhoria da qualidade de vida. Quando a população acompanha ativamente sua realidade, ela reverbera em transformações sociais.

*[...] participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tem parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada. O conceito de participação social é transferido deste modo da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem conseqüências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas. Em harmonia com o conceito, se uma população apenas produz e não usufrui dessa produção, ou ela produz e usufrui, mas não toma parte na gestão, não se pode afirmar que ela participe verdadeiramente (AMMAN, 1980, p.61, grifo do autor).*

Para alcançar a transformação social, a participação deve acontecer e do modo consciente. Quando os indivíduos não fazem apenas parte desse processo, mas acompanham ativamente, há mais possibilidades de mudança da realidade.

No processo de planejamento e gestão, a participação é instrumento indispensável para uma UC. A participação a ser abordada nessa pesquisa faz referência à condução não-exclusiva do Estado, associada à mecanismos de condução centrada nos atores envolvidos. No caso de UC, trata-se da iniciativa privada e moradores locais ou do entorno que decidem juntamente com os gestores (representantes do Estado) as ações que acontecerão (ou não) em determinado espaço natural.

De acordo com Azevedo e Anastasia (2002), as arenas públicas possibilitam a negociação dos interesses gerais da comunidade, como no caso do desenvolvimento turístico, deveria ultrapassar a extensão de tão-somente um processo de agregação de preferências gravadas por representantes legais, mas sim incorporar uma dimensão deliberativa, que envolva também a construção do consenso, a explicitação do dissenso e da diferença e a formação e a transformação das preferências.

O envolvimento da sociedade em processos de tomada de decisão para a gestão de UC se apresenta como um importante pré-requisito para a elaboração de políticas públicas que considerem seus interesses, principalmente no que se refere ao caso de comunidades afetadas pela criação destas áreas naturais protegidas (COZZOLINO; IRVING, 2005).

Conforme Passold e Kinker (2010), para que as UC sejam realmente implementadas e alcancem seus objetivos, muitos desafios devem ser ultrapassados. Dentre eles está o envolvimento e sensibilização da sociedade, para que esta perceba a relevância desses espaços e fiscalize as ações que ali acontecem. De outro modo não há como alcançar os objetivos idealizados.

#### **4.4 O desenvolvimento local por meio do turismo**

O desenvolvimento local de uma região não está ligado apenas à elaboração de políticas públicas, mas também ao nível de liberdade/envolvimento que é dado à comunidade local para a construção dessas políticas por parte do Estado. A participação social na formulação de propostas políticas é necessária para a melhoria da qualidade de vida, possibilitando a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento.



De início, abordar a temática do desenvolvimento local exige que sejam expostas breves questões sobre a globalização, pois conforme Castro (2012), as escalas global e local não devem ser dissociadas como processos paralelos.

De acordo com Vazqués Barquero (2002), a globalização é um paradigma caracterizado pela dimensão global que os sistemas produtivos adquiriram no decorrer dos anos pelo processo de acumulação e internacionalização do capital, e pela cessão de protagonista do Estado para as empresas inovadoras (frequentemente multinacionais e transnacionais detentoras do capital financeiro). São redes produtivas formadas ao redor do globo que fomentam a concorrência dos mercados que necessitam de ajustes contínuos.

Sabendo que as empresas estão incluídas em determinado contexto social e urbano, há um estímulo à formação de novas organizações produtivas de cidades e regiões.

A globalização é um processo vinculado ao território não apenas porque envolve nações e países, mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões sobre investimento e localização tomadas pelos atores econômicos, sendo também uma função dos fatores de atração de cada território. Trata-se, portanto, de uma questão que condiciona a dinâmica econômica das cidades e regiões e que, por sua vez, é afetada pelo comportamento dos atores locais (VAZQUÉS BARQUERO, 2002, p. 15).

Além da globalização, outros fatores que influenciaram significativamente na organização das regiões e municípios foram a difusão, por parte do poder público, da ideologia neoliberal de Estado mínimo que ocasionou a divisão do poder do Estado e o entorno inovador, formado por uma rede de atores locais e pelas relações que formam o sistema produtivo, pois a economia local é reflexo do papel da comunidade no processo de desenvolvimento local.

Nesse contexto, o desenvolvimento local surge como uma resposta aos desafios da concorrência internacional, de modo que a sociedade, por meio de organizações, associações e redes públicas e privadas criem novas alternativas de gestão, possibilitando a participação e liderança em ações e projetos, interagindo nos distintos segmentos econômicos e sociais para otimizar “suas vantagens competitivas e sejam incentivadoras do desenvolvimento econômico” (VAZQUÉS BARQUERO, 2002, p. 33).

Por um viés diferente do desenvolvimento econômico neoclássico, o desenvolvimento local propõe-se a:

[...] atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos de posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto (VAZQUÉZ BARQUERO, 2002, p. 39).

Para o autor, a inovação tem papel fundamental nesse processo, juntamente pela rede de atores locais e pelas relações socioespaciais que constituem o sistema produtivo a partir de um modo característico de organização com base em sua própria cultura e geram uma dinâmica comum de aprendizagem. É um desenvolvimento que vem por um viés social e não está necessariamente associado ao crescimento econômico significativo. Para tratar sobre as disparidades econômicas e sociais difundidas no mundo, “não devemos, de modo algum, usar os mesmos paradigmas que a produziu” (RODRIGUES, 2003, p. 1).

Percebe-se que a ideia de desenvolvimento local está, fundamentalmente, associada à organização social e suas relações. Ou seja, quanto maior o envolvimento e a participação da sociedade, maior é a possibilidade de alcance do desenvolvimento local. Esse envolvimento se reflete numa rede que possibilita a criação de um espaço cada vez mais ativo e provoca a quebra do paradigma<sup>22</sup> da globalização capaz de interagir com o Estado na formulação de políticas participativas.

De acordo com Vazqués Barquero (2002), os processos de desenvolvimento local podem ser definidos a partir da capacidade da própria comunidade local no que tange ao controle das mudanças ocorridas em uma região. O objetivo é que seja um desenvolvimento que priorize ações vindas com a buscando satisfazer suas próprias necessidades coletivas.

É claro que o protagonismo efetivo de uma comunidade se mostra como um significativo desafio para o desenvolvimento, pois muitas vezes essas comunidades carecem de noções de cidadania, identificação sociocultural e até mesmo de política. Não pretende-se impor essas percepções/categorias para comunidades que, muitas

---

<sup>22</sup>A quebra de paradigma refere-se à ruptura com o modelo político tradicional, no qual os gestores públicos centralizavam as ações e não formulavam políticas públicas ou projetos de atuação de modo integrado.

das vezes, possuem uma dinâmica diferente do meio urbano. Porém, são noções que instrumentalizam a sociedade a agir a partir do modelo de desenvolvimento almejado.

A busca pelo desenvolvimento local também envolve um campo (BOURDIEU, 1983) carregado de ideologias e interesses, por vezes acarretando conflitos. Portanto, é necessário o envolvimento protagonista da comunidade local, de modo consciente e instrumentalizado para defender os objetivos em comum. “[...] a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo árduo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses adversos” (DEMO, 2001, p. 23). A participação é uma conquista a ser alcançada individualmente por cada pessoa, de modo que cada vez mais, ela se torne cidadã (DEMO, 2001).

Esse envolvimento da comunidade local se encaixa no nível de instituições informais e exercem papel indispensável no processo de desenvolvimento local, pois:

[...] é uma estratégia para a ação. As comunidades locais tem uma identidade própria que as leva a tomarem iniciativas visando assegurar o seu desenvolvimento. Quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, têm condições de evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de atuação (VAZQUÉZ BARQUERO, 2002, p. 39).

Essa estratégia pode ser aproveitada em localidades com distintas potencialidades, inclusive locais com potencial turístico, haja vista que o turismo pode dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida da comunidade receptora, de modo a:

[...] mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2008, p. 25).

No meio acadêmico, as inquietações sobre o turismo e o desenvolvimento local têm se destacado (CORIOLANO, 2003, 2009; BARTHOLO; SAN SOLO e BURSZTYN, s.d.; NASCIMENTO, NÓBREGA, 2016) e enriquecido os debates sobre ambas as temáticas. Como foi explanado, o planejamento e a gestão pública, com vias ao desenvolvimento local, são indispensáveis para resultados positivos para a comunidade no que corresponde a construção de estratégias (como investir na

atividade turística, por exemplo) que incentivem e dinamizem a economia local e a melhoria na qualidade de vida da comunidade utilizando suas próprias características culturais, sociais, históricas e naturais. Nesse sentido, o turismo demonstra ter um grande potencial para o alcance desenvolvimento local/endógeno.

O turismo pode ser um fio condutor de desenvolvimento local quando a iniciativa para inserir a atividade ou mesmo reorganizar seu modo de dinamização vem para atender aos anseios da comunidade, se mostrando como uma resistência às tendências de um turismo de massa, que desconstrua a imagens por vezes estereotipadas criadas externamente.

A abordagem do desenvolvimento local para o turismo se baseia na premissa de construir um novo modelo de promoção do turismo enquanto atividade social, direcionada para o lugar que recebe os visitantes e para os atores que participam desse processo (os moradores locais). Sobre o desenvolvimento local para o turismo, pode-se dizer que representa o:

[...] processo de mudança de mentalidade, de câmbio social, e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso se orienta para o desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas, tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento na escala humana (CORIOLANO, 2003, p. 25).

Assim, a possibilidade de desenvolvimento local a partir do turismo passa também pela dinâmica de participação dos atores locais, visando romper com o modelo global de um turismo massivo. Sobre a promoção do desenvolvimento local por meio da atividade turística, destacam-se três orientações para a formulação de alternativas:

- a) A manutenção da identidade cultural dos lugares com o próprio fator de atratividade turística e o estabelecimento de um maior intercâmbio e integração entre as populações hospedeiras e os visitantes
- b) A construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades [...] como fator estruturante da valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo;
- c) Estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infra-estrutura turística: conservação do meio ambiente, rusticidade local, valorização sem transformação (SOUZA, 1999, p.10).

Estas três orientações podem auxiliar na elaboração de estratégias para o desenvolvimento local, buscando “resgatar o chamado desenvolvimento à escala humana, ou seja, relativo às possibilidades do lugar [...]” (RODRIGUES, 1997, p. 62).

De modo geral, a perspectiva do desenvolvimento local em relação ao turismo (em especial em Unidades de Conservação), necessita de uma integração entre os agentes que dinamizam a atividade (turistas, comunidade receptora, e poderes público e privado), de modo a compatibilizar as condições físicas, ecológicas, econômicas e sociais das UC efetivadas por meio de um processo cíclico de planejamento e gestão pública com base na participação da comunidade que possibilite a instrumentalização dos moradores locais para gerenciar o turismo.

Para falar do planejamento e da gestão pública do turismo em UC e do campo de relações formado, é preciso compreender os contextos histórico, físico-territorial, socioeconômico e turístico do *lócus* desse estudo, assunto que será tratado na próxima seção.

## 5 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, FÍSICO-TERRITORIAL E SOCIOECONOMICA DO MARAJÓ E ASPECTOS TURÍSTICOS DE SOURE

O Marajó é a maior ilha flúvio-marítima do mundo, com 104.140km<sup>2</sup> de área territorial (IBGE, 2018), situada no norte do Brasil, no estado do Pará, na foz do rio Amazonas e que, juntamente com as ilhas de Caviana, Mexiana e Gurupá, constituem o arquipélago do Marajó. A mesorregião do Marajó é formada por dezesseis municípios, composta por três Microrregiões Geográficas (MRG) Arari, Furos de Breves (inseridas integralmente no arquipélago do Marajó) e Portel, que abrange os municípios integrados ao continente (BRASIL, 2007). O acesso à ilha, se dá por via aérea ou fluvial, sendo este último o mais utilizado, devido ao valor da passagem ser mais acessível. Internamente, pode-se chegar às vilas e comunidades por estradas, geralmente em condições precárias de conservação (QUARESMA, 1999).

Em função de sua complexidade ecossistêmica e diversidade biológica e cultural, os moradores do arquipélago do Marajó desenvolveram ao longo dos anos uma relação de uso comum dos recursos naturais, o que Marin *et al* (2015, p. 16) chamam de ‘territorialidades específicas’ além de conhecimentos sobre preservação e uso desses recursos. Essa relação é percebida em atividades que estão na base do modo de produção das comunidades locais, que se formam a partir de “calendários agroecológicos e formas de organização do mercado que são expressões de práticas culturais” (MARIN *et al*, 2015, p. 16)

Para melhor compreender o *locus* desse estudo, serão apresentados a seguir alguns aspectos relevantes para a contextualização do Marajó e, mais especificamente, de Soure.

### 5.1 Aspectos históricos do Marajó

Muito antes da chegada dos portugueses, entre 400 e 1.300 d.C., o Marajó, nomeado pelos indígenas como Marinatambal, já era habitado por povos indígenas. Esses povos falavam um idioma diferente do Nheengatu<sup>23</sup> (considerada a ‘língua

---

<sup>23</sup> Língua Geral Amazônica usada na catequese pelos missionários, descrita por Sarraf-Pacheco (2010) como língua da homogeneização.

boa'), e foram denominados de "nheengaíbas", que significa "língua má" (SARRAF-PACHECO, 2010). O aprendizado do idioma Nheengatu se tornou obrigatório na região amazônica, gerando "sofrimento dos povos marajoaras devido à imposição no uso da Língua Geral Amazônica" (BATISTA; NOGUEIRA, 2016, p. 139).

Até a primeira metade do século XVII, o arquipélago do Marajó foi denominado de "Ilha Grande de Joanes", nome dado pelo espanhol Vicente Yanez Pizón que esteve no litoral paraense em 1500 (CRUZ, 1987). Em virtude do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 entre as Coroas Portuguesa e Espanhola para dividir o mundo, a Amazônia seria, em tese, de domínio espanhol. Porém, com a inexistência de uma demarcação territorial que garantisse a efetivação desse tratado, portugueses e espanhóis se expandiram e invadiram mutuamente os territórios contrários, causando disputas e conflitos. No Marajó habitavam diversos grupos indígenas, como os "Aruãs, Sacacas, Marauanás, Caiás, Ararís, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás e os batizados de Nheengaíbas" ((SARRAF-PACHECO, 2009, p. 84).

Em 1754, a ilha foi inserida no processo de colonização portuguesa, e passou a ser denominada de "Marajó", de origem tupi, *imbara-yo* que significa "barreira do mar" (CRUZ, 1999, p. 27). Os portugueses encontraram dificuldades para percorrer os rios do arquipélago, pois as comunidades indígenas não aceitaram passivamente que lhes fossem tiradas suas riquezas, terras e a dominação pela escravidão, acarretando a morte de povos pré-coloniais marajoaras.

O labirinto de Ilhas, os Marajós e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram passivamente aquelas estranhas chegadas de gentes tão diferentes de seu referente humano. [...] enfrentaram as armas portuguesas por quase 40 anos (SARRAF-PACHECO, 2009, p. 84).

No período da colonização, grande parte da população indígena foi dizimada durante os conflitos entre os portugueses e as nações indígenas que habitavam a então Ilha Grande de Joanes. Nesse período, o Marajó também foi ocupado pelos jesuítas, que foram responsáveis pela catequização e colonização dos índios que habitavam na ilha. O povo marajoara foi escravizado pelos portugueses que assumiram consideráveis áreas de terras por meio de concessões de sesmarias<sup>24</sup>. Em 1721 e 1740 foram distribuídas cerca de 50 sesmarias (BRASIL, 2007 p. 17). Os

---

<sup>24</sup> Lotes de terras abandonadas cedidos a determinadas pessoas que resolvessem cultivá-las. (FERREIRA, 1994).

jesuítas, responsáveis por introduzir a pecuária como atividade econômica no Marajó, foram expulsos do Pará na década de 1750. “A expulsão dos jesuítas, que controlavam enormes fazendas na ilha de Marajó, representou um retrocesso temporário para a pecuária na ilha” (WEINSTEIN, 1993, p.58). O Marajó entrou em decadência, pois os padres levaram consigo cerca de 60% da população indígena, influenciando negativamente no equilíbrio econômico (CRUZ, 1999).

Porém os motivos para a decadência econômica do Marajó são controversos. Algumas hipóteses contribuem para a compreensão na mudança do sistema tradicional para o sistema agrário colonial. De um lado, Schann (1997), afirma ser consequência da perda de controle dos cacicados<sup>25</sup>, já que estes mobilizavam para o trabalho social que ocorria antes da colonização europeia. Do outro lado, há indícios de que a decadência da agricultura e as atrocidades cometidas contra os indígenas pelos europeus transformou o Marajó em um cenário de batalhas, ocasionando o deslocamento e a eliminação dos povos indígenas (MARIN, 2015).

Em 1757, chegam ao arquipélago colonos oriundos da África e outras ilhas do Açores, em busca de riquezas. Assim, o Marajó começa a ser efetivamente colonizado, com o gado como atividade econômica principal, a mão de obra dos colonos e a influência indígena com o conhecimento adquirido sobre as terras com os religiosos (CRUZ, 1999). Na década de 1780, a Coroa transferiu a maior parte das propriedades desocupadas para a posse de particulares, por meio de loteamento de terras na ilha do Marajó, e essas fazendas tornaram-se a base econômica para famílias política e socialmente distintas (WEINSTEIN, 1993).

Entre 1725 e 1823, as terras da ilha do Marajó foram distribuídas e ocupadas com a fundação de sítios e fazendas (SOARES, 2002). Por meio de doações de sesmarias, se formaram as fazendas e os fazendeiros (elites locais), como nova classe social que detêm poder econômico, que são

Ainda hoje os mandatários da grande ilha, contrapondo-se aos vaqueiros, peões e pescadores que formam a classe social menos favorecida. Acentuam-se a partir daí as diferenças sociais, e cresce a relação de subserviência dos caboclos, que são os verdadeiros marajoaras (CRUZ, 1999, p.177).

---

<sup>25</sup> Modo de organização social característica das sociedades tribais em grande parte da América do Sul no período pré-colonial. São relações de parentesco que adquirem importância na divisão e especialização social do trabalho. A hierarquia se estende para além do domínio da aldeia, com relações de subordinação entre aldeias e entre essas e uma aldeia principal, residência do chefe do clã mais importante – o cacique (SCHANN, 1997).



A relação do povo marajoara com a terra era, e ainda é, consideravelmente influenciada pela existência baronato e coronelato, ocasionando conflitos de interesse entre os fazendeiros e a comunidade local.

## **5.2 Aspectos físico-territoriais do Marajó**

Habitado atualmente por cerca de 300.000 pessoas, o Marajó possui um dualismo geográfico característico: a área dos campos e a área de florestas (ao leste, com os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure e Ponta de Pedras) e região das matas (a sudoeste com os municípios de Afuá, Breves, Curralinho, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Anajás e as ilhas, Bagre, Portel, Melgaço e Gurupá) (CRUZ, 1999).

Pode-se dizer que há certa integração da paisagem marajoara (não necessariamente homogênea), mas isto destaca a ilha como cenário ecológico importante para o Brasil, fato que contribui como local de referência para a prática do turismo (SOUZA, 2014). Essa integração se deve ao ecossistema terrestre composto de uma área de campo/pastagem natural, uma área de floresta mais densa, e um ecossistema aquático formado por oceano, praias, mangue, rios e lagos. O território é baixo e relativamente plano (motivo pelo qual algumas casas são suspensas), com pequenas porções de terra mais altas, que não inundam nos período de chuva.

A ilha possui clima característico da região amazônica, considerado quente e úmido, com temperatura média de 26°C. Durante o ano, as estações climáticas são bem definidas: nos meses de janeiro a junho é mais chuvoso, e entre julho e dezembro mais seca. O índice pluviométrico tem precipitação anual de 2.800 mm a 3.600 mm, e a umidade relativa do ar é maior que 80%. Os dias têm a mesma duração das noites. (SOUZA, 2014).

## **5.3 Aspectos socioeconômicos do Marajó**

O Marajó se constitui em um cenário social e econômico marcado por conflitos e problemas que dificultam a geração de emprego e renda. Um contexto marcado por

altos índices de tráfico de drogas e prostituição infantil, acompanhado de baixo índice de qualidade de vida<sup>26</sup>.

No período da colonização, o estímulo para empreendimentos agrícolas era forte. Porém as características geográficas da terra, inviabilizava a atividade e o extrativismo se tornou a principal fonte da economia (WEINSTEIN, 1993). Nessas circunstâncias, o Marajó tornou-se um centro de pecuária relevante, por ter áreas de pasto em certas partes da ilha.

Atualmente, as principais atividades econômicas são baseadas na variedade ecossistêmica, que possibilita a pecuária e extração de produtos de origem vegetal, como o palmito de açaí (*Euterpe oleracea*), a mandioca (*Manihot utilíssima*), o óleo da semente de andiroba (*Carapa guianensis*), a pesca de peixes, crustáceos e moluscos, além da criação de búfalos e sua cadeia produtiva derivada (leite, queijo e couro), em fazendas da região (MIRANDA NETO, 2005).

O turismo também é uma atividade que ao longo dos anos vem adquirindo importância no cenário econômico do Marajó e, mais especificamente, de Soure. Segundo o Plano Estratégico de Turismo do Pará, Soure oferece potencialidades para os segmentos turísticos de sol e praia, cultural, rural, e de ecoturismo, por sua natureza, praias, fazendas de búfalos e a cultura local (PARÁ, 2011).

O turismo, como atividade econômica em Soure, teve maior relevância a partir das décadas de 1970 e 1980, com a instalação de pousadas, financiadas com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Dentro de uma política desenvolvimentista para a Amazônia, Soure foi considerada uma cidade com “vocação natural” para a atividade turística (FIGUEIREDO, 1998).

O setor comerciário não tem uma relevância significativa para a economia do município, pois apresenta um baixo rendimento e há pouca oferta de empregos neste setor. Em Soure, há estabelecimentos de vários tipos: lojas de confec es, açougues, queijarias, panificadoras, farmácias, bares restaurantes, mercado municipal,  ticas, cyber café, dentre outros. Porém existe certa dificuldade em encontr -los abertos à noite e aos domingos (PARÁ, 2012).

---

<sup>26</sup> Com base no  ndice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no último estudo realizado, o Marajó ficou com seis municípios (Afuá, Anajás, Portel, Bagre, Chaves e Melgaço) com índices baixos, inclusive Melgaço corresponde ao pior IDHM do país.

#### 5.4 Aspectos turísticos do Marajó: recorte sobre Soure e suas comunidades

O arquipélago do Marajó é uma das regiões do Pará que exerce maior atração no imaginário de turistas nacionais e internacionais e possui atrativos histórico-culturais, gastronômicos e naturais que contribuem para sua relevância turística no Pará, que colocam esse polo<sup>27</sup> como o terceiro mais significativo na oferta do local do estado<sup>28</sup> (PARÁ, 2011). O Marajó também fica em terceiro lugar com maior relevância no mercado turístico internacional do norte do país, atrás de Manaus (AM) e Belém (PA) (PARÁ, 2011).

No Marajó, Soure se intitula a “capital turística do Marajó”, pela quantidade de unidades habitacionais disponíveis ser maior do que os outros municípios da ilha<sup>29</sup>: Também conhecida como a “pérola do Marajó”, Soure se destaca no cenário turístico por suas praias e mangues, juntamente com a fauna, caracterizada pela presença de pássaros guarás e búfalos.

Localizada ao leste da ilha do Marajó, Soure é uma cidade distante 90 Km de Belém (capital do Estado). Se situa à margem esquerda do rio Paracauari, e é considerado o maior município do arquipélago marajoara. Tem sua origem em uma aldeia indígena, os Marauanás (CRUZ, 1999). Possui extensão territorial de 3.517,318km<sup>2</sup> e tem 24.682 habitantes (BRASIL, 2018).

Soure tem sua área litorânea instituída como RESEX, criada em 2001, pelo Decreto s/nº de 22/11/2001, e tem por “objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL, 2001, s/p). A reserva é constituída de duas partes; a primeira é a do Manguezal de Soure e a segunda é denominada de Manguezal do Rio do Saco.

A RESEX Marinha de Soure abrange uma área com ecossistemas diversificados que se constituem como relevante patrimônio ambiental e está localizada na maior extensão de manguezal do planeta (faixa litorânea entre Amapá e Maranhão). Essa RESEX foi instituída como resultado de uma ‘ação política, organizada pela

---

<sup>27</sup> No Pará com o intuito descentralizar as ações e diversificar as ofertas de produtos da região, a Secretaria de Turismo do Pará adotou a organização do estado em 06 polos turísticos: Belém, Amazônia Atlântica, Xingú, Tapajós, e Araguaia/Tocantins.

<sup>28</sup> Primeiro lugar o Polo Belém, segundo o Polo Tapajós (PARÁ, 2012).

<sup>29</sup> Informação verbal concedida por um técnico da SETUR/Soure – Entrevista concedida em novembro/2017.

Associação dos Caranguejeiros de Soure – ACS “[...] cujo objetivo era frear os pescadores da Região do Salgado [...] que capturavam o caranguejo através de técnicas predatórias” (CARDOSO, 2015, p.139).

No interior da RESEX, com 29.578,36 hectares (BRASIL, 2017a), habitam cerca de 1.300 famílias ligadas diretamente a atividades de extração de peixes, crustáceos, moluscos e extração vegetal de modo sustentável na UC, como pescadores artesanais, caranguejeiros, artesãos e famílias complementam a renda com o fluxo de visitantes gerado pela atividade turística. Essa população, que está distribuída em comunidades tradicionais, faz parte da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS), que autoriza a prática extrativista na região da RESEX e os associados também são beneficiados com acesso ao crédito (LOBATO *et al.*, 2014).

Na RESEX existem quatro comunidades residentes na área: a Comunidade do Pedral, a do Cajuuna, a Vila do Pesqueiro e a Comunidade do Céu. Dessas, as duas últimas se destacam pela relevância turística no município, as quais foram foco desse estudo, juntamente com a área urbana de Soure.

A Comunidade do Céu (figura 03) tem cerca de 45 famílias e está situada a 20 km de Soure. O deslocamento é geralmente por meio de uma estrada estadual, via PA 154, que passa por uma propriedade privada, a Fazenda Bom Jesus, que cobra uma taxa para que visitantes passem pelo seu terreno. Também é possível chegar de canoa, partindo da comunidade do Pesqueiro, porém é necessário andar alguns quilômetros (dependendo da maré). A localização, à margem da Baía do Marajó, facilita o desenvolvimento da atividade pesqueira, principal atividade dos moradores.

Na Comunidade do Céu existe uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde para primeiros socorros, serviços de energia elétrica, banheiro ecológico em algumas casas<sup>30</sup>, uma pousada e um restaurante, gerenciados pela comunidade, e a Associação dos Moradores do Povo do Céu (AMPOC).

---

<sup>30</sup> Os banheiros e fossas sépticas estão sendo construídos, juntamente com um sistema de cisternas para a captação da água da chuva;

**Figura 03** - Comunidade do Céu



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

A Vila do Pesqueiro é banhada pelo encontro do rio Paracauari com o Oceano Atlântico. Foi fundada a partir de um terminal pesqueiro que abasteceria Belém, criado em 1962. De acordo com Cruz (1999), os descendentes de portugueses e pescadores se estabeleceram na região a partir de 1820, formando a atual Comunidade da Vila do Pesqueiro.

A Comunidade da Vila do Pesqueiro (figura 04) possui cerca de 100 famílias (grande parte nascidos na vila), se situa a 8 km de Soure e o deslocamento também é feito via PA 154. Como o próprio nome sugere, a principal atividade dos habitantes é a pesca, juntamente com a extração de produtos de origem vegetal, e turismo.

Na comunidade, existe uma escola municipal de nível fundamental, um posto de saúde para pronto-atendimento, um centro comunitário, serviços de energia elétrica, um bar de gestão privada (que também é restaurante e padaria), a Associação das Mulheres e Moradores Extrativistas da Vila do Pesqueiro (ASMMEP), uma igreja e um centro comunitário. É importante considerar que a localização do Pesqueiro facilita o acesso de visitantes e, por consequência, tem infraestrutura mais adequada para receber os visitantes, se comparado à Comunidade do Céu.

**Figura 04 - Vila do Pesqueiro**

**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

A vila do Pesqueiro, que tinha as casas exclusivamente de madeira com piso suspenso, recebeu no final de 2017 três novas residências de alvenaria (figura 05). A construção das casas nesse material foi porque os moradores conseguiram benefício do programa de habitação “Minha casa, Minha vida”, do governo federal, e dentre as normas, está definido que esse deve ser o material a ser utilizado na construção. Essa situação trouxe conflito entre as ações do programa de habitação e o ICMBIO, que pelos possíveis impactos a serem causados, assinou um documento informando que não indicava a construção, e que não poderia se responsabilizar por impactos futuros em decorrência dessas residências<sup>31</sup>.

As casas das comunidades da RESEX são construídas de madeira e com piso suspenso. O motivo de adoção desse modelo de construção é que no período do inverno amazônico, principalmente no mês de março, a vila fica alagada. Além disso, o clima na região, de maneira geral, é úmido, e o contato direto entre a alvenaria e a terra traz umidade para a construção, o que é prejudicial para a qualidade de vida dos moradores, já que a casa pode se transformar num espaço insalubre.

---

<sup>31</sup> Informação verbal – Entrevista com a presidente da Associação de Mulheres e Pescadores do Pesqueiro, em fevereiro/2018.

**Figura 05** - Casa de Alvenaria na Comunidade do Pesqueiro



Fonte: Juliana Hamoy (2018).

Em Soure, os principais atrativos turísticos<sup>32</sup> são as fazendas, que buscam retratar o cotidiano do marajoara, as paisagens naturais, a culinária e o artesanato local. De acordo com o Inventário Turístico do Município de Soure, os principais atrativos para o turismo em Soure são organizados em dois grupos: monumentos histórico-culturais e os naturais (PARÁ, 2012).

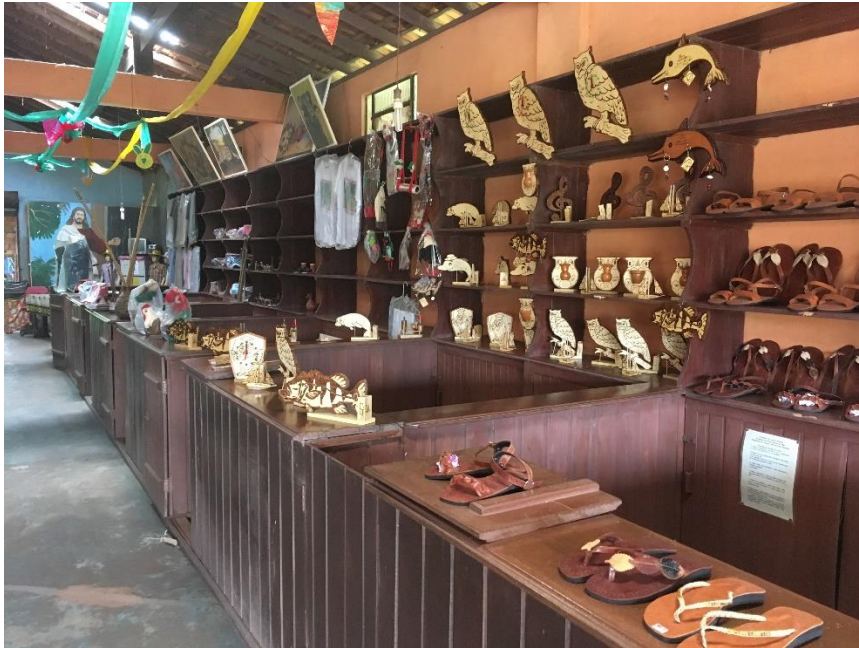
Dentre os monumentos histórico-culturais, destaque para a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos católicos do município, no qual é organizado o Círio da cidade, que ocorre no mês de novembro. Na pesquisa de campo realizada em novembro, foram entrevistados alguns visitantes e a maioria era oriunda de Belém, tendo ido a Soure com o objetivo de participar dessa manifestação religiosa. Já os outros visitantes, vindos de outros lugares, como São Paulo, não sabiam que ocorreria o Círio nesse período, mas estavam satisfeitos de poder participar dessa festa popular.

---

<sup>32</sup> Os atrativos turísticos são a base funcional de um município turístico e representam a matéria prima do destino. Sem essa matéria-prima é quase impossível que um município se desenvolva turisticamente. Os municípios dependem da existência e da quantidade de atrativos naturais, culturais, entre outros (BOULLÓN, 2005)

Há também um coreto em frente à igreja matriz, um obelisco de 150 anos em lembrança à independência do Brasil, a casa de cultura, que surgiu como sede da Associação Operária de Soure, mas que atualmente funciona como biblioteca, um espaço de artesanato com desenhos marajoaras (figura 06) e uma fábrica de peças com couro de búfalo (figura 07).

**Figura 06** - Casa de Artesanato "Pretinho da Bacabeira"



Fonte: Juliana Hamoy (2018).

**Figura 07** - Curtume do Marajó



Fonte: Juliana Hamoy (2018).



É importante ressaltar sobre os desenhos marajoaras, que além de serem símbolos característicos do Marajó, também estão em vários museus do Brasil e do mundo (como Estados Unidos e Israel), em artefatos de cerâmica arqueológicas.

Os povos que habitavam a região no período pré-colonial faziam peças de uso utilitário, decorativo e para rituais festivos. Essas peças ficaram conhecidas como a “cerâmica marajoara” e tinham como matéria-prima a argila, acrescida de ossos e cinzas (o que tornava o objeto mais resistente). Após a confecção, eram colocadas em um forno para secar e, posteriormente, eram pintadas. Essas peças têm como características representações naturalistas e geometrizantes (chamadas comumente de grafismo), e aparecem no entorno das peças produzidas. Os grafismos tendem a ser interpretados como enchimento do campo visual, entre as representações a que se dá destaque (SCHANN, 2007).

Os motivos marajoaras podem ser vistos em vários lugares da Ilha como na prefeitura, coreto (figura 08), lojas de artesanato e couro, hotéis, igrejas, restaurantes entre outros, caracterizando como identidade “regional” ou “da terra” (SCHANN, 2007).

**Figura 08** - Coreto com motivos marajoara



**Fonte:** Pará (2012).

A gastronomia também tem papel de destaque (não apenas em Soure, mas em toda a ilha), com o queijo de leite de búfala (existem queijarias onde o visitante pode ver o preparo do queijo), o frito do vaqueiro<sup>33</sup> e o caldo de turu (*Teredo Navalis*)<sup>34</sup>.

Dos atrativos naturais, destacam-se as praias e fazendas com áreas de mangue. O Pesqueiro é uma das praias mais frequentadas por turistas, principalmente nos períodos de férias escolares e feriados. Distante 13 km do centro urbano de Soure, fica bem próxima à Comunidade da Vila do Pesqueiro. O acesso se dá por meio de uma estrada pavimentada, que com veículo motorizado o deslocamento dura cerca de 15 minutos. É válido ressaltar que no período de julho existem vans que fazem o percurso durante todo o dia (\$5,00 cada trecho). Fora desse período, é mais frequente o uso de taxi (R\$50,00 o trecho) e/ou moto-taxis (R\$10,00 o trecho).

A praia (figuras 09 e 10), que tem 3 km de extensão, possui infraestrutura com 8 barracas padronizadas, feitas com palha de coco, as quais prestam serviços de restaurante e bar com alimentos em geral e não é permitida a entrada de veículos. A paisagem da praia é formada por coqueiros e dunas, com ondas fortes no verão e fracas no inverno (PARÁ, 2012). Na praia existem dois pequenos centros de artesanato, que só funcionam regularmente nos períodos de alta temporada (julho e feriados).

---

<sup>33</sup> Prato típico da região, feito com carne de búfalo, cortada em tiras e cozido apenas na água e sal. Ao secar a água, resta o óleo que se solta da carne, e então a carne é frita. Surgiu com as mulheres de vaqueiros, que preparavam esse prato para que seus companheiros levassem como refeição ao longo do dia de trabalho.

<sup>34</sup> Molusco com corpo gelatinoso que vive dentro do tronco de árvores de mangue, utilizado na culinária local, e pode ser consumido cru ou no caldo.

**Figura 09** - Praia do Pesqueiro – Julho/2017



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

**Figura 10** - Praia do Pesqueiro – Novembro/2017



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

A praia do Araruna (figura 11) também é frequentada por turistas, principalmente no período de julho. A praia possui vegetação com palmeiras e águas claras, com cerca de 8 km de extensão e sem infraestrutura de barracas e/ou banheiros para os usuários. Se localiza a 3km de distância do centro de Soure e o

acesso é por meio rodoviário, sem pavimentação. No caminho da praia podem ser observados o mangue e o ninhal de garças.

**Figura 11** - Praia do Araruna



**Fonte:** Pará (2012).

Outra praia visitada por turistas e moradores é a da Barra Velha, localizada a 3 km do centro de Soure. O acesso se dá por meio rodoviário, passando por uma fazenda privada (Fazenda Araruna – figura 12), onde a porteira é de livre acesso. A areia da praia, por vezes, se mescla à vegetação de mangue (figura 13). Por ser uma praia mais próxima ao centro urbano e não ter um limite espacial que impeça o acesso, durante a pesquisa foram vistos carros e motos transitando na areia, em período de baixa e alta temporada. Ressalta-se a existência de placas informativas que proíbem o acesso de veículos à praia.

**Figura 12** - Porteira da Fazenda Araruna



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

**Figura 13** - Praia da Barra Velha (com vegetação de mangue)



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

A praia do Mata-Fome (também conhecida como praia do Garrote) fica distante 5 km do centro de Soure e o acesso também é rodoviário, não pavimentado (parte do

trajeto é feito a pé). Não possui infraestrutura de serviços, bar e/ou restaurantes e é uma praia pouco frequentada por moradores e visitantes.

As fazendas também são espaços utilizados por visitantes, com destaque para a Fazenda Bom Jesus, a 10km do centro urbano de Soure, sendo a propriedade cortada pela PA 154 (que dá acesso às Comunidades do Céu e Cajuuna). Nessa fazenda (figuras 14 e 15) é possível ver peças sacras dos séculos XVIII e XIX e um rebanho de, aproximadamente, mil búfalos de várias raças.

**Figura 14** - Porteira da Fazenda Bom Jesus



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

O local oferece passeios de búfalos e lanches com sucos de frutas regionais, pães, doces e geleias de bacuri e cupuaçu (PARÁ, 2012). Para entrar na fazenda, é cobrada uma taxa dos visitantes. O valor do passeio é R\$100,00 por pessoa.

**Figura 15** - Fazenda Bom Jesus



Fonte: Juliana Hamoy (2017).

Outra fazenda que tem importância turística é a São Jerônimo (figuras 16 e 17). Essa fazenda, de propriedade do S. Brito, fica localizada na estrada do Pesqueiro, a cerca de 3km do centro de Soure, e já foi palco de um *reality show* e de cenário para uma novela veiculada em rede nacional de televisão, adquirindo visibilidade não apenas a fazenda, mas também a ilha do Marajó. Atualmente, a fazenda tem uma infraestrutura de 05 apartamentos, totalizando 15 leitos. Além disso, também são oferecidos passeios de barco, de búfalo, trilhas pela floresta e por manguezal, passeios por praias privadas banhadas pela baía do Marajó e, quando possível, ver o banho dos búfalos.

**Figura 16** - Porteira da Fazenda São Jerônimo



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

**Figura 17** - Fazenda São Jerônimo



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

Soure possui 13 instalações de hospedagem na área urbana da cidade, divididos entre pousadas e hotéis, somando cerca de 160 apartamentos (com 1, 2 ou 3 leitos) para atender os visitantes. São estabelecimentos com variação de preço,



localização e serviços (PARÁ, 2012). Dentre esses hotéis e pousadas, 11 estão disponíveis para reserva *online* (ou por *site* individual ou por *sites* específicos de busca para hospedagem).

Os meios de hospedagem em Soure, geralmente, têm restaurantes que atendem aos visitantes. Além de hotéis e pousadas, a cidade conta com 11 restaurantes (PARÁ, 2012) e várias lanchonetes, padarias e sorveterias.

Na área rural, algumas fazendas fornecem serviços de hospedagem, como é o caso das fazendas São Jerônimo e Araruna, que também possibilitam atividades como passeio de canoa a remo por igarapé, montaria em búfalos e/ou cavalos; trilhas, passeio de carroça puxada por búfalo e serviços de alimentos e bebidas.

Na vila do Pesqueiro não há hotel ou pousada. Contudo, uma moradora construiu um quarto separado (figuras 18 e 19), ao lado da sua casa, para atender os visitantes. O espaço, chamado de “Casa do Pescador” é organizado em um quarto para até quatro pessoas, um redário (até sete redes) e área de *camping* (uma barraca). Esse espaço está disponível para reservas em um *site*. Também é possível que os visitantes se hospedem na casa dos comunitários, de acordo com a disponibilidade. Para a alimentação, há um bar/restaurante/padaria na vila, onde o visitante pode fazer todas as suas refeições.

É importante destacar que a vila do pesqueiro e a Praia do Pesqueiro têm entradas diferentes de modo que, para chegar na vila, é necessário entrar em uma estrada (há sinalização informando sobre a Comunidade) e para a Praia do Pesqueiro, o visitante deve seguir a pista. Pela vila do pesqueiro também é possível chegar a uma praia, porém, sem infraestrutura de barracas, banheiros etc.

**Figura 18** - Quarto na vila do Pesqueiro



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

**Figura 19** - Redário na vila do Pesqueiro



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

Na Comunidade do Céu, também pertencente à RESEX, há oferta de serviços de hospedagem e restaurante na Comunidade que são organizados pelos próprios moradores, e a renda é dividida entre os envolvidos.

Nos pacotes para a ilha do Marajó como destino turístico, existem agências de viagens, que atuam na relação entre os turistas e os fornecedores de serviços. Em Soure, não foram encontradas informações oficiais sobre o número de agências de viagem. Porém, na pesquisa de campo foram identificados dois estabelecimentos que atuam no setor de agenciamento, fazendo os receptivos dos turistas no município. Geralmente, os gerentes/funcionários dos hotéis e pousadas informam ao turista sobre quais os passeios são ofertados e quem oferta. Por se tratar de uma cidade pequena, a contratação desses serviços geralmente é mais informal.

Para o desenvolvimento da atividade turística, é necessário que haja uma infraestrutura de apoio turístico que é, na realidade, a infraestrutura que serve indiretamente ao turismo, pois atende a todos os demais setores: comércio, indústrias, agricultura, áreas residenciais etc.

A infraestrutura geral consiste na rede viária e de transportes, no sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de água, de captação de esgotos e outros, sem os quais nenhuma classe de consumidor disporia dos serviços públicos básicos (BENI, 2006, p. 135).

Para se chegar ao Marajó, e mais especificamente à Soure, o principal meio de transporte é o fluvial. A viagem tem saídas todos os dias, e seu trajeto pode durar entre duas horas (de lancha, saindo do terminal hidroviário do centro de Belém) e quatro horas (de barco, saindo do terminal hidroviário no centro de Belém ou de balsa no porto de Icoaraci, há 20 km do centro de Belém). Ambos os trajetos necessitam de deslocamento terrestre até a cidade de Salvaterra, para então atravessar de canoa/balsa até Soure.

Também é possível chegar à Soure por via aérea. Porém os voos regulares/comerciais estão suspensos desde setembro/2017, e sem previsão de retorno<sup>35</sup>. A linha aérea que tinha saída duas vezes por semana, integrava o programa “Voe Pará”, que tinha o objetivo de desenvolver o turismo na região do arquipélago. Quando estavam disponíveis, a passagem tinha o custo de R\$165,00. Atualmente,

---

<sup>35</sup> Informação coletada em conversa informal na SETUR/PA, em Dezembro de 2017.

para se chegar de avião ao Marajó, é necessário fretamento particular. O voo de Belém até Soure dura por volta de 25 minutos.

Para o deslocamento interno em Soure, são utilizados carros, bicicletas, búfalos e motocicletas, sendo o último o principal meio utilizado. Para visitantes, as opções de meios de transporte são os taxis, os moto-taxis e as vans. Um aspecto que dificulta o deslocamento por transportes ou a pé é que apenas as ruas principais são asfaltadas, as demais são de terra batida, que no período de chuva (Janeiro a Junho) dificulta a circulação das pessoas.

Na região do arquipélago, apenas 30% da população tem coleta de lixo regular (a média nacional é de 80%). Em Soure, esse serviço atende 76% da população (destaque entre todos os demais municípios) (BRASIL, 2010). A coleta, diferentemente de outras cidades que utilizam caminhões, é realizada com um búfalo puxando uma carroça (figura 20). Esse serviço atende também às Comunidades da RESEX. É relevante destacar que a ausência desse serviço pode acarretar danos ambientais, pois “a baixa coleta de lixo em grande parte dos municípios do Marajó contribui para que suas populações busquem outras maneiras de eliminar seus resíduos, utilizando muitas vezes o uso do fogo<sup>36</sup> e o descarte a céu aberto” (BRASIL, 2010, s/p).

**Figura 20** - Coleta de lixo em Soure



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

<sup>36</sup> A queimada de resíduos é crime ambiental de acordo com a lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 12. Dez.2017.

No serviço de abastecimento de água, ainda que o Marajó esteja localizado numa área de rios, há uma precariedade na distribuição, haja vista que apenas 35,6% da população tem acesso à esse serviço (a média nacional é de 82%). No leste da ilha, (incluindo Soure), a distribuição de água tem um índice maior, 75% da população tem acesso à água, se comparado às demais regiões do arquipélago (BRASIL, 2010). Porém, na área litorânea (principalmente nas Comunidades do Pesqueiro, Céu e Cajuuna), a água é distribuída por caminhões pipa, que prestam serviço de duas a três vezes por semana.

O sistema de esgoto na ilha do Marajó pode ser considerado precário, de acordo com o IBGE (BRASIL, 2010). Em Soure cerca de 0,4% da população tem acesso à serviço de esgoto (a média nacional é de 55%) (BRASIL, 2010).

Os índices citados afetam diretamente a vida dos moradores, que por deficiência de serviços adequados, faz com que o meio ambiente seja contaminado, e essa contaminação volta ao ser humano. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó,

[...] o rio não serve apenas como fornecedor de água para as necessidades básicas (cozinhar, lavar roupas, banhos), mas também como depósito de dejetos fecais, o que produz conseqüências danosas à saúde da população. Isso denota precárias condições de saneamento ambiental. (BRASIL, 2007, p. 65)

A comunicação em Soure acontece por meio de telefonia fixa/móvel, *internet*, televisão e rádio. Desses, apenas o rádio tem sede no município, os demais recebem sinal da capital do estado, Belém. A energia elétrica, até o primeiro semestre de 2017, era obtida por meio de geradores e motores a diesel. Em junho do mesmo ano foi inaugurada a interligação do sistema elétrico da cidade ao linhão da hidrelétrica de Tucuruí/PA.

De modo geral, Soure possui uma infraestrutura básica, com dois hospitais municipais e uma clínica particular, bancos, mercados, feiras, farmácias, comércios, escolas, um ginásio, um parque de exposições, campus da Universidade Federal do Pará, etc.

É uma dinâmica diferente de um centro urbano como Belém. A cidade possui um bucolismo típico de cidades rurais, onde geralmente funciona mais no turno da manhã, de modo que na parte da tarde, é comum ver os moradores deitados em

redes, na frente de suas casas. O setor público (prefeitura e secretarias) funciona pela manhã, de 07h:30 às 13h:30, à exceção da SETUR/Soure, que também tem atividades de atendimento aos turistas, principalmente nos períodos de férias escolares.

Nas férias de julho, a SETUR/Soure possui uma programação de lazer no trapiche, que inclui shows musicais, aulas de dança, gincana de verão e eleição de *miss/mister* verão. Além disso, o município conta com algumas festas no decorrer do ano, que contribuem para a atividade turística local. Dentre essas festas, há destaque para o carnaval (blocos de rua, *shows*, e uma programação para crianças, adultos e idosos, que inicia pela manhã e termina na madrugada do dia seguinte), festa junina (com disputa de quadrilhas), Círio de Nazaré (realizado em novembro) e a festa de ano novo.

## 6 PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO EM SOURE

O planejamento e a gestão pública do turismo, conforme visto anteriormente, devem ser indissociáveis. Nesse sentido, esta seção aborda ambos os instrumentos utilizados em Soure, de modo que inicialmente serão expostos os documentos de planejamento que guiam as ações e alguns resultados já obtidos e, posteriormente, será analisada a gestão de Soure em suas esferas municipal (local), estadual (relativo à parte da APA) e federal (relativo à RESEX).

A gestão a ser estudada não se limita ao setor público, mas traz uma compreensão também do setor privado, da moradores locais e dos visitantes, que seja direta ou indiretamente, influenciam nas ações do governo. Essas relações formam o que Bourdieu (1983) chama de campo de relações sociais.

Para melhor compreensão do campo de relações de Soure, foi utilizada a base teórica proposta por Bourdieu (1983), que considera fundamental a análise das relações de poder existente em torno de objetivos específicos. Porém, “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotados de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, objetos de disputas, etc.” (BOURDIEU, 1983, p. 89). O *habitus*, o qual Bourdieu se refere, começa a ser construído desde o início da vida do ser humano, de acordo com costumes, cultura e as ações sociais, adquiridos no decorrer de sua existência, de modo que os indivíduos se diferenciam de outros sujeitos. E de acordo com a mudança de agentes/interesses, surge um novo campo de relações socialmente estruturado.

O conceito de *habitus* é indissociável do campo de relações. Para Bahia (2012, p. 234), a partir de Bourdieu, a noção de *habitus* é “um modo de agir aprendido pelo agente na sua inserção em determinado campo”, se mostrando como um reflexo das influências vividas no meio social no qual o sujeito está inserido. O principal aspecto dessa análise é compreender, a partir do *habitus* dos indivíduos, como são estabelecidas as relações entre os agentes dos setores público e privado voltados à questão do turismo e meio ambiente em Soure, juntamente com os moradores e os visitantes.

No quadro 06 são apresentados os agentes do campo de relações do Planejamento e Gestão Pública do Turismo em Soure.

**Quadro 06** – Agentes do Campo de Relações do Planejamento e Gestão Pública do Turismo em Soure

<b>Agente do Campo</b>	<b>Descrição/Função</b>	<b>Instituições representativas no campo</b>
<b>Setor público</b>	Instituições públicas que institucionalizam e gerenciam políticas públicas, por meio de planos, programas e projetos. Ocorrem em nível Federal, Estadual e Municipal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretaria Municipal de Turismo de Soure (SETUR/Soure – Municipal);</li> <li>- Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR/PA - Estadual);</li> <li>- Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO – Federal);</li> <li>- Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio – Estadual);</li> <li>- Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Soure (SEMMA/Soure – Municipal).</li> </ul>
<b>Setor privado</b>	Empresas e prestadores de serviço que atuam no setor turístico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Hotéis e pousadas em Soure;</li> <li>- Agente de viagem que operacionalize viagens em Soure</li> <li>- Guia de turismo local.</li> </ul>
<b>Turistas</b>	Pessoas oriundas de outros municípios, que passam um tempo determinado em Soure.	- Pessoas que utilizem os serviços considerados turísticos, tais como hotéis, pousadas, restaurantes, passeios etc.
<b>Comunidade local</b>	Pessoas que utilizam os espaços de Soure, tanto da área urbana quanto as Comunidades do Céu e do Pesqueiro para suas atividades cotidianas.	- Moradores locais.

**Fonte:** Juliana Hamoy (2018).

O setor público materializa suas ações para o desenvolvimento turístico em planos, programas e projetos que conduzem o turismo. Esta seção está organizada de modo a explicar esses documentos técnicos, elaborados pela gestão pública, para



a condução do Turismo em Soure e, posteriormente, estão expostos os agentes que influenciam nesse campo relacional.

### **6.1 Planos, programas e projetos de turismo em Soure**

O planejamento do turismo no Brasil foi marcado por três períodos: o primeiro, iniciado em meados da década de 1930 e se seguiu até 1960, caracterizado pela irrelevância da atividade no cenário político e econômico do país, e praticado por uma pequena parte da sociedade, de modo que as ações eram limitadas à regulação, e não a uma ação coordenada. O segundo período, iniciado em 1966, teve seu término em 1991. Nesse tempo foi criada a Política Nacional de Turismo (PNT) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), e a prática do turismo no Brasil foi caracterizada principalmente pelo modelo de segundas residências, em função do surgimento de novas estradas e valorização do segmento de sol e praia. No setor público, não houve uma ação articulada, e as ações foram limitadas a planos pontuais (CRUZ, 2000).

No terceiro período, desde 2002, as políticas de turismo no Brasil têm ressaltado a importância da conservação ambiental no Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2002). Porém, essa importância foi demonstrada inicialmente com enfoque da natureza como mercadoria de consumo para turistas. Para mitigar os danos ambientais, são propostas medidas compensatórias, como a criação de UC, por exemplo.

Com o surgimento de várias UC, em todos os níveis de governo, foram criados órgãos específicos para gerir esses espaços, os quais são responsáveis por organizar e planejar as ações nas diversas categorias de UC.

Em nível municipal, tem-se a SETUR/Soure, criada com a lei Nº 2910/2000, de 25 de março de 2000, que de acordo com o *site* da prefeitura de Soure, tem como missão “formular e executar a política de Turismo, Esporte e Cultura do Governo”, e suas funções são:

- I – Planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as políticas e diretrizes relativas ao Turismo, Esporte e Cultura do Município;
- II – Promover e incrementar o Turismo no Município;
- III – Fomentar e apoiar as manifestações esportivas e de lazer do município;
- IV – Incentivar o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais no Município (SOURE, 2000).

Porém atualmente, a SETUR/Soure não possui um processo de planejamento do turismo. O último plano turístico de Soure foi elaborado em 2009, com revisão em 2012. A Secretaria municipal tem como função principal o desempenho de estudos para a elaboração de um plano, e atende turistas como posto de informações do município. Mesmo com a ausência de um plano turístico, no Plano Pluri Anual (PPA) de Soure (2014-2017), no artigo terceiro, aparece como objetivo estratégico a ser alcançado a valorização e difusão da cultura local, que é fator de orgulho para o município e “captador de recursos advindos do turismo” (SOURE, 2014, s/p). Entende-se então que, a partir do PPA, o turismo é uma consequência da cultura local. Porém, por ser consequência, não precisa ser pensado, organizado, planejado?

O que se percebe em Soure é um turismo que acontece de modo desordenado. As ações ocorrem principalmente na área da RESEX, enquanto que a área central – integrante da APA- se mantém com o planejamento geral urbano, sem os cuidados socioambientais necessários. Existe a SETUR/PA, criada pela lei nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011, que tem por objetivo “Coordenar o processo de concepção de implementação da política de desenvolvimento do turismo no Estado, de forma sustentável e integrada, tornando o Pará um destino competitivo” (PARÁ, 2012).

A SETUR/PA conta com três documentos que guiam as ações de planejamento e gestão do turismo no Marajó. Soure está entre as cidades turística mais relevantes da ilha, e é citada em dois desses documentos. O primeiro é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS do polo Marajó<sup>37</sup>, elaborado em 2009. O segundo é o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará – o Ver-o-Pará, elaborado em 2011. Porém, são documentos que estão com informações defasadas.

Uma dificuldade na pesquisa foi que os documentos acessados foram os resumos executivos desses planos. Entende-se a necessidade de analisar diretamente o documento do planejamento, o qual consta os objetivos e as metas a serem alcançadas, contudo, esses documentos não foram disponibilizados. De todo modo, ambos os documentos acessados não possuem um viés objetivo quanto ao uso público em unidades de conservação.

---

<sup>37</sup> Elaborado pela então Empresa Paraense de Turismo, a PARATUR. A SETUR/PA foi criada em 2011.

No resumo executivo do PDITS do polo Marajó são apontados os pontos fortes e fracos do Marajó, onde os fortes são o potencial para o ecoturismo e contemplação, e os fracos a necessidade de melhorar a infraestrutura (hoteleira, de atendimento, de trilhas etc.). Ao classificar a ilha como uma APA, consta que essa é uma categoria de UC que apresenta “[...] poucas restrições ao Ecoturismo em todas as suas ilhas, desde que as atividades realizadas por guias e turistas não sejam depredatórias” (PARÁ, 2010, p. 12), mas não informa quais seriam essas atividades.

Outra informação que consta no resumo executivo do PDITS é que no Marajó, as “[...] atividades que mais afetam a estabilidade das populações e dos ecossistemas da floresta são provenientes de ações humanas para fins econômicos, que não estão relacionados com as atividades turísticas” (PARA, 2010, p. 16). Tal afirmativa exige uma atenção significativa, pois não se pode dissociar o turismo de atividade econômica. E por menores que sejam os efeitos, eles existem. Sejam positivos, como a geração de renda para a comunidade, ou negativos, como o uso inadequado dos recursos socioambientais. Outra afirmação que entra em contradição com a afirmativa anterior é que

Para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos (PARÁ, 2010, p. 17)

Se precisa haver uma prevenção de impactos, entende-se que é porque a estabilidade é afetada. Além disso, focar os esforços em um desenvolvimento sustentável restrito ao patrimônio natural e aos atrativos e equipamentos turísticos aponta para um plano fundamentalmente mercadológico. A comunidade local não é diretamente citada ao analisar outras informações contidas no relatório do PDITS, que se voltam principalmente ao conhecimento da situação do polo Marajó. Ao enfatizar os investimentos necessários ao desenvolvimento turístico da ilha, que aponta para a necessidade de

Infraestrutura de equipamentos turísticos; qualificação dos profissionais e empresários que compõem o trade turístico; Revitalização, restauração do patrimônio histórico-cultural e natural; Comercialização e Promoção do destino; além do Fortalecer a Gestão Ambiental, criar novas Unidades de Conservação e Plano de Manejo. (PARA, 2010, p. 33).

A preocupação ressaltada é na infraestrutura e qualificação do destino e da mão de obra dos “profissionais e empresários”. A comunidade local se insere no processo a partir do Plano Ver-o-Pará, lançado onze anos depois. Dentre os programas do plano, está o Programa de Qualificação Profissional do Turismo (PEQTUR), que desenvolve ações de qualificação profissional da comunidade local a partir de diversos cursos, possibilitando a melhoria do turismo no Pará a curto e médio prazo (PARÁ, 2012). O PEQTUR tem como objetivo

Implementar ações de Qualificação Profissional e Empresarial, contribuindo para tornar o destino Pará, com identidade própria e referência em qualidade na prestação de serviços em todos os segmentos turísticos, atentando para as especificidades e padrões culturais da região, observando os novos paradigmas da globalização da economia, numa perspectiva de empregabilidade, melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e autogestão (PARÁ, 2012, p. 12).

Esse programa é realizado com entidades de educação profissional (Instituto Federal do Pará), governamentais (IDEFLOR-Bio, Batalhão de Polícia Ambiental e Bombeiros) e não governamentais sem fins lucrativos (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE). Desde o início do programa, mais de 20.000 pessoas já passaram pelos cursos de qualificação oferecidos pelo programa (informação verbal<sup>38</sup>). Em Soure já foram realizados cursos tanto na área urbana, quanto na área litorânea (RESEX), sempre com o apoio da SETUR/Soure e do IDEFLOR-Bio. Os cursos realizados no município foram de condutor de trilhas, atendimento pré-hospitalar/primeiros socorros, atendimento e hospitalidade turística.

Para participar desses cursos, é preciso que haja interesse dos comunitários. A partir da existência dessa demanda, no caso de Soure, o IDEFLOR-Bio e o ICMBIO, como gestores, seleciona os comunitários e repassa à SETUR/PA, que organiza e viabiliza a qualificação.

O que se percebe nos documentos de planejamento das ações da SETUR/PA é que são ações voltadas diretamente para o mercado turístico. E isso não é uma crítica necessariamente. Contudo, a atividade turística não deve ser limitada aos serviços prestados aos turistas ou à infraestrutura da cidade, que ambos são inegavelmente importantes. E para além disso, é incluir a comunidade local, principalmente as comunidades (como Pesqueiro e Céu) que não estão vinculadas à

---

<sup>38</sup> Entrevista com responsável pelo PEQTUR - SETUR/PA, em janeiro/2018.

empresas estruturadas formalmente, e que buscam uma inserção no Turismo de Base Comunitária (TBC).

Nos cursos ofertados pelo PEQTUR, os participantes passam por um processo de aprendizado e sensibilização do praia, sem restrições quanto à qualidade do turismo e os efeitos indesejáveis turismo como complementação de renda, e incentivo para não mudar sua atividade econômica, além da educação ambiental necessária para uso público em UC. Porém, de modo geral, não foi percebido nos documentos acessados um direcionamento das ações públicas da SETUR/PA para a gestão de um turismo com perspectivas socioambientais, e sim desenvolver um turismo com foco no segmento de sol e praia, sem restrições quanto à qualidade do turismo e os efeitos indesejáveis que este possa ocasionar.

Ainda em nível estadual, tem-se o IDEFLOR-Bio, criado por meio da Lei Estadual N° 6.963, de 16 de abril de 2007 e modificado pela Lei Estadual N° 8.096/2015, responsável pela gestão das UC estaduais. Para guiar as ações, tem-se o Plano Operacional Anual (POA), que para a RESEX, especificamente, é direcionado ao apoio para a elaboração do Plano de Uso público, em parceria interinstitucional<sup>39</sup>. Para a APA do Marajó, de modo mais geral, o IDEFLOR-Bio tem a intenção de apoiar as ações de desenvolvimento do TBC nos municípios que tenham “vocaçãõ para a atividade” na ilha.

Em nível federal, o ICMBIO é uma autarquia do MMA, criado em 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516 e tem como função propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC federais, visando a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental. Para tanto, é diretriz e exigência legal do órgão que a “implementação destas áreas seja feita de forma participativa, garantindo o envolvimento da sociedade nos processos de tomadas de decisão” (BRASIL, 2013, s/p). Uma das ações do ICMBIO é a capacitação dos atores sociais envolvidos com as UC para que atuem ativamente e de modo qualificado na sua gestão (BRASIL, 2013).

O ICMBIO tem buscado ampliar seu entendimento sobre a atividade turística, e mais especificamente, sobre o Turismo de Base Comunitária. Esse interesse em

---

<sup>39</sup> Parceria formada entre o ICMBio Soure, a Associação de Turismo de Soure, a ONG Bicho D'água, a Secretaria Estadual de Turismo, o IDEFLOR-Bio, representante do Pesqueiro, Secretaria Municipal de Turismo de Soure, Associação de Mulheres e Moradores do Pesqueiro, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Soure e EMATER.

desenvolver o turismo em UC surgiu em 2011, com o I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas. Nesse evento, um dos encaminhamentos foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT), formado por comunidades de UC federais (ressalta-se que duas integrantes desse GT são moradoras da RESEX de Soure, na vila do Pesqueiro) juntamente com o ICMBIO.

Em 2017, o GT (com nova composição e de atores externos ao GT, que participaram de reuniões presenciais ou virtuais – dentre os quais professores de universidades de várias regiões do país), foram elaborados princípios e diretrizes para o TBC em UC federais (BRASIL, 2017b). Esse documento tem por objetivo

[...] estabelecer um marco referencial [...] direcionado principalmente para seus gestores, buscando orientar sua implantação, de acordo com princípios e diretrizes compatíveis com a conservação da biodiversidade, com a salvaguarda da história e cultura das comunidades locais e com o protagonismo comunitário no desenvolvimento da atividade, contribuindo para o alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), para a integração com as demais áreas protegidas e a inserção no contexto do desenvolvimento local (BRASIL, 2017b, p. 4).

No documento, são citados onze princípios, os quais o TBC em UC deve se basear:

**Quadro 07 – Princípios para o TBC em UC**

1. Conservação da sociobiodiversidade	A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio sociocultural local devem nortear as propostas de TBC.
2. Valorização da história e da cultura	O TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.
3. Protagonismo comunitário	O TBC deve ser um exemplo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo
4. Equidade social	A partilha dos benefícios deverá ser de forma justa entre os envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.
5. Bem comum	A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.
6. Transparência	As informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos (comunitários, gestores das UC, representantes da sociedade civil organizada e de instituições privadas) com a atividade.
7. Partilha cultural	O TBC deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida, sempre que essas oportunidades forem de interesse da comunidade.
8. Atividade complementar	O TBC deve buscar ser complementar às demais atividades desenvolvidas pela comunidade, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.
9. Educação	O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio natural e histórico-cultural existente nas UC e influenciando positivamente experiências futuras.
10. Dinamismo cultural	Os projetos de TBC devem buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria, problematizando as mudanças e as permanências junto ao visitante e habitante.
11. Continuidade	O TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade da comunidade, da UC e do mercado.

**Fonte:** Brasil, 2017b, p. 13 (Adaptado pela autora).

Esses princípios embasam as diretrizes para desenvolver o TBC em UC, as quais são organizadas em três focos: o primeiro é direcionado à participação social e organização comunitária, o segundo é para qualificação da experiência e a terceira para a gestão da UC.

Em Soure, especificamente na RESEX, alguns planejamentos foram organizados para qualificar o turismo no local. Por se tratar de uma área litorânea, a reserva tem um apelo turístico, especialmente no potencial do segmento de sol e praia. Por isso, foi pensado o projeto “Praias de Soure: nosso paraíso Marajoara”, que teve início em 2013. Antes disso, as ações do ICMBIO eram baseadas em fiscalizações, campanhas informativas com folders institucionais que divulgavam a importância dessa RESEX, e a distribuição de sacos plásticos para a destinação adequada do lixo.

O projeto “Praias de Soure” continuou com essas ações, mas incluiu a participação de voluntários e incentivou o fortalecimento de parcerias locais. O projeto apresenta como objetivo

Desenvolver e ampliar ações, voltadas tanto para a população local quanto aos turistas, promovendo a conservação e o uso adequado das praias, mangues e restingas da Barra Velha e Pesqueiro (ambas localizadas no interior da RESEX Marinha de Soure), durante o verão paraense, período de maior fluxo de usuários e conflito de interesses (turistas, visitantes, extrativistas tradicionais e moradores locais) (BRASIL, 2017c, p. 4).

A justificativa para o projeto é a falta de organização e ordenamento da atividade turística nas praias de Soure. Além disso, existe a carência de serviços e infraestrutura (estacionamento, transporte, barracas de praia, ambulantes, coleta de lixo, banheiros adequados, entre outros), a consciência e comportamento ambiental dos usuários (extrativistas, moradores locais e turistas) (BRASIL, 2017c).

Em 2014, houve um reforço nas ações educativas, integrado à ações coercitivas de atividades ambientais ilícitas, na busca de sensibilizar os usuários e fortalecer a participação da comunidade na gestão pública da RESEX. Em 2015, houve uma redução no orçamento, e foi necessário a organização e objetividade para dar prosseguimento ao projeto “Praias de Soure”, que “Mesmo com um formato mais enxuto, fiscalização e educação ambiental continuaram a atuar juntas para promover



a proteção da natureza nas praias de Soure e a melhoria da qualidade de vida das populações locais” (BRASIL, 2017c, p. 3).

Foi possível também fazer um levantamento piloto acerca do perfil do turista nas praias da Barra Velha e do Pesqueiro, estímulos nas ações com voluntários do ICMBIO de Soure, com reuniões de capacitação, análise e planejamento participativo.

Em 2016, não pôde ser realizada nenhuma ação do projeto Praias de Soure, pois às condições estruturais da sede do ICMBIO estavam precárias e as ações ficaram restritas à fiscalização.

Em 2017, as ações voltaram a ocorrer, integrando as atividades de fiscalização, sensibilização e envolvimento da população local. O projeto, em 2017, metodologicamente, ocorreu do seguinte modo: os voluntários (participaram 29 estudantes de Soure, Salvaterra e de São Paulo), agiram em duas frentes de trabalho: a primeira ação tinha uma abordagem mais direta com o usuário (figura 21), para informar e sensibilizar quanto ao meio ambiente e as regras de uso, além de distribuição de panfletos e sacos de lixo. A segunda ação (figura 22) foi com atividades pedagógicas com crianças e jovens ao longo do dia. O projeto ocorreu nos dois últimos finais de semana do mês de julho de 2017, de 09h:00 à 17h:00, e as oficinas com hora marcada, que acontecia 1 vez por dia.

**Figura 21** - Abordagem direta com usuários



**Fonte:** Brasil (2017c).

**Figura 22** - Abordagem direta com crianças



**Fonte:** Brasil (2017c).

Participaram diretamente do projeto 407 pessoas (que assinaram a lista de frequência das oficinas) e, indiretamente, o projeto interagiu com cerca de 1.000 pessoas de diversas faixas etárias.

O Projeto “Praias de Soure” possui uma vasta programação que busca envolver os usuários das praias (turistas e moradores locais) na conservação ambiental desses espaços. Para o ICMBIO de Soure, esse projeto

[...] mostra pro turista que aquela área que ele está se divertindo, ta se entretendo, de onde vivem famílias extrativistas. Pra saber que não é uma área de entretenimento, e sim uma área fundamental pra subsistência de grande parte das famílias do município (Informação verbal<sup>40</sup>).

As atividades integram o ser humano à natureza, de modo que há uma busca em promover essa interação com todas as faixas-etárias, com jogos lúdicos e educativos, museu a céu aberto, desenhos e pinturas, teatro de miniaturas (também conhecido como ‘lambe-lambe’), trilha dos sentidos, circuito ecológico (com competições do maior castelo de areia e obras de arte de areia), mutirão para catar lixo entre outros. Outra ação do ICMBIO no projeto “Praias de Soure” é a presença de

---

<sup>40</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

agentes, que diariamente fiscalizam as práticas dos usuários (figura 23) e colocam um *banner* na entrada da praia, identificando as ações que são permitidas ou não (figura 24).

**Figura 23** - Fiscalização do ICMBIO no Pesqueiro



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

Figura 24 - Banner do ICMBIO no Pesqueiro



Fonte: Juliana Hamoy (2017).

Outra ação do projeto aconteceu fora das praias. Nos dias que não estavam programadas ações nas praias (entre segunda-feira e quinta-feira das duas últimas semanas do mês de julho de 2017), alguns voluntários foram direcionados para o porto da lancha rápida (Belém-Soure) e da Balsa (Soure-Salvaterra), por onde chegam os visitantes (figura 25). O motivo do direcionamento foi para distribuir panfletos informativos sobre a proibição de entrada de veículos nas praias da RESEX, desde a entrada dos turistas na cidade. De acordo com o ICMBIO de Soure,

Esta ação, apesar de simples, trouxe grande visibilidade para a UC e para o projeto, pois o visitante já entrava na cidade percebendo que havia, ali, um movimento especial de cuidado e conservação ambiental, sendo informado da existência de uma Unidade de Conservação Federal no município (BRASIL, 2017c).

**Figura 25** - Ação do Projeto "Praias de Soure"



**Fonte:** Brasil (2017c).

A programação foi extensa, mas de acordo com o relatório de 2017 do projeto, os resultados foram acima do esperado.

Acreditamos que a mensagem ambiental foi passada. Percebemos que tem gente que se sensibiliza só de ver que tem alguma coisa acontecendo. As pessoas nem precisam participar diretamente, mas perceber que tem um grupo preocupado com a conservação e os cuidados com a área já sensibiliza e leva a uma reflexão que pode gerar mudança de comportamento. Esse resultado não tem como medir, pois não aparece nas folhas de presença nem nas reações dos participantes durante as atividades (BRASIL, 2017, s/p).

É importante ressaltar que no relatório constam alguns pontos a serem ajustados para o próximo ano, tais como buscar parcerias para ajudar na infraestrutura para as atividades, trazer atrações das próprias Comunidades da RESEX, entre outras ações mais pontuais, como ajuste nas oficinas e na formação dos voluntários. Além disso, também aparecem no relatório algumas dificuldades encontradas para a execução do projeto, tais como o orçamento reduzido; as parcerias locais, acordadas previamente, mas que não foram cumpridas na sua totalidade; falta de veículos para auxiliar as ações. Cabe enfatizar que a RESEX de Soure conta com apenas uma viatura, a qual ficou a serviço da equipe da fiscalização. O transporte do material do

projeto, que ocorria diariamente, foi feito com o apoio do instituto Bicho D'água<sup>41</sup> e do carro particular da coordenadora do projeto (BRASIL, 2017c).

Outro projeto elaborado pelo ICMBIO é o “Jovens Protagonistas”. De acordo com o *site* institucional do ICMBIO, esse projeto tem sua metodologia

[...] inspirada na teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner (1994), na Complexidade Ambiental de Leff (2003), na Educação para o Futuro de Morin (2002, 2005) e na pedagogia da autonomia de Freire (1998), e baseia-se em três eixos: protagonismo juvenil, educação lúdica e transdisciplinaridade (BRASIL, 2013, p. 4)

O projeto “Jovens Protagonistas” surgiu no Amazonas e depois se expandiu nacionalmente. Tem como intuito

[...] diagnosticar e fomentar o surgimento de novas lideranças em áreas protegidas e entorno, assim como promover o fortalecimento comunitário visando multiplicar conhecimentos para fortalecer a gestão participativa. Na prática, busca-se estimular a participação dos jovens das decisões sócio-ambientais das comunidades, trazendo suas valiosas e criativas contribuições para a gestão da área (BRASIL, 2015).

Em 2015, mesmo com o orçamento enxuto, foi organizada em Soure uma cartilha de ilustrações e poemas, elaborados por jovens da própria RESEX, que a partir de atividades arte-educativas nos mais diversos assuntos, puderam expor um pouco de sua realidade por meio de desenhos e palavras. Dentre os poemas, destaque para “O caranguejeiro”, que conta o antes e o depois da RESEX na visão dos autores.

Lá vai o caranguejeiro,  
pensando em sua família ficou,  
lembrando dos velhos tempos  
da fartura que acabou.

O carangueijo está escasso,  
Dos buracos não surgem mais nada.  
É muito trabalho, cansaço e fome

---

<sup>41</sup> A ONG Bicho D'água é uma instituição sem fins lucrativos que busca a conservação de animais marinhos da região com o apoio de pesquisadores, e envolvendo a população local para o processo educativo (BICHO D'ÁGUA, 2018).

Do pobre homem de mãos calejadas.

Mas a Resex surgiu em Soure  
Para tentar a natureza preservar.  
Como forma de sustentabilidade,  
e a vida do caranguejeiro melhorar.

Hoje ele tem consciência  
De também preservar a natureza  
Se cada um fizer sua parte,  
Não existirá mais pobreza.  
(ALVES *et al*, 2015, s/p).

A cartilha pode ser considerada o resultado de um caminho que ainda está sendo trilhado, em busca de sensibilizar e envolver os moradores locais, não apenas para a questão ambiental, mas para a preocupação com a coletividade e necessidade de organização social para o alcance de seus objetivos.

Outro documento que guia o planejamento na RESEX é o Plano de Negócio de Turismo de Base Comunitária da Reserva Extrativista Marinha de Soure. Elaborado em 2012, pelo Instituto Meio em parceria com o ICMBIO, tem por objetivo a ampliação da geração de renda da comunidade por meio de “implementação de atividades de ecoturismo com protagonismo e integração das Comunidades do Pesqueiro, do Céu e de Cajuuna na RESEX Marinha de Soure” (INSTITUTO, 2012, p.13). Nesse plano, constam a apresentação da área, objetivo, justificativa, plano de ação, mercado, detalhamento de atividades, estratégia operacional das atividades de ecoturismo, orçamento, previsões de ganho e atrações, não deixando clara a metodologia utilizada para a elaboração do plano.

O documento elegeu duas segmentações turísticas prioritárias para a RESEX: sol e praia e ecoturismo, e a partir disso cita os pontos fortes e as fragilidades do turismo nas praias de Soure, explicitando que o turismo de sol e praia aconteceria principalmente nas praias da barra velha e do pesqueiro, que já possuem uma infraestrutura fixa com barracas. As praias do Céu, Caju-una e Araruna têm a

recomendação de não autorizar a instalação de barracas fixas para o atendimento ao visitante. De acordo com o plano, o objetivo é “reduzir o impacto ambiental negativo na área da RESEX. Essas praias poderão ser inseridas nos pacotes/roteiros das atividades de ecoturismo” (INSTITUTO, 2012, p. 06).

O documento principal de planejamento de uma UC, conforme foi descrito anteriormente, é o Plano de Manejo. Na área da RESEX de Soure, o Plano de Manejo (PM) foi finalizado recentemente, em 2017, e atualmente passa pelo setor jurídico do ICMBIO, e deve ser publicado em breve. O plano de uso público, porém, ainda não existe. De acordo com a equipe técnica do ICMBIO de Soure, “algumas regras estão internalizadas no PM, mas em breve terá que ser elaborada uma portaria específica de ordenamento do uso público. É o próximo passo depois que sair o Plano de Manejo” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017<sup>42</sup>).

## **6.2 A gestão do turismo, o setor privado, os visitantes e os visitados**

Com o planejamento os gestores definem os objetivos, detalham indicadores e traçam metas. Para que esse planejamento seja transformado em realidade, os gestores tomam decisões que necessitam de competência, coragem e um grau de autonomia (BRESSER-PEREIRA, 2012), além da ciência de que suas decisões influenciarão na realidade de outros agentes.

Esse item aborda uma perspectiva diferente da teórica exposta nos planos, programas e projetos. Geralmente, a efetivação de um planejamento encontra algumas dificuldades e acaba por não alcançar os objetivos propostos. A partir das falas de alguns entrevistados envolvidos com o turismo (desde o setor público e privado, passando pelos moradores locais e até os turistas), foi possível compreender e analisar o planejamento e a gestão pública do turismo em Soure, no que tange a sustentabilidade e ao desenvolvimento local de uma Unidade de Conservação.

---

<sup>42</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017.



### 6.2.1 Gestão pública do turismo

A gestão pública do turismo em Soure perpassa pelas três instâncias de governo: municipal, estadual e federal. Em nível municipal, tem-se as Secretarias de Turismo e a de Meio ambiente. A Secretaria de Turismo de Soure possui oficialmente dois técnicos, sendo um turismólogo, e atualmente está sem secretário (e sem previsão de nomeação do próximo). Pela impossibilidade de entrevistar o secretário, a entrevista foi realizada com um técnico concursado, com nível superior em turismo, que ocupa o cargo há onze anos. Ele informou que, ainda que oficialmente existam dois técnicos lotados na SETUR/Soure, na prática são seis colaboradores, dentre os quais quatro são cedidos pela prefeitura. A SETUR/Soure está organizada entre uma chefia de gabinete, uma assessoria especial e a gerência de desenvolvimento do turismo.

Quando perguntado sobre a existência de planos, programas e/ou projetos, a resposta foi

Em execução não. Respondendo bem diretamente a tua pergunta, não. Mas a gente tá em etapa de planejamento, a gente está saindo da formação do Conselho Municipal e partindo pra questão do sistema; do sistema municipal (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>43</sup>).

O Sistema Municipal, o qual é citado, é referente a “toda a política que vai ser direcionada pro seguimento turismo no município no período que a gente vai definir” (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>44</sup>). Esse sistema inclui uma reforma administrativa na Secretaria de Turismo e um planejamento estratégico detalhado, e está sendo pensado para ter vigência de 10 anos, com revisão de quatro em quatro anos.

Entende-se que a gestão municipal passa por uma reorganização para iniciar o planejamento efetivo para o turismo. E essa reorganização passa pelo que o técnico da SETUR/Soure chamou de “fortalecimento da política”, o qual deve começar “do zero, [...] Porque o município hoje ele trabalha ainda de forma muito solta com relação as leis”. Para que o planejamento seja concretizado em um documento, o técnico da SETUR/Soure ressaltou a importância de envolver a sociedade de Soure, por meio do

---

<sup>43</sup> Entrevista com um técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

<sup>44</sup> Entrevista com um técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

Conselho Gestor do Município (que está em fase de reativação). Falou também sobre a criação de um Conselho que tenha agentes atuantes, e para isso, é

[...] preciso dar uma selecionada na composição desse conselho, e tratar esse conselho de uma forma em que cada membro tenha conhecimento do que é um conselho, do seu papel dentro do conselho e de que modo vai atuar dentro do conselho. Nós tivemos três reunião tratativas, para ver, esclarecer... o conselho era o primeiro passo (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>45</sup>.

Atualmente, a SETUR/Soure tem se dedicado à organização da Conferência Municipal de Turismo. Este seria o início para a elaboração de um plano de desenvolvimento local por meio da atividade turística. A conferência teria por objetivo o diálogo entre a comunidade local e os setores público e privado, na busca de estratégias que, a curto, médio e/ou longo prazo, fortalecessem as políticas de turismo.

A busca pela participação e envolvimento civil em ações do setor público é necessária para autenticar a ideia de democracia. Para Bobbio (1988), essa autenticação deve passar pela participação como importância da sociedade em validar as ações públicas tanto da sociedade organizada quanto não organizada. Em Soure, o técnico da SETUR/Soure informou que há o envolvimento da sociedade local, porém ainda não houve um documento que oficializasse essa participação.

Nas palavras do técnico da SETUR/Soure, ao ser questionado sobre como a gestão estava estruturada, ele respondeu que o principal é

[...] trazer a população, trazer as pessoas que estão ali diretamente ligadas ao trade no caso. Pra que a gente possa daí tirar propostas, metas e tirar ações. Mas dentro do período dessa gestão. O fortalecimento, a tentativa de fortalecimento das políticas direcionadas para o turismo é fazer com que a gente não necessite fazer muito isso. Pra que a gente não tenha apenas quatro anos pra trabalhar. É fortalecer uma cadeia, é fortalecer o segmento, para que as políticas não fiquem a mercê da gestão que chega, entendeu? (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>46</sup>.

Na fala do técnico da SETUR/Soure, percebe-se uma atenção quanto ao tempo de gestão de quatro anos. É relevante ressaltar quanto à ruptura que por vezes acontece com a mudança de governo. Isso resulta em descontinuidade na

---

<sup>45</sup> Entrevista com um técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

<sup>46</sup> Entrevista com um técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

implementação da gestão pública, pois quando um governo muda há também uma mudança na sua ideologia, influenciando nas diretrizes.

O processo de planejamento deve ser cíclico e permanente, porém há um agravante prejudicial à ação: no Brasil, a cada 4 anos são realizadas eleições. Esse fato pode causar uma descontinuidade na implementação das políticas de públicas, já que por vezes, quando um governo muda, na maioria das vezes as diretrizes também mudam. Outro percalço no planejamento é também gerado pela mudança de governos: a alta rotatividade dos responsáveis pelo processo do planejamento (DIAS, 2003b). Durante o período de governo de um gestor, ocorrem mudanças nos quadros funcionais que formularam e operacionalizaram o modelo de planejamento que estes julgam ser o melhor.

A formação da Conferência Municipal de Turismo seria um modo de evitar essa descontinuidade com a participação dos agentes envolvidos, de modo que com os debates, estratégias com propostas, metas e formulação de ações (na concretização de um plano), a conferência seja uma ferramenta para alinhar interesses e envolver os moradores locais e os setores público e privado.

Para Dias (2003a, p.149) é necessária a criação de “uma ‘cultura turística’ na comunidade local, ou seja, provocar o envolvimento das pessoas com o turismo como fonte de oportunidades para o município”. Para tanto, é importante que sejam feitas campanhas de esclarecimento que se iniciem nas escolas e alcancem toda a população local, para facilitar as informações sobre o modo de receber visitantes, e esclarecer o papel econômico do turista. Dias (2003a, p. 149) afirma que “o turismo favorece a criação de pequenos negócios que estão ao alcance de quem não possui possibilidades de grandes investimentos”

O técnico da SETUR/Soure informou que o planejamento e a gestão não estão dissociados e a maior dificuldade é que o setor público municipal considera o turismo como despesa. Ainda que a atividade turística seja prioridade, ele afirma que não há

[...] receita definida pra SETUR [...] tenho estimativa de receita que é desmembrada em vários tópicos: pagamento de funcionários, o recursos humanos, compra de material, viagem, e essas coisas. Material promocional enfim.. [...] ao meu ver a grande problemática do plano estratégico que nós fizemos foi que nos estipulamos um cronograma de execução, mas nós não estipulamos a receita de cada ação e de onde provenieria essa receita. Então algumas ações fogem da vontade não é que

a gestão não tenha interesse de amarrar as leis, mas tem toda uma discussão de receita, da origem dessa receita (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>47</sup>.

Esse descompasso entre os poderes executivo e legislativo, conseqüentemente, acaba influenciando na gestão pública do turismo. Isso porque durante a entrevista, o técnico da SETUR/Soure afirmou que a Secretaria seria uma “despesa” para o município.

A despesa a que ele se refere é quanto ao valor repassado à Secretaria Municipal (em 2017, o valor foi de R\$ 429.000,00<sup>48</sup>), que é organizado para, principalmente, pagamento dos funcionários e para manter a SETUR/Soure em funcionamento, com uma parte destinada à material gráfico (mapas e material de divulgação turística) e para as despesas nas reuniões e cursos que acontecem em Belém.

O turismo ser considerado uma despesa em Soure também pode estar associado ao fato de não existir um estudo atual de demanda. O último estudo de demanda turística municipal foi realizado em 2012. A defasagem desse estudo implica no desconhecimento do fluxo atual de turistas que o município recebe e, por consequência, não se sabe o valor financeiro que os visitantes deixam, e de que modo o turismo como atividade econômica impacta em Soure. Somado a isso, inexistem estudos estatísticos que poderiam auxiliar no processo de planejamento. Ao ser perguntado sobre o motivo de o turismo ser uma despesa, o entrevistado responde que é

[...] porque a gente não consegue comprovar uma série de situações. Por exemplo: a gente não consegue comprovar quantos empregos diretos e indiretos o turismo gera, quantas empresas estão cadastradas no CADASTUR por exemplo... a gente não consegue dizer quanto o turismo hoje ele gera de receita pros postos municipais (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>49</sup>).

Rushmann (1997) destaca a necessidade de estudos estatísticos para o planejamento turístico, como por exemplo o conhecimento de demanda turística de uma localidade. Para conhecer essa demanda, são realizadas entrevistas com os turistas em ocasião da visita. Com a posse desses dados de cunho quali-quantitativos, é possível conhecer o fluxo de visitantes, além de proporcionar “as condições para

---

<sup>47</sup> Entrevista com técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

<sup>48</sup> De acordo com a Lei Orçamentaria Anual do município, disponível no *site* da prefeitura.

<sup>49</sup> Entrevista com um técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

determinação das medidas futuras que deverão ser tomadas pelos planejadores da atividade, tanto no aspecto espacial, quanto mercadológico” (RUSHMANN, 1997, p. 151).

Essa ausência de informações estatísticas influencia também nos aspectos socioambientais. O número de visitantes pode determinar um turismo de massa, com mais danos tanto à sociedade quanto ao meio ambiente. Isso porque a grande quantidade de visitantes pode colaborar com mudanças no modo de vida da população local – estes podem deixar de trabalhar na extração de produtos vegetais para atender turistas, por exemplo- e prejudicar o meio ambiente – quanto maior a quantidade de pessoas utilizando uma área, maior pode ser o impacto negativo.

Sobre a mudança social que um elevado número de turistas pode trazer, o técnico da SETUR/Soure ressaltou a preocupação em reforçar, para os moradores de Soure, principalmente nas Comunidades do Pesqueiro e do Céu, sobre a importância de manter suas atividades de origem, e não colocar o turismo como atividade e fonte de renda principal. A intenção é fazer com que Soure

[...] seja mesmo turístico, porque nós somos um município turístico, certificado pelo Ministério do Turismo, mas temos muito a caminhar. Na maioria das vezes que faz trabalho de campo, com roteirização, ou formação de associação, a maior preocupação nossa é sempre assim: ‘você querem? Mas olha, as pessoas só vão continuar vindo aqui pelo modo de vida de vocês, que é um modo de vida tradicional, e que o turismo vem como uma complementação de receita que deve ser mínima, enquanto o principal continua sendo a pesca, atividade extrativa, a bordadeira’ (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>50</sup>).

A busca por uma sensibilização quanto à não mudança de atividade econômica é, de acordo com o técnico da SETUR/Soure, indispensável para o desenvolvimento local do turismo no município. A atividade, considerada importante para Soure e suas Comunidades, é colocada como prioridade nas campanhas eleitorais.

Porém, na prática, há muitas críticas quanto ao modo de gestão da atividade. De acordo com o entrevistado da SETUR/Soure, quando perguntado sobre as críticas que o setor público recebe,

[...] elas vão especificamente na questão estrutural principalmente de acesso, de apoio, de serviços de apoio. Por exemplo: a praia do pesqueiro, da barra velha, do céu. Muitas vezes não é nem o acesso ou atrativo, mas é o que eu encontro nesse atrativo. Muitas das vezes a limpeza não tá sendo executada

---

<sup>50</sup> Entrevista com um técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

nesse atrativo, e a limpeza é responsabilidade do setor público, a estrutura de pontes, banheiros, segurança pública, que as vezes não tem (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>51</sup>).

O turismo em Soure se baseia em experiências e as reclamações sobre a infraestrutura da praia são dos próprios moradores locais que, por vezes, passa despercebida pelos visitantes, por estes considerarem como um espaço mais rústico, o que não significa que o setor público possa se ausentar de sua responsabilidade quanto à criação de infraestruturas adequadas (informação verbal<sup>52</sup>). As críticas quanto à infraestrutura de um lugar turístico, como no caso de Soure, parte dos moradores não apenas pela necessidade de atender aos turistas, mas principalmente por se tratar de uma infraestrutura que seria utilizada pela própria comunidade, como serviços de limpeza, pontes, segurança, banheiros etc.

Para Rabahy (2003), a infraestrutura de um lugar tem influência direta na demanda turística, pois é à infraestrutura urbana que dá suporte aos equipamentos turísticos. Petrocchi complementa afirmando que a infraestrutura deve ser composta por

[...] acessos E meios De transportes, incluindo capacidades e serviços turísticos; sistema interno de transporte e facilidades aos turistas; outras infraestruturas como água, energia, esgotos, destinação do lixo, telecomunicação etc.; revisão de planos e programas aprovados para o desenvolvimento de infraestruturas; identificação de infraestruturas prejudiciais ao turismo e recomendações para o desenvolvimento requerido pelo turismo (1998, p. 93).

Todos os serviços citados acima são realizados precariamente em Soure. É então que deve-se pensar não apenas no visitante, mas principalmente na infraestrutura básica necessária para a comunidade local. A atividade turística se utiliza da infraestrutura de apoio, como estradas com boas condições de uso, coleta de lixo, comunicação, rede elétrica, entre outros, que facilitam a vida da comunidade local e o aumento do fluxo turístico em determinado lugar.

Se uma cidade tem que possuir toda infraestrutura indispensável a vida, com muito mais forte razão, o lugar turístico deve não só suprir suas necessidades, como ainda dispor de reservas para atender a sazonalidade. Não basta que serviços públicos existam: é preciso que sejam de qualidade (YÁZIGI, 2009, p. 90).

---

<sup>51</sup> Entrevista com um técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

<sup>52</sup> Entrevista com um técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

Essas críticas continuam quando o enfoque passa para as mudanças ambientais que o grande número de turismo traz. De início, a SETUR/Soure não possui planejamento voltado para a questão ambiental. O entrevistado da SETUR/Soure responde que

Não. Mas já teve. A gente trabalhava em parceria com o ICMBIO. [...] Esse ano não fizemos nenhuma ação. Como execução mesmo não. Nós não temos nenhuma ação de turismo que seja específica para Unidades de Conservação, em nenhuma das praias (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>53</sup>.

A ausência de um planejamento turístico no município, seja de modo geral ou específico, direcionado para a questão ambiental, pode permitir que o turismo ocorra de modo desordenado. O planejamento e a gestão da atividade turística municipal de Soure assumem relevância indispensável, pois as características locais são o diferencial que devem ser trabalhadas. E as consequências que surgem de um planejamento e gestão deficitários são percebidas essencialmente em nível local, onde os atrativos turísticos estão sob o controle de uma gestão local (DIAS, 2003b).

O mesmo quadro foi percebido na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Soure. O técnico da SEMMA/Soure informou não ter nenhum planejamento para o uso público municipal e suas ações são pontuais, com parcerias com o ICMBIO e o IDEFLOR-Bio. Entende-se a diferença das esferas de governo e suas respectivas responsabilidades, porém, é necessário que exista uma parceria maior do que apenas ações pontuais. Na SEMMA/Soure, as ações principais são o parecer de licenciamento ambiental, a verificação de denúncias e fiscalizações, e as ações educativas em eventos e escolas.

Ao perguntar para o técnico da SEMMA/Soure sobre a existência de ações voltadas para o turismo e o uso público no município, ele respondeu que

Não. O que que a gente faz: com relação ao turismo a gente faz a visita na praia, ne? Quando solicitado... a gente também tem uma parceria com o ICMBIO, quando eles solicitam a gente participa de ações com eles, como a gente participou no verão, e a gente faz a visita na praia, que a gente faz a orientação sobre como acondicionar esses resíduos [...]. A gerencia da praia, da unidade de conservação, é o ICMBIO. A gente tem a secretaria de turismo aqui, e assim, eu não tenho muitas informações em relação a essa gestão do turismo, porque a nossa parte aqui é mais quando a gente é chamado, ne? Recebe uma denúncia ou uma convocação pra ir junto ou pra alguma parceria em relação ao ponto turístico. Porque o nosso turismo é mais voltado pra praia e fazendas, ai tem os guias de turismo que levam as pessoas a fazer

---

<sup>53</sup> Entrevista com um técnico da SETUR/Soure, em julho/2017.

os passeios em áreas particulares... [...] Então a nossa gestão no turismo não tem assim “ah, a SEMMA faz uma gestão do turismo assim.. não. A gente faz uma parceria com o ICMBIO. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>54</sup>).

As ações em parceria com o ICMBIO são mais voltadas para a fiscalização das praias. Por se tratar de uma equipe pequena (quatro agentes na SEMMA/Soure e quatro agentes do ICMBIO), se juntam para ter maior alcance, principalmente no mês de julho, que para o técnico da SEMMA/Soure,

[...] é mais acentuado o número de pessoas nas praias, e a gente tem que ir com eles (ICMBIO), a gente acompanha, sobre a questão dos carros na praia, e a gente aproveita pra fazer a conscientização sobre o descarte do lixo... então é esse tipo de parceria. Mas é sempre eles que convidam a gente, porque eles que fazem a gestão da área, a gente atua como parceiro mesmo, nas áreas de rio, quando tem uma ação, a gente vai junto também, a gente vai, acompanha, verifica as malhas de pesca, animais silvestres [...] então a gente ajuda eles nesse sentido (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>55</sup>).

A parceria com o IDEFLOR-Bio acontece com o deslocamento de um técnico da SEMMA/Soure para acompanhar equipes em visita de campo e suporte para eventos como a Semana do Meio Ambiente e Audiências Públicas. De modo geral, essa parceria com os Institutos Federal e Estadual é baseada, sobretudo, no apoio logístico às ações planejadas e desempenhadas por esses órgãos.

Uma questão a ser pontuada novamente é sobre a necessidade de envolvimento da gestão local para o desenvolvimento do turismo em Soure. Por se tratar de uma área de relevância ambiental reconhecida, em nível federal (ICMBIO) e estadual (IDEFOR-Bio), a SEMMA/Soure acaba não contribuindo com as ações por, possivelmente, existirem outros órgãos para gerenciar o uso público. Kinker (2002), ao discorrer sobre a gestão de áreas de uso público, ressalta o papel do poder público, enfatizando ser indispensável a participação não apenas da sociedade, mas de todos os agentes envolvidos.

A SEMMA/Soure, juntamente com o ICMBIO possuem infraestrutura física e uma equipe em Soure, que convive com o contexto local, fato que poderia colaborar com um planejamento e gestão que esteja de acordo com a realidade do município em prol do desenvolvimento local e sustentável. Contudo, na relação entre

---

<sup>54</sup> Entrevista com um técnico da SEMMA/Soure, em novembro/2017.

<sup>55</sup> Entrevista com um técnico da SEMMA/Soure, em novembro/2017.



SEMMA/Soure e ICMBIO não há um processo de gestão em comum, ainda que os interesses, teoricamente, apontem para o mesmo sentido.

No estado, o IDEFLOR-Bio é o responsável pela gestão das UC estaduais, como a APA Marajó. O técnico do IDEFLOR-Bio, com nível superior e pós graduação em turismo com ênfase em atividades no meio ambiente, foi gestor da APA no período de 2016-2017 e estava em repasse de informações para a nova gestão. Fazem parte da gestão da APA Marajó quatro pessoas, responsáveis por ações de planejamento e organização de todos os 16 municípios da ilha, não apenas do uso público, mas de todos os enfoques vinculados à uma APA. De início, é possível perceber a dificuldade em gerir uma área tão grande com um número tão restrito de colaboradores, considerando também a distância, já que o IDEFLOR-Bio se localiza em Belém, e deve se deslocar para as ações no Marajó.

Em Soure, as ações do IDEFLOR-Bio para o desenvolvimento turístico estão passando por uma “intensificação”, conforme afirmou o técnico do IDEFLOR-Bio. Ainda que existam outros municípios, também com potencial turístico, Soure conta com a presença física do ICMBIO, onde os técnicos se disponibilizam, incentivam e sempre buscam interação com o IDEFLOR-Bio. Sobre essa parceria, o entrevistado do IDEFLOR-Bio diz que

[...] somos poucos, então se desdobrar para todos os municípios simultaneamente é complicado. E com essas parcerias, como com o ICMBIO, a gente consegue intensificar algumas ações. Essa parceria eu enfatizo muito porque não existe a relação “tu é estado e eu sou federal” não. [...] sempre foi muito de querer que a gente faça trabalhos juntos, de uma forma que cada um contribui como pode. A gente tenta ajudar o que existe de instrumentos pra que a gente consiga desenvolver melhor os trabalhos e ações, e que isso ainda venha a ser replicado pra outros municípios. Estamos enfatizando Soure, mas também conseguimos fazer trabalhos parecidos em outros municípios da ilha (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>56</sup>).

Os trabalhos que ocorrem em Soure, sob a gestão da APA Marajó se baseiam, principalmente, em cursos de capacitação e qualificação tanto da comunidade quanto de empreendimentos privados que oferecem serviços para turistas. Ainda não foi concluído o plano de uso público da APA, mas a equipe do IDEFLOR-Bio foi convidada a participar da elaboração do plano de uso público da RESEX de Soure. Nesse período (2016), houve uma oficina para a elaboração do plano de manejo preliminar

---

<sup>56</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

da reserva extrativista, e contou com a participação do ICMBIO, do Serviço Florestal Americano, do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos e com a presença de participantes e convidados, como os moradores das comunidades da região, pesquisadores, guias de turismo e representantes de instituições, dentre os quais o IDEFLOR-BIO.

De acordo com o entrevistado do IDEFLOR-Bio, a metodologia aplicada funciona como o

[...] zoneamento do zoneamento. Por exemplo: tem uma uc que tem o zoneamento da unidade e na área destinada a uso público se faz um zoneamento do uso público nessa área. Ou seja: que tipo de atividades a gente vai fazer em cada uma dessas áreas destinadas a uso público (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>57</sup>).

Esse evento, organizado pelo ICMBIO de Soure, colaborou com a formulação do Plano de Uso Público da APA, o documento que contém “as ações que estão sendo desenvolvidas lá, que é a capacitação e qualificação das pessoas e do destino. Então esse é o plano pra consolidar o destino turístico (informação verbal<sup>58</sup>).

No decorrer da entrevista, foram citadas várias vezes a necessidade de qualificar o turismo na APA. Isso porque, ainda que haja um significativo fluxo turístico em Soure e na ilha como um todo, a divulgação e *marketing* é para o Marajó “encantado”<sup>59</sup>, enquanto que o Marajó como APA é muito pouco divulgado. Essa divulgação do Marajó como lugar místico existe não apenas em Soure e/ou no Marajó, mas na Amazônia como um todo. É uma marca, como uma promessa publicitária que “[...] se constitui na oferta de um imaginário povoado pelo natural, a plenitude da natureza, ligada portanto à pureza e ao original, ordenada pelo *desenvolvimento sustentável* e pela *responsabilidade social*” (AMARAL FILHO, 2016, p. 19. grifo do autor). A intenção não é colocar o *marketing* como algo negativo, pelo contrário. A divulgação de um destino se faz indispensável, porém é necessário que seja algo direcionado aos objetivos do turismo em uma cidade como Soure, de modo que o

---

<sup>57</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

<sup>58</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

<sup>59</sup> Fazendo referência ao filme “Encantados”, lançado nos cinemas do Brasil em 2018, propagando a misticidade da antiga tribo dos Caruanas (também conhecidos como Encantados). Para mais informações, ver ENCANTADOS. Direção: Tizuka Yamasaki. Produção: Globo Filmes. Rio de Janeiro: Scena Filmes, 2017.

turista saiba para onde está indo, e a cadeia local saiba receber de modo adequado os visitantes. A qualificação da mão de obra local passa também pelo entendimento que os visitantes, os moradores e os gestores público/privado devem ser guiados por um objetivo em comum: o uso público de uma Unidade de Conservação. E esse entendimento tem ampla relação com o modo de divulgação de um espaço. Para Nelson e Pereira (2004), uma visão distorcida do uso de um espaço por visitantes pode acabar influenciando outros usos pelos moradores, e vice-versa.

Essa carência na divulgação da ilha como uma área a ser conservada não se limita aos visitantes. Se estende também aos moradores da ilha como um todo. A APA

Foi criada há 28 anos atrás e nunca foi implementada. Então agora, quando a gente entra com a implementação da APA Marajó, as pessoas estranham: mas o que é isso? Já vão proibir as coisas? Quer dizer, então falta esclarecimento ainda, né? Entram como moto nas praias, barulho muito alto de som na praia... Em Soure o ICMBIO tá muito atento pra isso (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>60</sup>).

A busca por esclarecer para a sociedade sobre a necessidade de conservação socioambiental de Soure tem influenciado e fortalecido essa relação entre os órgãos de gestão das UC estadual e federal em Soure, pois “O grande problema das infrações, dos delitos nas unidades de conservação é a falta de uma equipe consistente que de conta de fazer esse trabalho o tempo todo” (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>61</sup>).

A intensificação existente para planejar o uso público em Soure ocorreu a partir de uma maior integração institucional, não apenas com o ICMBIO, mas contando também com a SETUR/PA e com a SETUR/Soure

A parceria com a SETUR/PA acontece principalmente com o PEQTUR. As oficinas de qualificação acontecem tanto na RESEX quanto na APA, ressaltando não apenas qualificações técnicas de atendimento, mas também de sensibilização para que a comunidade local esteja ciente que aquela é uma área protegida. Sobre os cursos ofertados e a necessidade de informar os moradores, o entrevistado do IDEFLOR-Bio comenta que

---

<sup>60</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

<sup>61</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

[...] durante os cursos, [...] a gente teve essa possibilidade de enfatizar bem que “olha, vocês precisam falar pros turistas que estão em área protegida”, isso é importante pra eles, pra eles saberem. Não apenas para saberem se comportar, mas pra eles entenderem qual a importância de uma área protegida. Porque essa que é a grande sacada pra gente. A gente quer que o turista entre de um jeito e saia de outro. Que ele saia sabendo porque que ali precisa ser protegido (Informação verbal<sup>62</sup>).

Para que o turista consiga ter uma experiência positiva com o meio ambiente, o entrevistado do IDEFLOR-Bio afirma que é necessário que haja o contato adequado tanto com a natureza quanto com os moradores. No caso de uma trilha, por exemplo, são os próprios moradores que conduzem os visitantes. As capacitações que acontecem com a comunidade são fatores indispensáveis nesse processo.

Porém, para que o meio ambiente não tenha danos negativos consideráveis, foram desenvolvidas ferramentas de mensuração dos impactos humanos na natureza. O técnico do IDEFLOR-Bio citou a metodologia do “Rango de Oportunidades para Visitantes em Áreas Protegidas” (ROVAP), que se baseia no nível tolerável de impactos ambientais. Para o entrevistado, nessa metodologia, oriunda dos Estados Unidos, com ajustes para as unidades de conservação do Brasil,

[...] você não só zonea a área, mas elege indicadores de monitoramento, de comportamento do turista e do turismo. Faz uma atividade, mas a gente tá de olho: o que que essa atividade vai trazer de bom e quais são os problemas que podem ser gerados por conta dessa atividade, e de que forma a gente vai poder mitigar esses problemas, esses danos ambientais. Vou dar um exemplo: uma trilha no mangue não pode ser feita com as pessoas andando em cima das raízes, por que isso vai gerar um impacto ambiental muito grave pra aquela região, e como consequência pode até acabar com a vegetação daquele pedaço. Então o que a gente pode fazer pra que tenha a trilha no mangue, pra que as pessoas tenham essa experiência, que seja uma experiência agradável pro turista, e que ela não deixe sequelas (Informação verbal<sup>63</sup>)?

Outra ferramenta utilizada é um documento que mede a experiência do visitante a partir de indicadores criados previamente pelos técnicos gestores para cada UC, os quais podem ser reajustados de acordo com a realidade da UC. Essa possibilidade de reajuste é importante para que os indicadores sejam mais fáceis de serem monitorados. O técnico do IDEFLOR-Bio afirma que

---

<sup>62</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

<sup>63</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

[...] não adianta criar um indicador que você não tenha condição de monitorar, senão não vai ter o resultado que você quer. Nesse documento tem um número de indicadores testados que a gente tem que ver se se adapta a nossa região, ou se não tiver, a própria metodologia abre pra você monitorar indicadores (Informação verbal<sup>64</sup>).

O monitoramento dessas áreas são realizados não apenas pelo setor público, mas também pelos moradores. A comunidade local é a chave para que o processo de desenvolvimento endógeno do turismo ocorra de modo positivo para todos os envolvidos, pois são eles que entram em contato, de forma frequente e direta, com o turista e com o meio ambiente. No caso de uma trilha, a partir dos cursos de condutores, promovidos pelo setor público, os comunitários assumem a responsabilidade de guiar os visitantes de modo que, em Soure, as trilhas devem sempre ter dois guias locais para cada 10 visitantes. Porém, essa proporcionalidade não significa, necessariamente, que num grupo de 20 pessoas, deva ter quatro guias locais. Isso depende do local a ser visitado. No caso de Soure, o técnico do IDEFLOR-Bio sugere o seguinte exemplo:

Uma trilha com 20 pessoas, por dentro do mangue. Tem uma ponte que só cabe uma pessoa de cada vez. Quem está no começo escutando o que o guia ta falando é uma coisa. Mas quem ta lá no final não ouve. Então vai ser uma experiência que não vai ser boa. A pessoa vai entrar e não vai entender nada do que está acontecendo ali, não vai entender a explicação, a interpretação que [...] que é justamente o que leva o turista a mudar de posição, de pensamento. É sabendo o que é aquilo ali, onde é que ele tá, qual a função de cada elemento da natureza. Senão não adianta. Pra gente pelo menos, do meio ambiente, não adianta. Pro turismo de massa talvez ele não esteja muito ligando pra isso, mas ali não é o turismo de massa que se quer. É um turismo de qualidade (Informação verbal<sup>65</sup>).

Em nível federal, existe a autarquia do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), responsável pela gestão de uso público na área da RESEX de Soure. Atualmente, três técnicos colaboram para o seu planejamento e gestão, dentre os quais um foi entrevistado. O entrevistado tem o cargo de analista ambiental e já exerce essa função há 5 anos. Uma questão que o analista ambiental do ICMBIO de Soure abordou foi sobre a criação da RESEX. Geralmente, grande parte das UC (de várias categorias) são criadas no modelo vertical, sem a participação da sociedade, onde

---

<sup>64</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

<sup>65</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

por interesses diversos, o setor público determina a criação da UC. No caso dessa RESEX Marinha, a iniciativa de criação partiu da própria comunidade, de modo que os próprios moradores da área litorânea de Soure se reuniram e solicitaram a instituição da UC no lugar.

[...] aqui foi uma solicitação da associação dos caranguejeiros de Soure, e foi basicamente pra garantir o acesso deles ao território.. Porque aqui a gente ta numa região que tem muitas fazendas, e os fazendeiros se dizem proprietários de áreas que são da união como o manguezal, as praias, o mar.. Então foi uma tentativa, uma estratégia de garantir o acesso ao território de uso deles e também conseguir um apoio governamental para a proteção dessa área, principalmente porque a gente ainda tem esse problema até hoje de invasão de pescadores que vem da região do salgado paraense e vem pra pegar caranguejo aqui em Soure e utilizam técnicas predatórias de pesca (Informação verbal<sup>66</sup>).

O processo de criação da UC foi uma solicitação da própria comunidade extrativista, que, após os estudos de importância socioambiental da área, foi decretada a RESEX. Sobre os conflitos existentes nesse lugar, o analista ambiental do ICMBIO de Soure fala da existência de incompatibilidade não apenas entre os extrativistas e os fazendeiros, mas também dos conflitos existente entre os próprios moradores da RESEX.

Não eram todos os extrativistas que queriam uma unidade de conservação, existe também o entendimento que uma unidade de conservação vem pra criar regras pra eles cumprirem, vem pessoas de fora para fiscalizar a área deles.. Então tem muito essa mentalidade. [...]. Porque eles querem fiscalização, mas querem fiscalização para o outro, e não para eles mesmos. Então quando chega uma uc que começa a ter fiscalização pra todo mundo, cria-se um conflito (Informação verbal<sup>67</sup>).

Os conflitos existentes na área da RESEX podem ser verificados nas entrevistas realizadas com os moradores locais, em que alguns dizem não saber que se trata de uma UC, enquanto outros afirmam que há um acompanhamento do ICMBIO no que diz respeito à fiscalização, oficinas de qualificação e outras atividades. É importante ressaltar que o conselho gestor da RESEX é deliberativo, o que significa que aos conselheiros participantes compete o caráter decisório sobre as suas funções. Além disso, o conselho gestor da RESEX é paritário, com 21 cadeiras (10

---

<sup>66</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017.

<sup>67</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017.

cadeiras Instituições governamentais + 11 cadeiras da sociedade civil representante da população da RESEX).

Outra questão existente na gestão da RESEX é sobre recursos materiais, econômicos e humanos. Conforme informado anteriormente, são apenas três pessoas responsáveis por uma área de quase 30.000 hectares. O entrevistado do ICMBIO de Soure informou que o quadro atual conta com três funcionários, e que antes ficou quatro anos com apenas dois colaboradores, e a terceira chegou em 2016. Em certo período, em virtude da precária infraestrutura do espaço do ICMBIO, as atividades foram parcialmente suspensas. O pouco investimento reflete também no escasso equipamento para fiscalização e demais atividades: não possui embarcações e conta com apenas um carro institucional. É importante frisar que o espaço físico do ICMBIO fica na área urbana de Soure, enquanto que algumas comunidades estão distantes quase 20 km, sendo necessário o deslocamento por meio de veículo. Por vezes, os funcionários utilizam os próprios veículos para realizar o deslocamento.

Por exemplo a gente é uma unidade marinha que não tem uma embarcação. Como uma reserva marinha não tem uma embarcação, ne? Então as áreas mais distantes, que é justamente onde acontece a maior parte da invasão é muito complicado. A gente não tem nem uma quantidade de combustível suficiente pra rodar na unidade, a gente não tem uma quantidade de fiscais suficiente pra dar conta da fiscalização que seria necessária, então a gente tem que admitir que existe uma deficiência na gestão de unidades de conservação (Informação verbal)<sup>68</sup>.

Esse quadro se estende por todo o país. Isso porque o MMA é “[...] extremamente pobre, enfraquecido dentro da agenda governamental. [...] O ICMBIO é um órgão pobre que tem poucos servidores e em geral no Brasil inteiro, tem pouca estrutura” (informação verbal<sup>69</sup>). Essa realidade reflete o modelo de desenvolvimento vigente no país, onde os investimentos na área de gestão ambiental (que inclui controle, preservação e conservação do meio ambiente) tiveram redução considerável ao longo dos últimos 5 anos, com destaque para 2017.

Nos anos de 2013 a 2016, a média de recurso destinado à gestão ambiental foi de 5 bilhões de reais, enquanto que em 2017 o valor reduziu para pouco mais de 3 bilhões. Em contrapartida, apenas como parâmetro, cita-se que a área de agricultura

---

<sup>68</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017.

<sup>69</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017.

teve um aumento de investimentos, onde em 2013 recebeu quase 13 bilhões de reais, e em 2017 recebeu 19 bilhões (BRASIL, S/A).

O modelo de desenvolvimento vigente, na visão do analista ambiental do ICMBIO é conflituoso, pois “não dialoga com a conservação ambiental e também não dialoga bem com as agendas das comunidades locais [...] então a gente realmente não dá conta do que deveria ser feito na área (informação verbal)<sup>70</sup>. Na tentativa de otimizar as ações em busca de planejamento e da gestão ambiental da RESEX, os colaboradores do ICMBIO de Soure têm investido não apenas em fiscalizações, mas principalmente em ações de educação ambiental e na organização comunitária para um processo mais duradouro na sensibilização de preservação. De acordo com o analista ambiental do ICMBIO de Soure,

[...] o que a gente vem sentido é que a agenda de fiscalização ela é importante, com certeza, mas ela não dá conta dessas questões a longo prazo. Então a gente tem investido no empoderamento da comunidade, pra que a própria comunidade faça esse trabalho de proteção do seu território. Uma conscientização que o fortalecimento comunitário e a proteção ambiental são uma agenda só. A gente trabalha com educação ambiental em várias esferas. Na verdade a gente parte do princípio que qualquer ação de gestão é uma ação com potencial educativo. Então a gente tem projeto que são claramente de educação ambiental, mas a educação é transversal em qualquer momento da gestão. E a gente também parte do princípio que as pessoas mais importante de estar empoderadas nessa área é a própria comunidade (Informação verbal<sup>71</sup>).

O processo de educação ambiental, utilizado na gestão do ICMBIO, é baseado numa gestão participativa. Participação essa determinada pela lei Federal 9.985 de 18/07/2000 que instituiu o SNUC (BRASIL, 2000), que garante a gestão de UC a partir do diálogo com a comunidade local. Na RESEX de Soure, a percepção informada pelo entrevistado do ICMBIO de Soure, é que esse diálogo seja, a médio/longo prazo, o melhor caminho pra dar resultado na conservação da área.

Porém, dentre as dificuldades encontradas está o próprio processo de colonização da área, marcado por invasões de outros povos, implicando em uma prática do “mandonismo”. De acordo com Queiroz (1969), o mandonismo<sup>72</sup> é uma característica da política tradicional, com estruturas oligárquicas e personalizadas de poder, onde o indivíduo “mandão” possui influência ou controle de algum recursos -

<sup>70</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017.

<sup>71</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017.

<sup>72</sup> O mandonismo é uma característica do coronelismo. Sobre o assunto, ver LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense.1948.



geralmente posse de terra - e acaba exercendo um domínio pessoal e questionável que dificulta o livre acesso ao mercado e à sociedade política. No caso de Soure, essa prática afeta diretamente tanto as comunidades do município, quanto à gestão da área. Quando perguntado sobre as dificuldades na gestão da RESEX, o analista ambiental do ICMBIO de Soure informou que

[...] existem conflitos, existem comunidades mais conflituosas, a gente aqui vive num sistema de coronelismo muito forte ainda, e isso é bem claro. Então as comunidades vivem nesse conflito. A gente tem duas comunidades que tem uma porteira dando acesso às comunidades, uma porteira de fazenda, que está colocada numa PA, uma estrada pública e tem uma porteira de fazenda que impede acesso inclusive dos turistas à área. É um diálogo super complexo que é feito pelo Ministério Público Federal, mas é com pessoas muito poderosas, então por mais que saia determinações desse diálogo, do Ministério Público Federal, nem sempre elas são cumpridas (Informação verbal<sup>73</sup>).

A existência de um “poder paralelo” perpassa pela gestão da RESEX desde a sua instituição até os dias atuais. Esse quadro aponta para um fato ressaltado pelo entrevistado do ICMBIO de Soure, que afirma que o processo de mudança para uma RESEX ainda está acontecendo. Ainda que a instituição legal desta tenha acontecido em 2001, ainda existe um caminho de entendimento da comunidade sobre os benefícios e os desafios existentes na conservação ambiental e no modo de vida local em uma RESEX.

O processo de entendimento quanto a ser uma UC também é acompanhado por alguns percalços. Isso porque alguns moradores das comunidades, tanto do Céu quanto do Pesqueiro, afirmaram não saber que moravam em uma Unidade de Conservação. Na entrevista à comunidade, foi perguntado se eles sabiam que aquele espaço se tratava de uma Unidade de Conservação. Inicialmente não foi abordado sobre a categoria (APA Marajó ou RESEX Marinha de Soure). Uma parte dos moradores informou não saber disso, porém disseram que alguns agentes ambientais frequentavam as comunidades. Ao repassar essa informação ao técnico do ICMBIO, este disse, categoricamente, que

Todas as famílias que moram, principalmente das comunidades, todas as famílias elas já participaram de diversas atividades da gestão da atividade. Inclusive são cadastradas na UC. Existe um processo de cadastramento das famílias beneficiárias da comunidade. Então todas são cadastradas, assinam, recebem um documento de concessão da área. Então, consciência de que eles

---

<sup>73</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

moram dentro de uma área que tem algum diferencial, eles têm (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>74</sup>).

Nesse sentido, é importante ressaltar a contradição existente nos conteúdos das falas. De fato, para morar em uma RESEX é necessário que haja a concessão de uso da terra, de modo que o morador assume um compromisso de conservação com aquele espaço. Nesse sentido, em algum momento esse diálogo sobre a legalização da área pode ter ocorrido.

Outro aspecto importante é que, de acordo com a assinatura na frequência das reuniões e atividades promovidas pelo ICMBIO, é possível perceber que grande parte dos moradores já participaram e/ou participam das ações dessa instituição. A pergunta então seria: se existem documentos que podem confirmar a ciência dos moradores das comunidades da RESEX quanto à necessidade de conservação ambiental, porque houve uma negação por uma parte desses comunitários?

A questão é bastante contraditória. Ainda que a RESEX tenha surgido a partir da movimentação de uma associação local, conforme já dito anteriormente, os conflitos de interesse quanto aos benefícios e restrições da RESEX fazem com que alguns moradores ignorem o fato. O assunto exige atenção de toda a sociedade, pois o modo de vida dessas comunidades foi alterado, não apenas pela instituição de uma UC, mas pelo fluxo turístico que influencia na mudança de atividades tradicionais para atender ao visitante e conseguir mais renda. Como fazer essa compatibilização entre um modo de vida tradicional e o fluxo de turistas em uma UC? A resposta para essa pergunta surge do analista ambiental do ICMBIO de Soure, o qual afirma que

Esse tema de UC na nossa sociedade brasileira, ainda se tem muito pouco conhecimento, se você estiver nos EUA, por exemplo, e perguntar o que é um Parque, uma criança vai saber te responder. Porque isso tá na cultura e no cotidiano deles, é muito forte. Aqui no Brasil não. É outra realidade, outro contexto. É uma coisa nova, muito pouco debatida, que não aparece na mídia. Você vai ver divulgação de Soure, do turismo em Soure, em várias mídias. Você não vai achar em quase nenhuma delas que é uma Reserva Extrativista. Vai ver falar da praia apenas (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>75</sup>).

Em Soure, e mais especificamente nas comunidades do Céu e do Pesqueiro, as ações públicas estão voltadas, principalmente, para a educação e sensibilização ambiental. Para isso, é necessário que seja uma via de mão dupla entre o setor público

---

<sup>74</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

<sup>75</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

e a sociedade local, na busca por um diálogo. No que tange ao turismo, é importante destacar que a atividade já existia antes de Soure ter sua área litorânea como RESEX e antes mesmo de o Marajó ser uma APA. Portanto, é compreensível que a imagem “vendida” do Marajó, como um todo, seja de um destino de sol e praia, com um público mais massivo. Contudo, essa imagem precisa ser reconstruída. Sobre o perfil dos turistas que frequentam Soure, o entrevistado do ICMBIO explica:

[...] é basicamente dois: um é o que é a massa, acho que é 90% do turismo que tem na Unidade, que é um turismo mais popular. Não é um turismo que está muito interessado em saber se é uma área especial, se é uma UC, é um turismo de massa, de familiares das pessoas que moram aqui, e que vem pra ir pra praia. É sol, cerveja e praia, música alta... e é isso. Esse tipo de turismo, que é a maior parte, deixa mais danos do que benefícios para as comunidades daqui. E tem aquele outro, menorzinho, que acho, são 10% eu chutaria, que é um turismo mais qualificado. Qualificado que eu digo nesse sentido de valorizar, saber que é uma área protegida, valorizar saber que está na foz do rio Amazonas, valorizar informações como saber que a gente está na maior faixa contínua de mangue do mundo, isso é uma informação, pro turista que vem de fora, e não de fora do país, mas de fora de estado em geral, eles valorizam (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>76</sup>).

O ICMBIO considera o turismo como uma atividade positiva e importante opção de renda para Soure e suas comunidades. Além disso, é uma prática inevitável, justamente por possuir “um histórico de apelo turístico em nível nacional e até internacional” (informação verbal<sup>77</sup>). Para mudar o turismo de massa existente no município, o ICMBIO tem uma agenda de fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) nas comunidades da RESEX.

Uma dificuldade existente em Soure, com maior evidência nas comunidades, é da instrumentalização dos comunitários, a fim de se organizarem em busca do mesmo objetivo. O desafio é

[...] a comunidade conseguir se organizar enquanto coletivo pra gerir de forma comunitária o turismo. Porque o turismo comunitário não é você chegar na comunidade e você contratar um barqueiro. O turismo comunitário ele nasce, é pensado no âmbito da comunidade e a comunidade faz a gestão dele da raiz até a divisão dos benefícios. Isso é muito difícil. A gente tá falando de pessoas, então tem muitas brigas dentro da comunidade, muitos interesses, muitos egos, então é muito difícil (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>78</sup>).

---

<sup>76</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

<sup>77</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

<sup>78</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

A vila do Pesqueiro é exemplo de comunidade que já vem se estruturando para o TBC, alcançando investimentos, mas que atualmente apenas algumas famílias de fato atuam nesse segmento, dividindo as funções e os lucros. Ainda assim, com essas dificuldades, alguns representantes da comunidade do Pesqueiro se fazem presentes nas reuniões do conselho da RESEX e buscam participar de todas as atividades promovidas pelos órgãos públicos. A Comunidade do Céu, no entanto, não possui tanto envolvimento comunitário para o desenvolvimento local por meio do turismo, se comparado ao Pesqueiro. Ressalta-se que para as reuniões do conselho gestor, que ocorrem trimestralmente na sede do ICMBIO de Soure, os participantes são informados com antecedência, e o deslocamento e a alimentação dos comunitários participantes da RESEX é realizado com recursos do próprio ICMBIO.

Atualmente estão sendo realizados estudos com voluntários e uma agente comunitária do Pesqueiro, para abertura de trilhas em todas as comunidades da RESEX. A maioria das trilhas existentes está em áreas privadas dentro das fazendas, o que acaba por beneficiar apenas os fazendeiros. Nesse sentido, o ICMBIO tem organizado alguns passeios em conjunto com voluntários e agentes comunitários. No Pesqueiro, alguns passeios já estão consolidados, como conhecer a pesca artesanal, como é feita a extração do turu e o passeio no igarapé. As trilhas estão em fase de estudo e mapeamento, bem como também está sendo realizada, em parceria com o IDEFLOR-Bio e SETUR/PA, a qualificação dos moradores das comunidades para a condução de turistas.

As parcerias do ICMBIO nas ações da RESEX são, principalmente, com os órgãos IDEFLOR-Bio e SETUR/PA. A SETUR/PA é considerada o principal parceiro do ICMBIO, principalmente no que se refere a organização do uso público no Pesqueiro. O interesse é destacado pelo objetivo a ser alcançado: a certificação de bandeira azul. A certificação bandeira azul tem o objetivo de “elevar o grau de sensibilização dos cidadãos e dos tomadores de decisão para a necessidade de se proteger o ambiente marinho e costeiro e incentivar a realização de ações que conduzam à resolução dos conflitos existentes” (BANDEIRA, s/d). Esse programa é uma iniciativa da *Foundation for Environmental Education (FEE)*.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> No Brasil tem sede em Florianópolis/SC, no Instituto Ambientes e Rede. Na América latina, apenas quatro praias brasileiras possuem essa certificação: Lagoa de Peri (Florianópolis), Praia do Tombo (Guarujá), Prainha (Rio de Janeiro) e Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe (Salvador) (BANDEIRA, S/A).

Para alcançar essa certificação, há uma série de exigências que, segundo o ICMBIO, ainda estão longe de serem alcançadas. Mas a SETUR/PA tem feito vários investimentos, dentre os quais, destaca-se o primeiro banheiro ecológico (figura 26) de praias do Pará, que foi construído em agosto de 2015. O banheiro ecológico, que foi finalista no prêmio Braztoa<sup>80</sup> de Sustentabilidade 2016/2017, tinha gestão e manutenção por responsabilidade da comunidade do Pesqueiro. A intenção é que esse projeto piloto seja implementado nas demais praias e Comunidades de Soure. Infelizmente, no mês de setembro de 2017, houve um incêndio em uma barraca próxima ao banheiro ecológico da praia do pesqueiro, o qual atingiu também o banheiro e este foi totalmente incendiado. Mas segundo informações do ICMBIO, já há uma movimentação para a sua reconstrução.

**Figura 26** - Banheiro ecológico da praia do Pesqueiro



**Fonte:** Juliana Hamoy (2017).

---

<sup>80</sup> Associação Brasileira das Operadoras de Turismo

O analista ambiental do ICMBIO de Soure enfatiza que a SETUR/PA tem sua parceria com cursos, processos de ordenamento e ações que são limitadas à praia do Pesqueiro. Na praia da Barra Velha por exemplo, o órgão estadual de turismo não entra no processo de planejamento. Ressalta-se que a Barra Velha é uma praia extremamente sensível, com uma dinâmica característica de área costeira, associada ao manguezal presente na praia. Nessa praia, a gestão é praticamente entre o IDEFLOR-Bio e o ICMBio. Com o IDEFLOR-Bio, o entrevistado do ICMBIO de Soure informou que a parceria acontece de modo mais “pontual conforme a disponibilidade deles e sincronia de agenda. Atualmente está mais restrita a parte de proteção e fiscalização da UC” (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>81</sup>).

Sobre parcerias com os órgãos municipais, mais especificamente a SETUR/Soure e SEMA/Soure, o analista ambiental do ICMBIO de Soure enfatizou que

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, é uma parceira da unidade, mas não é uma parceira tão focada nessa parte de uso público. A Secretaria Municipal de Turismo é uma relação um pouco complicada, porque os objetivos do turismo no município não necessariamente são os mesmos do turismo na Unidade de Conservação, a secretaria investe muito no turismo rural, de fazendas, e a secretaria quer números. Se a praia estiver lotada, e tiver cheia de carro, moto, som alto... pra eles tá valendo (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>82</sup>).

Essa informação aponta para a existência de um conflito nos modelos de desenvolvimento que devem guiar a atividade turística entre a Secretaria Municipal de Turismo e o ICMBIO, principalmente nas praias da RESEX. Porém, o analista ambiental do ICMBIO de Soure ressalta que esse conflito não pode ser generalizado, e que na última gestão de turismo no município, o Secretário de Turismo de Soure buscava “fortalecer o turismo comunitário, e ordenar o turismo de forma mais sustentável, pensando justamente nesse público que valorizar ser uma área de conservação” (informação verbal<sup>83</sup>).

Ainda em nível municipal, outros serviços não colaboram com o meio ambiente, como a coleta de lixo. De acordo com o analista ambiental do ICMBIO de Soure, o acúmulo de lixo em Soure, e principalmente nas praias, ainda é alto. Em julho/2017,

---

<sup>81</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

<sup>82</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

<sup>83</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

período de alta temporada e de maior fluxo de turistas, passaram-se duas semanas sem o serviço de coleta de resíduos, criando “montanhas de coco, que acaba por chamar urubus e outros animais” (informação verbal<sup>84</sup>).

Para mensurar esses danos ao meio ambiente, principalmente com o uso público, o entrevistado do ICMBIO relata que seria importante o uso de uma ferramenta que mensurasse esses efeitos negativos. Ao perguntar sobre a existência desse instrumento para a gestão de UC com uso público, a resposta foi que

Não. A gente gostaria que tivesse, mas não tem uma ferramenta, um instrumento pra avaliar os impactos do turismo em uc. Seria interessante ter no geral, nacional, até pra poder fazer um comparativo entre as diversas unidades de conservação, mas não existe (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>85</sup>).

Ao obter essa informação, foi questionado sobre o ROVAP, ferramenta utilizada pelo IDEFLOR-Bio para mensurar esses danos. Contudo, o ICMBio não tem esse instrumento institucionalizado e padronizado para uso nas UC, porém, alguns gerentes de UC utilizam modelos desenvolvidos especificamente para uso nas UC de sua gestão, com autonomia na escolha e adaptação de instrumentos para mensurar os danos ambientais, a partir de informações técnicas adequados. Foi realizada uma experiência com o ROVAP no período do seminário junto ao Serviço Florestal dos EUA e Universidade do Colorado. Pra o entrevistado do analista ambiental do ICMBIO de Soure, “[...] é uma inspiração utilizada no planejamento da UC, que possivelmente será orientador no processo de elaboração do plano de uso público da UC” (informação verbal<sup>86</sup>).

Existem também duas ferramentas comumente utilizadas para a mensuração de impactos ambientais, que são o Estudos de Impactos Ambientais (EIA) que contribui para a elaboração do Relatório de Impactos do Meio Ambiente (RIMA), e o estudo de Capacidade de Carga (CC). Porém, essas ferramentas são utilizadas apenas para empreendimentos de alto impacto ambiental, o que não se aplica à Soure e suas comunidades.

---

<sup>84</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

<sup>85</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017

<sup>86</sup> Entrevista com analista ambiental do ICMBIO/Soure, em novembro/2017.

### 6.2.2 Setor privado

Dentre os treze hotéis/pousadas localizadas na área central da cidade, foram entrevistados quatro gerentes, dos quais apenas um sabia que Soure se trata de uma UC. O Hotel 01 conta com o maior número de unidades habitacionais, com 39 apartamentos. O hotel possui uma área externa com piscina, restaurante e área de eventos. O Hotel 02, localizado em frente à igreja matriz da cidade, é mais simples, com apenas 09 apartamentos, um *hall* de entrada e um jardim interno. O Hotel 03, localizado em frente à prefeitura, com 16 apartamentos, possui estacionamento, piscina e jardim interno. O Hotel 04, localizado na orla da cidade, dispõe de 08 apartamentos, sem estruturas adicionais. No Hotel 01, foi entrevistado o gerente, que possui o ensino médio e já atua na área há alguns anos (não soube precisar quanto tempo).

Ao ser perguntado sobre seu conhecimento acerca da Unidade de Conservação de Soure/Marajó, a resposta foi “Eu não sabia. [...] eu não sei de nada disso” (informação verbal<sup>87</sup>). Complementou informando que a ação do setor público para com o hotel é “pra marcar reunião na prefeitura ou outro local. [...] São reuniões que eles falam sobre o meio ambiente, que não pode tirar pedra daqui, areia dali, porque vai acabando” (informação verbal).

O gerente do hotel 03 afirmou saber que se trata de uma RESEX, e ressaltou a presença do ICMBIO. Mas não tinha conhecimento que a área urbana de Soure, onde seu hotel se localiza, faz parte de uma APA.

Eu sei que aqui tem essa RESEX, na praia, ne? Já vi o IBAMA antes, e agora o ICMBIO que tá aqui. Mas eu não sabia que aqui também era uma reserva. Que aqui eles não vem quase. Não me lembro deles aqui. Eu cheguei aqui e montei meu hotel e ninguém me avisou de nada. Mas é importante saber dessas coisas (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>88</sup>).

O Hotel 04, já atua no ramo há dez anos e tem um quadro de dez funcionários diretos. Ao ser perguntado se sabia sobre Soure ser uma UC, o gerente do hotel 04 respondeu que sabia, e que tentava repassar essa informação para os hóspedes, mas não soube explicar de que modo aconteceria esse repasse de informações. Apenas concluiu que

---

<sup>87</sup> Entrevista com gerente do hotel 01, em novembro/2017.

<sup>88</sup> Entrevista com gerente do hotel 03, em novembro/2017.



Na verdade, quando eles chegam no Marajó, a maior parte faz uma pesquisa. Poucos vem assim, sem saber. Mas isso é mais os turistas que vem de fora. Daqui, até de Soure mesmo, tem muitos que não sabem disso. Porque a gente vê muita coisa errada. O próprio cidadão daqui joga lixo onde não deve, tem ações que são, assim, erradas, ne? (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>89</sup>)

O entrevistado do hotel 02, sobre um possível repasse de informação ao hóspede sobre o Marajó/ Soure ser uma unidade de conservação, informa que não há essa informação. Ele não repassa por não saber como fazê-lo, e que essa deveria ser uma ação do setor público. Contudo, sobre as ações do setor público e, mais especificamente da SETUR/Soure, o entrevistado do hotel 04, ao ser perguntado sobre o planejamento turístico de Soure, informa que:

Não conheço. [...] só vejo movimento mesmo em julho, que tá cheio de turista. Fora isso, não vejo as ações deles. O secretario até saiu mês passado. Ai fica as coisas meio ao relento. Mas aqui no Marajó, em Soure, já tem público. [...] Porque a gente e a capital do turismo, de fora o pessoal fica animado, e ai chega aqui se decepçiona. [...] com a estrutura que a gente tem hoje, acho que o povo vem pra cá porque eles gostam. Esse planejamento ai, que quer o progresso. Ai eu digo 'meu amigo, vou ser franco contigo. Imagina se o progresso chegar aqui? Ai colocam uma ponte de Salvaterra pra cá e vai encher de gente aqui?' claro, a gente precisa de gente, eu preciso de hospede aqui pra me equilibrar, mas a gente não pode perder isso que a gente tem aqui. Esse progresso é bom por uma parte. Mas eu prefiro assim, tranquilo. Mas eu penso que a prefeitura podia fazer mais. Arrumar a sinalização, que é fraca, esse porto, colocar mais lixeira pela cidade.. agora esse prefeito ta arrumando um pouco os canteiros e as ruas, ta asphaltando. Ai já é um inicio..(INFORMAÇÃO VERBAL<sup>90</sup>).

Outro aspecto que surgiu no decorrer da entrevista foi sobre a sinalização urbana e turística no local. Ao ser perguntado sobre essas sinalizações na cidade, o gerente do hotel 01 respondeu que

Precisa melhorar. [...] olha, eu tô com uma hóspede no hotel que as vezes eu acompanho ela pela cidade porque ela fica perdida. Essas placas deviam ter mais. Aqui tem mesmo que melhorar isso<sup>91</sup>.

É importante ressaltar que esse hotel fica próximo ao rio, e no caminho não foram encontradas placas de ruas ou de informações turísticas. Essa ausência de sinalização está em grande parte da cidade. São poucas as ruas com placas, e mesmo com um mapa, há certa dificuldade, em se deslocar, para quem é visitante.

<sup>89</sup> Entrevista com gerente do hotel 04, em novembro/2017.

<sup>90</sup> Entrevista com gerente do hotel 04, em novembro/2017.

<sup>91</sup> Entrevista com gerente do hotel 01, em novembro/2017.

Os agentes entrevistados do setor hoteleiro de Soure não informaram a existência de uma organização de empreendimentos voltados para o turismo, de modo que a associação a qual os gerentes entrevistados estão associados é a Associação Comercial Local. O gerente do hotel 04, ao ser perguntado sobre a existência de uma associação de turismo em Soure, afirmou não ter conhecimento, mas ressaltou que

[...] seria importante com certeza, porque seria um modo das pessoas se comunicarem mais um hotel com o outro. Aqui a gente comunica mais quando tem carimbó, que a gente chama eles pra virem visitar o carimbo no hotel, e aí é só isso, essa parceria só (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>92</sup>).

Foi entrevistado também o proprietário da Fazenda São Jerônimo, referência em atividades e passeios em Soure. A fazenda, que já atua há 18 anos no mercado, recebe visitantes para passeios de búfalo, no igarapé, no mangue e em trilhas. Antes a fazenda também disponibilizava serviço de hospedagem, porém, pela falta de reservas, apenas os passeios foram mantidos. O proprietário da Fazenda informou que as atividades desenvolvidas foram organizadas sem nenhum tipo de apoio/incentivo do setor público, contudo seus colaboradores já participaram de cursos de qualificação de condutor de trilhas ofertado pelo estado. Sobre essas capacitações, o proprietário da Fazenda informa que

[...] nós precisamos de ajuda é pra capacitar o nosso pessoal. Não adianta [...] chegar aqui, e ai vai pessoas que não estão realmente ligadas a parte do turismo. E ai o curso não adianta de nada. Tem que ir onde faz turismo. E onde faz turismo? Na fazenda São Jeronimo, fazenda Sanjo, fazenda Bom Jesus.. Tem que vir falar aqui, pra gente programar uma capacitação, o melhor condutor de turismo é o marajoara (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>93</sup>).

Ao fazer essa afirmação, pode-se entender que a compreensão do proprietário da fazenda é que a capacitação deve ser feita para quem trabalha diretamente com o turismo, ou seja, as fazendas. Para esse entrevistado, a qualificação da comunidade para receber os turistas deveria ser direcionada apenas para os profissionais da área.

Foi entrevistado também o proprietário de uma agência que faz receptivo de turistas em Soure. A empresa, que formalmente atua no mercado há seis anos, faz parte da Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV) e participa de eventos

---

<sup>92</sup> Entrevista com gerente do hotel 01, em novembro/2017.

<sup>93</sup> Entrevista com proprietário da Fazenda São Jeronimo, em novembro/2017.

voltados a divulgação do Marajó, como a Feira Internacional de Turismo da Amazônia (FITA), realizada anualmente em Belém, e outros eventos fora do Estado.

O proprietário da Agência de receptivo de Soure, que segundo o mesmo, é voltada para o ecoturismo, afirmou ter conhecimento sobre o Marajó ser uma APA e também ter uma faixa de terra de RESEX. Ao perguntar se existia o repasse dessas informações para os turistas, ele informou que sim:

Sim, a gente fala pra eles. Fala que eles não podem jogar o lixo no chão, que não podem pegar flores e plantas, que não pode entrar no mangue... É uma série de restrições que são necessárias aqui, que o ICMBIO informa pra todo mundo. Então com os turistas é a mesma coisa. Se o morador não pode, o turista também não. Porque se o turista fizer algo que não pode, aí o morador acaba querendo tirar satisfação com o ICMBIO. Mas a gente tem cuidado com isso. Mesmo com os grupos maiores, a gente coloca mais guia de acompanhamento (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>94</sup>).

De acordo com o proprietário dessa agência, o repasse de informações quanto aos cuidados socioambientais em Soure é realizado de modo informal, no decorrer das atividades e passeios. Ele informou que essa pergunta, quanto ao repasse de informações sobre a APA e RESEX, ampliou seu olhar sobre o assunto, e que seria uma ideia para colocar em prática:

Olha, eu ainda não tinha atentado pra isso. Porque quando o cliente pede orçamento, a gente faz individual. Aqui a gente não fecha pacote fechado. Cada cliente monta da sua preferência. E aí eu mando um tarifário que também é informativo. São acho que 15 páginas com informações dos passeios e valores daqui e de Salvaterra. Mas é mais Soure mesmo. E seria uma ideia colocar nessas informações que aqui é uma RESEX, né? Porque olha, o Marajó não é divulgado como RESEX. Os turistas vem pra cá e são informados pelo guia. Os que vem por conta própria, sem agência, as vezes nem sabem (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>95</sup>).

Os passeios realizados pela agência de viagens em Soure, de acordo com o proprietário, são sempre acompanhados pelo guia local, com experiência de “anos de guiamento” (informação verbal<sup>96</sup>). Porém, quando o passeio é realizado nas Comunidades do Céu e do Pesqueiro, há também o acompanhamento de um condutor local, qualificado pelo PEQTUR.

No decorrer das pesquisas de campo realizadas, foi identificado que a Comunidade do Pesqueiro seria a mais estruturada para receber turistas. Contudo, o

---

<sup>94</sup> Entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

<sup>95</sup> Entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

<sup>96</sup> Entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

proprietário da agência informou que antes os passeios eram principalmente na Comunidade do Pesqueiro, mas que atualmente tem preferido indicar a Comunidade do Céu para receber esses visitantes, e o motivo para tal era a organização das comunidades. Segundo o mesmo, na Comunidade do Céu os moradores demonstram estar mais interessados em um receptivo mais profissional. Para exemplificar essa afirmação, o proprietário da agência contou duas situações:

Quando eu fechava com o S. Catita<sup>97</sup> para ele atravessar os turistas do pesqueiro pro Céu, ele deixava a desejar. Ele é muito gente fina, simpático, conhece as correntes da água, mas não conseguiu profissionalizar. Sempre que eu chegava lá com os turistas ele estava com o motor quebrado, com uma pintura antiga, sem colete salva-vidas no barco. Ele tem colete, mas esquece em casa.. então isso passa que imagem pro visitante? Então deixei de trabalhar com eles. Com o rapaz do Céu, só falta o colete, porque ele ainda não comprou. O barco dele todo bonito, pintado, motor funcionando.. [...] e tem a carroça também. Lá no Pesqueiro a carroça dos passeios era mal cuidada, e agora no Céu é toda pintada, parece nova. Bem bonita mesmo. E ai no Céu também é bom que eu ligo lá, e tem o restaurante e a pousada que eles mesmos construíram. Então eu só ligo e aviso que vai ter turista. Eles fazem o almoço e tudo. E a renda fica com eles. Eles tem a tabela deles com os valores... Então eles estão se organizando melhor, eu acho... (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>98</sup>).

Para o proprietário da agência, já existe uma organização de TBC no Céu. O tarifário da comunidade do Céu, enviado à agência, foi entregue na semana da realização da entrevista, e por insistência da agência. A questão apontada sobre o profissionalismo do turismo nas Comunidades é dicotômica. Por um lado, geralmente turistas que adquirem pacotes com agências de viagem, buscam a facilidade, o comodismo e serviços de qualidade, e por vezes, o modo de vida da comunidade receptora não se adequa à expectativa do turista quanto aos serviços prestados. Contudo, o modo de vida local é o que faz despertar no turista a vontade de conhecer e ter essa experiência.

O assunto é abordado por Irving (2009), ao afirmar que a interpretação de um lugar por um turista não deve ceder às pressões e imposições da globalização. Ao conhecer um lugar novo, é importante compreender a realidade local, e o contexto no qual essa comunidade está inserida. Nas comunidades do Céu e do Pesqueiro há

---

<sup>97</sup> S. Catita é um pescador da comunidade do Pesqueiro que, com sua canoa, atravessa até o Céu. Cerca de 15 minutos de travessia.

<sup>98</sup> Entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

uma mobilização entre os moradores e o setor público na tentativa de qualificar a mão de obra local.

Para o proprietário da agência de receptivo, o Marajó é “uma marca muito divulgada e conhecida nacional e internacionalmente, e por isso os moradores daqui pensam que não é necessário mais nada” (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>99</sup>). Com isso se faz referência à essa mão de obra, que precisa de mais profissionalismo. Ainda que o setor público tenha ofertado cursos e capacitações, ainda é necessário muito mais, e não apenas para as comunidades da RESEX, mas toda a área de Soure. O proprietário afirmou que não pode colocar o turista em uma redoma, e ainda que o Marajó, e mais especificamente Soure, seja reconhecido como polo turístico, a realidade dos equipamentos e serviços prestados faz com que o turista não volte ou indique. E isso se reflete no serviço ofertado pela própria agência.

Trabalhar com turismo é trabalhar com o sonho das pessoas. Então eu me envolvo e faço tudo para agradar. Porque se o turista gostar daqui, do que viu, ele vai me indicar, indicar minha agência, e não sou só eu que vou ganhar com isso. Mas tem toda a rede que dá suporte pro turismo acontecer. Os restaurantes, os hotéis, os barcos.. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>100</sup>).

As qualificações já ofertadas, segundo o proprietário da agência entrevistado, estão sendo importantes para o desenvolvimento do turismo e para a comunidade local, e estão também conhecendo mais sobre a RESEX e a APA. Outro aspecto questionado quanto ao proprietário da agência de turismo foi sobre uma possível integração com órgãos públicos, e a resposta foi positiva, principalmente quanto ao ICMBio, o IDEFLOR-Bio e a SETUR/PA. Porém, o proprietário da agência de viagens explicou apenas a parceria com a SETUR/PA, que se realiza especificamente com a colaboração do estado na divulgação do Marajó como destino turístico, subsidiando espaços<sup>101</sup> em eventos regionais e nacionais.

Foi entrevistado também um condutor de turismo local de Soure, que já atua na profissão há 20 anos e faz parte da Associação de Turismo do Marajó. Para o condutor entrevistado, a principal questão que dificulta o desenvolvimento de Soure por meio do turismo é a infraestrutura, e

---

<sup>99</sup> Entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

<sup>100</sup> Entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

<sup>101</sup> A SETUR/PA financia *stands* nos eventos, e a agência adquire, por meios próprios, a passagem, hospedagem e demais gastos. Informação verbal concedida em entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

[...] principalmente o porto. O cais lá pra receber grupo de idoso é bem difícil. Tudo de madeira lá. Mas o prefeito agora ta mudando. Ta ajeitando a orla, ta bem cuidado. A gente vê que isso vem aos poucos, tem a crise, então não dá pra exigir muito, principalmente desse setor. Mas aqui, o que eu vejo é uma falta de estrutura. Porque assim, tem pousada pra receber família, e tudo bem, que acolhe. Mas pra evento como teve recente agora, que veio fazendeiro de toda a região, ai não teve como. Não tem como atender os turistas assim, porque acaba prejudicando o serviço, fica tudo sobrecarregado. Ai não alcança o turismo de massa. Ninguém vem. E ai a divulgação fica negativa (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>102</sup>).

Ao citar a questão estrutural que em Soure não comporta um número grande de visitantes, o condutor entrevistado cita que esse quadro impossibilita que o fluxo turístico aumente, que alcance o turismo de massa. Em contraponto, foi questionado se o número massivo de visitantes não seria prejudicial ao meio ambiente, e a resposta foi que no decorrer do tempo, houve uma mudança na condução de seus passeios com os turistas, onde agora os visitantes se mostram mais “conscientes do meio ambiente, até pela comunidade aqui, que nas praias por exemplo já sabem que é uma unidade de conservação aqui” (informação verbal<sup>103</sup>), alegando que se todos os turistas fossem sensíveis à questão social e ambiental, o número de visitantes não seria relevante.

E essa afirmação define em parte a percepção do setor privado que é significativo ser ressaltado quanto ao turismo, onde o desafio é comportar o fluxo de turistas buscando manter as condições da comunidade local, onde não é limitar ou permitir acesso irrestrito a determinado lugar, mas sim realizar o manejo desse crescimento de modo a não trazer danos irreversíveis ao meio ambiente ou aos moradores locais. De acordo com Petrocchi (1998, p. 59), “[...] a expansão do turismo deve ocorrer até o limite da capacidade territorial de receber visitantes. Deve-se impor limites ao crescimento do turismo, pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social”.

### 6.2.3 Visitantes

Em Soure, o período com maior fluxo de visitantes é no mês de julho<sup>104</sup>, que além de ser período de férias escolares, é a estação de verão da região Norte do país,

<sup>102</sup> Entrevista com um condutor de turismo de Soure, informação realizada em novembro de 2017.

<sup>103</sup> Entrevista com um condutor de turismo de Soure, informação realizada em novembro de 2017.

<sup>104</sup> Informação coletada de todos os entrevistados.

onde as praias são mais frequentadas. Conforme informado na metodologia, para esse estudo foram entrevistados 16 turistas no total, sendo 10 no período de alta, e 6 no período de baixa temporada (novembro/2017). Os visitantes entrevistados eram de Belém, São Paulo e Fortaleza. A análise das entrevistas foi realizada, inicialmente, considerando os entrevistados que sabiam que Soure é uma UC e, posteriormente, os que não sabiam dessa particularidade.

A pergunta principal feita a todos os turistas entrevistados era quanto ao seu conhecimento de Soure ser uma Unidade de Conservação. À princípio, não foi citado sobre as categorias de UC, para que não houvesse algum tipo de dificuldade de compreensão. Dentre os 16 turistas entrevistados apenas 4 chegaram a Soure sabendo que se tratava de uma UC. Desses 4 turistas, dois eram um casal oriundo de São Paulo/SP, foram pela primeira vez, organizaram sua viagem a partir de *sites da internet* e não contrataram serviços de agência. Na sua passagem por Soure, no mês de julho de 2017, se hospedaram em um hotel na área urbana e realizaram passeios principalmente pelas praias de Soure e Salvaterra.

A descoberta sobre Soure ser uma UC veio por meio de pesquisas *online*, porém, um dos turistas entrevistados na praia do Pesqueiro fez uma ressalva

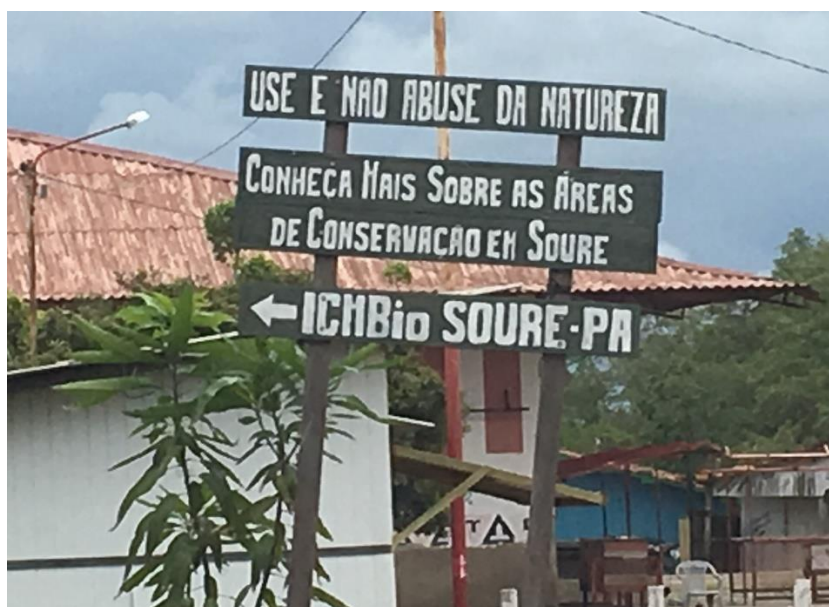
Eu sei porque eu pesquisei. Mas quando a gente chegou, não tinha nada direcionado. São poucas placas sobre isso, e de cuidado com a natureza mesmo não vi nada. Tem aqui, vi umas ações e a fiscalização. Mas no centro parece uma cidade normal (INFORMAÇÃO VERBAL <sup>105</sup>).

As placas as quais o turista se refere são as de informação quanto à ser uma UC e sobre o que é permitido ou não ser feito. As placas informativas existentes são do ICMBIO (figura 27).

---

<sup>105</sup> Entrevistado 02- turista oriundo de São Paulo - informação concedida em julho de 2017

**Figura 27** - Placa informativa do ICMBIO na área urbana de Soure



**Fonte:** Juliana Hamoy (2018)

Essas placas são espalhadas pela área urbana de Soure. Na área da RESEX também existem placas (figura 28) informando e citando a Reserva Extrativista Marinha, o decreto de lei que a normatiza e que está sob administração pública federal, o ICMBIO. As informações mais específicas quanto às restrições de uso estão apenas nas praias e ficam disponíveis somente no período de férias e feriados.



**Figura 28** - Placa informativa na passagem pelo manguezal na praia da Barra Velha



**Fonte:** Juliana Hamoy (2018)

Os turistas entrevistados que sabiam se tratar de uma UC utilizaram o serviço de condutor local para passeios na comunidade do Pesqueiro, e afirmaram ser um dos passeios muito bons:

Eu e minha esposa gostamos de viajar pra conhecer a cultura das pessoas. E aqui, eles tem essas diferenças da gente. A gente foi pro passeio do Turu, e foi muito bom. Eu não comi, mas o modo como eles tiram da madeira podre e comem cru. Então foi um passeio incrível. E pra que outras pessoas possam ter acesso a esse passeio também tem que preservar (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>106</sup>).

<sup>106</sup> Entrevistado 02- turista oriundo de São Paulo - informação concedida em julho de 2017.

Ainda que ambos tenham ressaltados aspectos positivos da viagem, ao serem perguntados sobre a infraestrutura da cidade, afirmaram que

No geral é boa. Os moradores são simpáticos, ajudam.. Mas aqui por exemplo não tem banco 24h, e são poucos os lugares que aceitam cartão. As informações aqui também são desconstradas e seria bom ter transporte público. A gente contratou um táxi para nos levar, mas nós preferimos ter autonomia. O que é bom é a segurança aqui. É bem tranquilo (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>107</sup>).

Os outros dois turistas entrevistados, também um casal, que estava com os filhos, eram de Belém, e já frequentavam Soure há cerca de três anos, pois têm família morando na cidade. A viagem para Soure foi feita por meio da Balsa, de modo que essa família estava com veículo próprio.

O casal soube que Soure se tratava de uma RESEX por meio do ICMBIO, que com o projeto “Praias de Soure” trouxe a informação, com sensibilização direta nas praias. Um dos turistas entrevistados afirmou ser “uma iniciativa boa, porque do mesmo jeito que a gente aprendeu, outros também pode aprender” (informação verbal<sup>108</sup>). Esses turistas entrevistados escolheram Soure pela tranquilidade nas praias, que por ser proibido o acesso de veículos, as crianças podem ficar mais sossegadas. Contudo, mesmo sabendo da existência da RESEX em Soure, os 4 turistas entrevistados informaram não ter um cuidado diferente com o lugar, se restringindo à não jogar lixo na praia.

Os outros 12 turistas entrevistados, os quais não sabiam que se tratava de uma UC, tiveram acesso à essa informação já em Soure, por meio das placas e/ou ações do ICMBIO. Destaca-se que nenhum dos turistas entrevistados sabia que o Marajó se tratava de uma APA.

Dentre esses 12 turistas, 6 foram entrevistados em julho/2017, no período de alta temporada, 2 eram de Fortaleza e 1 de São Paulo e 3 de Belém. Os turistas oriundos de Fortaleza eram um casal que estava iniciando uma viagem de “experiências diferentes do que a gente tem lá (informação verbal<sup>109</sup>)”. Dentre as “experiências”, o casal comentou sobre o pernoite na casa de um morador da Comunidade do Pesqueiro, e afirmou:

---

<sup>107</sup> Entrevistado 02- turista oriundo de São Paulo - informação concedida em julho de 2017.

<sup>108</sup> Entrevistado 04- turista oriundo de Belém - informação concedida em julho de 2017.

<sup>109</sup> Entrevistado 12- turista oriundo de Fortaleza - informação concedida em julho de 2017.

[...] a gente pode ver como eles fazem as coisas, como eles vivem ne? Eu não costumo dormir de rede, e foi uma experiência pra mim e pro meu marido. O problema é que o banheiro é de madeira, e isso é ruim, muito ruim, desconfortável (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>110</sup>).

Os turistas, quando vão ao Pesqueiro para pernoitar, o fazem na casa dos próprios moradores, permitindo uma experiência diferente. Nas entrevistas, os turistas mostraram duas percepções: o primeiro, citado acima, afirmou que a possibilidade de dormir na casa dos moradores locais é positiva, apesar da sugestão para a melhoria da infraestrutura.

Outro turista entrevistado em julho/2017, oriundo de São Paulo disse que apesar de ter gostado do lugar, não gostaria de dormir na casa de pessoas que ele não conhece, e que isso realmente pode atrapalhar o passeio, pois as pessoas fazem o passeio de apenas um dia e retornam para Soure no final da tarde. Esse turista entrevistado não tinha conhecimento sobre a existência da “Casa do Pescador”<sup>111</sup>, então dormiu na casa de um comunitário. Mas de modo geral, ele informou que

Aqui o Marajó é muito bonito. É bom pra se reconectar com a natureza. Em São Paulo é muito diferente, as paisagens. É a primeira vez que eu venho, e quero voltar pra ficar aqui na comunidade, nesse quarto que você falou. **E o que você achou da área urbana de Soure? Aquela parte mais central?** É boa também, mas os hotéis são mais caros. Então aqui eu tenho um baixo custo e já estou na praia (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>112</sup>, grifo da autora, pois foi um complemento de pergunta).

Os turistas entrevistados em novembro/2017 não tiveram acesso à nenhuma atividade para sensibilização social e ambiental em Soure. Porém afirmaram ter visto as placas informativas, de modo que os cuidados citados pelos entrevistados eram limitados ao lixo e ao tráfego de carro na praia, e não incluía preocupação com o volume do som de veículos, a necessidade de acompanhamento de guia em trilhas, proibição da captura e transporte de material biológico, dentre outras restrições. É então que pode-se questionar o que é permitido e o que é proibido na RESEX. A resposta poderia ser disponibilizada no Plano de Manejo da UC, porém, esse documento ainda não está disponível.

---

<sup>110</sup> Entrevistado 12- turista oriundo de Fortaleza - informação concedida em julho de 2017.

<sup>111</sup> A “Casa do Pescador” é um espaço construído por uma moradora, com quarto, redário e *camping*, conforme as figuras 18 e 19 na p. 91.

<sup>112</sup> Entrevistado 14 – turista oriundo de São Paulo – informação concedida em julho/2017.

As informações quanto às restrições de uso em Soure, e mais especificamente para a área de RESEX, de acordo com os entrevistados podem ser organizadas em dois grupos: os turistas entrevistados em julho/2017 e os turistas entrevistados em novembro/2017. Um turista, entrevistado em julho/2017, informou que percebeu a presença da fiscalização do ICMBIO na praia do Pesqueiro, com alguma atividades lúdicas para crianças. E complementou seu relato afirmando que

É uma iniciativa excelente, que não deveria se limitar à essa praia daqui. Deveria ter em Ajuruteua, Salinas, Mosqueiro, mas principalmente salinas. Carros na praia é um perigo pras crianças. Aqui é bastante tranquilo, né? Calmo. E também é prejudicial pra praia, pra areia. A fiscalização do governo tem que existir sempre. A senhora vê aqui, tem as placas dizendo que é proibido fazer as coisas, e tem a fiscalização pra ter certeza que vai ficar garantido. Então aqui é bastante bom sim (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>113</sup>).

As atividades acima mencionadas pelo turista 06 são referentes ao projeto “Praias de Soure”, que acontece somente no mês de julho. O segundo grupo de turistas foi entrevistado em novembro/2017. E ao perguntar a um turista sobre a fiscalização em Soure, o mesmo respondeu que “Não que eu tenha visto. Eu vi as placas, mas não sei do que é” (Informação verbal<sup>114</sup>).

A partir do relato dos turistas entrevistados, percebe-se a importância de sensibilizar os visitantes sobre a questão ambiental. Possivelmente, a diferença entre as afirmações acima se deu justamente pelas atividades de educação ambiental promovidas pelo ICMBIO. Para Leff (2007), a educação ambiental gera a racionalidade ambiental, que cria uma nova ética nos comportamentos humanos em acordo com a natureza. O que Leff (2007) aponta, foi possível perceber na prática em Soure, a partir da pesquisa de campo.

Os visitantes de fora do estado que foram entrevistados disseram que fizeram a reserva de serviços como hotel, passeios etc. por conta própria e pesquisaram sobre o Marajó e os passeios disponíveis, com a ajuda de *sites* da *internet*, não utilizando serviços de agência e/ou operadoras de viagem. Ainda que tenham adquirido informações prévias sobre a UC de Soure, foi ressaltada a necessidade de mais informações no local de desembarque (porto de Soure), com atividades durante o percurso de lancha/balsa.

As sinalizações existentes em Soure são

---

<sup>113</sup> Entrevistado 06 – Turista oriundo de Belém/PA, informação concedida em julho/2017.

<sup>114</sup> Entrevistado 03 – Turista oriundo de São Paulo/CE, informação concedida em novembro/2017.

[...] poucas. São poucas mesmo, pois a gente nem vê o que é proibido né? Eu sei andar aqui, porque já vim muito. Sempre venho, mas venho porque gosto. Mas dessa parte de natureza tem que ter mais, ter mais coisa pra gente também se informar não é? (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>115</sup>).

A sinalização turística é uma significativa contribuição para o planejamento, organização e desenvolvimento de espaços turísticos. Para Silva (2004), à medida em que são instaladas sinalizações turísticas em um espaço, há um direcionamento dos turistas para os atrativos próximos, colaborando com sua autonomia para a elaboração de roteiros próprios.

Os turistas entrevistados demonstraram autonomia para a realização de passeios e demais atividades, mas ao serem perguntados sobre a infraestrutura e equipamentos da cidade, todas as respostas elogiaram as paisagens, e criticaram a infraestrutura e equipamentos de Soure. Destaque para uma resposta:

Aqui é muito bom, bonito. Mas pra gente que é de fora fica sem entender como a cidade funciona. As ruas são de números, mas não tem as placas, então a gente tem que contar. E são muitos buracos. E aqui eu to com a minha família, e são sete pessoas. Pra se locomover aqui é difícil. **Porque?** Porque tenho que pegar dois taxis. Eu não sabia que não tinha locadora de carro aqui. Quando fomos pra praia ontem, foi um estresse porque não tinha dois taxis disponíveis. Deveria ter um transporte público aqui. Ou vou ter que ir em agência de turismo (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>116</sup>, grifo da autora, pois foi um complemento de pergunta).

Essa dificuldade de deslocamento foi identificada no decorrer de toda a pesquisa de campo, pelos moradores, pelos visitantes e pela própria pesquisadora. A ausência de transporte público obriga os usuários a utilizarem serviços particulares, mesmo que muitos, principalmente da comunidade, não tenham possibilidades econômicas.

#### 6.2.4 Comunidade local

Dentre os agentes existentes na atuação do turismo em Soure, os moradores locais se mostram como parte indispensável para a compreensão do planejamento e da gestão pública do turismo, principalmente no que tange ao desenvolvimento local.

<sup>115</sup> Entrevistado 05- Turista oriundo de Belém/ PA, informação concedida em julho de 2017.

<sup>116</sup> Entrevistado 11 – Turista oriundo de São Paulo/SP, informação concedida em novembro/2017.

Nesse sentido, foram entrevistados 20 moradores de Soure, organizados em três grupos: 06 moradores da Comunidade do Céu, 08 moradores da Comunidade do Pesqueiro e 08 moradores da área urbana de Soure.

A partir das entrevistas realizadas na pesquisa de campo, os moradores entrevistados dos três grupos ressaltam a importância do turismo para Soure. Ao perguntar se o turismo é uma atividade positiva ou negativa para o município, foram ressaltados principalmente os aspectos econômicos da atividade, conforme os moradores 07, 02 e 16, respectivamente das Comunidades do Pesqueiro, do Céu e da área urbana de Soure:

[...] o turismo é bom pra nós. Porque os turistas traz investimento nos nossos produtos, nos nossos artesanatos, né? Isso aqui tudo eu vendo pra eles. e tudo é eu que faz. Eu e meu marido, né? Mas também coloco coisa dos outros vizinhos pra vender. A gente precisamos se ajudar a senhora não acha? [...] e ai eles traz o dinheiro e deixa pra gente. E todo mundo acha tudo isso aqui lindo. E é né? Olha so essas belezas aqui? Isso aqui é o paraíso mesmo, né? (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>117</sup>).

Positivo. Porque as vezes eles trazem renda para a comunidade né? Aí fica algum dinheirinho para a comunidade. Basta a comunidade se alerta pra isso também né? Porque qualquer um sementinha, qualquer uma coisa da praia a gente já faz um artesanato, a gente já vende né? Mas também tem pra quem sabe né? Fazer artesanato, né? (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>118</sup>).

É uma atividade que traz dinheiro pra gente. Eu trabalho com artesanato em couro aqui, e é o turista que compra la na minha loja. E eles gostam das sandálias e tudo que a gente faz, então é bom. E querem ver como a gente curte o couro e tudo isso (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>119</sup>).

Os moradores entrevistados identificam o turismo como uma atividade capaz de dinamizar a economia local, seja pela geração de emprego e renda, a partir da oferta de serviços turísticos na praia e nas próprias comunidades, seja com a valorização cultural, a partir da produção do artesanato, que é capaz de reafirmar a identidade local. A valorização da identidade local por meio do turismo pode ser ressaltada como um aspecto positivo para a comunidade receptora (BANDUCCI JUNIOR; BARRETO, 2001), que ao ser visitada, destaca o orgulho de fazer parte daquele lugar, como foi citado pelo morador 03 da comunidade do Pesqueiro, o qual

<sup>117</sup> Entrevistado 07- Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em julho de 2017.

<sup>118</sup> Entrevistado 02- Morador da Comunidade do Céu, informação concedida em julho de 2017.

<sup>119</sup> Entrevistado 16- Morador da área urbana de Soure, informação concedida em novembro de 2017.

chamou seu lugar de moradia de “paraíso”, falando não apenas por sí, mas também com base no que os visitantes comentam sobre o local.

Além de questões econômicas e culturais, os entrevistados enfatizaram sobre a visibilidade que o turismo pode trazer à comunidade, fazendo com que o lugar seja cada vez mais conhecido, conforme morador o 10 da Comunidade do Pesqueiro

Os turistas aqui tão vindo mais. Agora é maior a quantidade, mas também tão conhecendo mais a gente, a nossa praia, e ai traz mais turistas. Aqui eu tenho um quarto pra alugar, que eu anuncio no *AirBnB*<sup>120</sup>, tenho a *internet* que ajuda a divulgar as coisas daqui, que posto foto. E outras pessoas aqui também divulgam. Também sempre vem gente de fora fazer notícia aqui, de outros países também. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>121</sup>).

De acordo com os moradores entrevistados, essa visibilidade, que se aplica a toda a ilha do Marajó, gera um fluxo regular de turistas em Soure nos períodos de férias e feriados<sup>122</sup>, confirmando o turismo como atividade positiva, que proporcionou aumento da renda e a melhoria na qualidade de vida da população local. Nesse sentido, Ruschmann (1997) chama a atenção para uma consequência negativa que o turismo pode trazer, se pensado apenas pelo viés econômico, que é quanto ao abandono de atividades primarias pelas populações tradicionais (como a pesca, no caso de Soure), em busca de oportunidades de emprego geradas pelo turismo, principalmente em lugares que possuem poucas opções para atividades econômicas.

O turista... eu sei, assim....ele traz as coisas que não é benefício pra comunidade, as vezes tem turista que traz doença, não é verdade? Tem turista que vem só pra poluir, mas todo o morador toda a comunidade ela precisa da...precisa do turista, porque é o turista que traz...pra uma comunidade dessa que não tem órgão...não tem é.... não tem emprego. Aqui ou a pessoa é da prefeitura de Soure ou então não tem outro trabalho, então essa comunidade ela precisa que o turismo entre... (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>123</sup>).

O planejamento desta atividade requer um esforço conjunto entre a comunidade, o ICMBIO, o IDEFLOR-Bio e as Secretarias Estadual e Municipal de Turismo, uma vez que o desordenado fluxo de turista pode provocar danos ambientais, comprometendo os objetivos da criação da UC. O planejamento e gestão

<sup>120</sup> Site que oferta serviço de anúncio e reserva de acomodações e meios de hospedagem.

<sup>121</sup> Entrevistado 10 - Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em novembro de 2017.

<sup>122</sup> Ainda não há um estudo sobre o fluxo turística para o município e as comunidade. Informação verbal de um funcionário da Secretaria Municipal de Turismo de Soure, em Julho de 2017.

<sup>123</sup> Entrevistado 10 - Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em julho de 2017.

pública do turismo, de modo direcionado para uma unidade de conservação, devem ser diferenciados de uma área urbana turística, com a necessidade de criação de estratégias para que a “área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas, criar mecanismos capazes de gerar emprego e renda para a área protegida e para as suas comunidades, oferecendo educação ambiental aos visitantes” (LINDBERG; HAWKINS, 2002, p. 37).

Sobre essa mudança na dinâmica de Soure, a partir da instituição da APA e da RESEX, os moradores das Comunidades do Pesqueiro e do Céu, ao serem perguntados sobre as mudanças identificadas após a criação das Unidades de Conservação de Soure, tanto a APA, quanto a RESEX, responderam respectivamente que

Agora aqui é uma RESEX, a gente tem cursos de capacitação pelo ICMBIO aqui. E as regras, leis.. Que não pode de ter carro e moto na praia, que não pode de tirar as coisas da natureza. Antes a eles não vinho aqui. Ai eu lembro que antes também eles vinho mais. Mas agora a gente já tem essa informação que não pode. Então eu acho que mudou as coisas aqui. **Para período de férias, que tem mais turista, tem alguma atividade diferente?** É. Tem uma gente falando com os turistas, com brincadeiras. Meus filhos foram lá e gostaram. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>124</sup>, grifo da autora, pois foi um complemento de pergunta).

Mudou. Tem mais fiscalização aqui, de gente do governo. Mas pro turismo aqui mesmo não vi muita mudança. Eles colocaram essas placas e vem fiscalizar aqui. E a gente tem reunião la também. Eles buscam mas eu não vou. Já participei de curso também, mas voltei pra pescar com meu pai (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>125</sup>).

Em contraponto, na área urbana de Soure, todas as respostas demonstraram o desconhecimento sobre mudanças existentes após a instituição da APA e RESEX. É válido ressaltar, que conforme um morador da área urbana de Soure, há um considerável desconhecimento da existência da APA Marajó, de modo que foi percebido apenas o conhecimento da RESEX. Para um morador da área urbana de Soure,

Eu sei que tem a RESEX das praias aqui, no Pesqueiro, na Barra velha. [...] **Como o sr. Soube dessa RESEX?** Tem as placas aqui, indicando, e tem também o ICMBIO que faz o acompanhamento lá. Mas não sei de mudança não. [...] é até engraçado a Sra. me perguntar isso, porque eu não sei disso de cuidado ambiental aqui não. Só pro lado da RESEX lá.. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>126</sup>, grifo da autora, pois foi um complemento de pergunta)

<sup>124</sup> Entrevistado 07 – Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em julho, 2017.

<sup>125</sup> Entrevistado 01 – Morador da Comunidade do Céu, informação concedida em julho/2017.

<sup>126</sup> Entrevistado 08 – Morador da área urbana de Soure, informação concedida em novembro, 2017.



Sobre a participação da comunidade no planejamento e ordenamento do turismo, foi identificado um desnível com relação a área urbana de Soure, ao Pesqueiro, e ao Céu. Na área urbana de Soure, houve inexistência de moradores entrevistados que fossem envolvidos em qualquer diálogo ou reunião participativa, que visasse o planejamento e a gestão pública do turismo no município. Destaque para um moradora da área urbana, que informou que o setor público do turismo se limita a ações pontuais no município:

Não tem nada aqui. Só funciona o posto de informação lá na orla. E ai em julho tem as festas, mas ai nem sei se eles que fazem. A cidade nem sei como que tem tanto turista. É mal cuidada. O prefeito agora que ta fazendo as coisas, colocando o asfalto e as lixeiras. Mas a gente aqui não vê nada de turístico. Em fortaleza, rio de janeiro, a gente vê que é uma cidade de turista. Aqui não. É muito mal cuidado tudo (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>127</sup>).

Já na vila do Pesqueiro, os moradores se mostram mais envolvidos e articulados nas tomadas de decisão. Entre os entrevistados da Comunidade do Pesqueiro, a maioria participa ou já participou da Associação de Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ), principal organização civil da comunidade para a tomada de decisões, com relação não apenas à RESEX, mas de atividades em geral, incluindo o turismo. Ao ser perguntado sobre a integração entre os setores públicos e os moradores do Pesqueiro, obteve-se a seguinte resposta: “Não. A organização aqui é da comunidade. Teve uma gentes do SEBRAE, pra fazer uns cursos, mas o envolvimento mesmo é pela Associação de Mulheres. Que faz reunião, e participa das coisas”<sup>128</sup>. Na fala da atual representante da ASMUPESQ, ações pontuais estão sendo realizadas com a comunidade e o setor público:

A gente tem do Estado aqui, o projeto que eles tão fazendo com a gente aí...do banheiro biológico, né? e tão fazendo...vão fazer capacitações com a gente. Mas aqui municipal a gente só participar mesmo do Conselho, mas não tem outro, assim, uma outra atividade, tu tá entendendo? Que envolva a gente direto (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>129</sup>).

Pode-se perceber que a maioria das ações e o processo de organização da comunidade com relação às práticas de turismo partem dos próprios moradores. Essa

---

<sup>127</sup> Entrevistado 15 – Morador da área urbana de Soure, informação concedida em novembro/2017.

<sup>128</sup> Entrevistado 07- Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em julho de 2017.

<sup>129</sup> Entrevista com representante da Associação de Mulheres do Pesqueiro, concedida em julho de 2017.

participação é um pressuposto para o desenvolvimento local, pois é o que torna o desenvolvimento mais humano (VAZQUÉS BARQUERO, 2002).

Porém, a participação da comunidade deve ser ativa, com o diálogo real, e não apenas serem beneficiadas desse novo modelo de desenvolvimento (MARTINS, 2002). Destaca-se que a participação deve ser compreendida de modo mais amplo e não deve ser simplificada a “envolvimentos esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social”. Mas sim ser entendida como um “empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender” (MARTINS, 2002, p. 54). Esse é um processo permanente, que em graus diferentes, vem se solidificando nas comunidades do Pesqueiro e do Céu.

Isso porque nem todos se fazem presentes nessas reuniões, conforme afirma um morador do Pesqueiro, quando perguntado sobre a existência da participação/envolvimento da comunidade nas ações públicas para o turismo, obteve-se a seguinte resposta: “a comunidade aqui é unida. Só que também tem os que não participam. Que querem fazer sozinhos. Veio até gente falar do turismo comunitário<sup>130</sup> aqui. Mas nem todo mundo aqui participou” (informação verbal<sup>131</sup>), afirmação afinada à resposta da representante da ASMUPESQ:

Toda reunião que tem a gente chama, agora é muito difícil a gente reunir, assim.. a comunidade. Quando não há, assim um...quando não um projeto. Difícil eles participarem, agora se você falar “olha, é uma inscrição da bolsa verde, é um Incra, vai dar casa, vai dar isso, vai dar aquilo, vão dar cesta básica, lota! Ou então dar bolsa família, bolsa verde, o salão lota! (**como vocês informam?**) muita das vezes a gente informa assim mesmo, convidando, né? as vezes a gente faz convite pra uma assembleia (**para todos os moradores?**) Pra todos os moradores! Mas é muito difícil a participação. [...]A gente tem dificuldade com isso (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>132</sup>, grifo da autora, pois foi um complemento de pergunta).

Na vila do Pesqueiro, apesar de existir a integração e organização entre a maioria dos moradores, foi percebido que alguns não se sentem representados, e por isso não se motivam a participar dos debates e discussões relacionados ao planejamento do turismo na comunidade, bem como ações voltadas para a conservação do meio ambiente. Essa ausência de motivação para participar das

<sup>130</sup> Na vila do Pesqueiro, há um processo de organização para o Turismo de Base Comunitária (TBC), que objetiva a troca de experiências e a participação da comunidade na sua organização, a partir de uma relação de confiança entre os atores locais.

<sup>131</sup> Entrevistado 08 - Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em julho de 2017.

<sup>132</sup> Entrevista com representante da Associação de Mulheres do Pesqueiro, concedida em julho de 2017.

reuniões da ASMUPESQ pode estar relacionada ao que um morador da Comunidade do Pesqueiro ressaltou, sobre a não participação nos debates da comunidade: “Eu não participo da associação, então, a gente não fica sabendo muito desses encontros. Mas também não é muito do interesse da gente. Porque eles decidem e fazem”<sup>133</sup>.

Em entrevista a presidente da ASMUPESQ, obteve-se a informação de que a gestão anterior teve problemas com a articulação dos moradores e foi ressaltado que as pessoas que estavam à frente “deixou os interesse pessoal sair na frente da comunidade, né?”, e por esse motivo alguns moradores deixaram de participar”<sup>134</sup>. De modo mais amplo sobre a participação, foi perguntado sobre o envolvimento entre os setores públicos para a gestão do turismo em conjunto, com a comunidade, e obteve-se a seguinte resposta:

Fraco. É fraco em apoio, ne? Nós temos apoio mesmo direto, é do ICMBIO, de turismo de base comunitário, porque ele já foi muito forte aqui na comunidade, dentro aqui do Marajó a nossa comunidade é piloto daqui. Ai, do poder público a gente tem muito pouco apoio. Muito mesmo. Porque a gente está tentando reerguer esse turismo de base comunitário que tinha há 6 anos atrás, e por causa da má administração na associação, aí desorganizou, ne? Ai... Agora nós estamos a dois anos reorganizando novamente tudo isso. Só por conta de nós. (Informação verbal<sup>135</sup>).

É possível perceber que os órgãos de turismo, de acordo com a presidente da ASMUPESQ, não se fazem presentes para o desenvolvimento do turismo. O órgão considerado como parceiro da comunidade é o ICMBIO. Todavia, alguns moradores entrevistados, ainda que considerem importante a conservação do meio ambiente, não concordam com normas e restrições de uso da RESEX. Há reclamações, principalmente acerca das ações de fiscalização do ICMBIO. A “queixa” é que as normas desse órgão público limitam as ações dos moradores e, por consequência, dos visitantes, ressaltando que o ICMBIO tem mais ações de fiscalização do que de orientação ou sensibilização. A instituição da RESEX trouxe restrições de uso, e inicialmente as atividades para sensibilizar os moradores foram realizadas, porém atualmente as ações, na percepção de alguns moradores, são esporádicas e ocorrem principalmente para punir os moradores que não se adequam às normas.

---

<sup>133</sup> Entrevistado 07 – Morador do Pesqueiro, informação concedida em julho de 2017.

<sup>134</sup> Presidente da ASMUPESQ – informação concedida em julho de 2017.

<sup>135</sup> Presidente da ASMUPESQ – informação concedida em julho de 2017.

Uma liderança da Comunidade do Pesqueiro, dona da chamada “casa do pescador” informou que na vila existem no total oito casas que atendem visitantes. Essa moradora entrevistada, que participa de eventos sobre turismo em Unidades de Conservação pelo Brasil, cita

Um exemplo bem básico que eu posso te dar são as cercas que existiam antes de 2001, que já existiam há muito tempo, que é cultural aqui mesmo, meu sogro tinha o papel de compra da terra. Onde na verdade isso não existe. Aqui é concessão de uso, aqui é patrimônio da União, então quem vendeu pra ele não podia ter vendido, porque não era dele também. E aqui é área de marinha, há anos, décadas atrás.. Então tudo isso gerou conflito, e muito mais com os mais velhos. A geração do meu marido é um dos fiscais do conselho deliberativo aqui da RESEX. Então ele tem uma cabeça melhor, que já entende isso. Mas nem todo mundo pensa assim. Então quando o ICMBIO fez isso, gerou muito conflito, mas depois de um tempo, acho que 2010 isso, e aí começou essa história de ecoturismo, lá no Maranhão. Foi um seminário que eu fui pra entender as regras que existem numa Unidade de Conservação e RDS e essas coisas todas. E falaram o que a gente poderia fazer com o turismo dentro dessas áreas (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>136</sup>).

Porém outro morador ressaltou a dificuldade no recebimento de turistas pela impossibilidade de construir um hotel para atender os visitantes já que, conforme um morador da Vila do Pesqueiro,

[...] não posso nem mudar minha casa. Se eu quero consertar essa ripa, preciso ir na cidade pedir uma autorização. A senhora acredita? Preciso pedir autorização pra mudar minha casa, casa que nasci e cresci. A senhora pense então como é pra montar um hotel.. a outra comunidade conseguiu, mas nós tá parado nisso. É difícil alguém que nem conhece querer mandar na nossa casa (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>137</sup>).

Esse morador questiona que, dentre as normas de uso da RESEX, está a impossibilidade de pintar, consertar, alterar ou fazer qualquer tipo de reforma nas suas casas ou construir um novo imóvel, sem a autorização do ICMBIO, e faz referência a outra comunidade vizinha, a comunidade do Céu (também pertencente à RESEX), que conta com um hotel e, portanto, pode atender mais visitantes. Contudo, um morador do Pesqueiro comentou sobre o modo que é realizada a hospedagem de visitantes, e como a renda é dividida entre a comunidade, demonstrando que mesmo que não haja uma hospedagem comunitária, é possível receber visitantes:

---

<sup>136</sup> Entrevistado 10- Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em novembro de 2017.

<sup>137</sup> Entrevistado 09 – Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em julho/2017.

[...] isso é um anexo da minha casa, com autorização do ICMBIO. A gente tirou o quarto que tinha aqui e colocamos pra lá, e fizemos o redário. **Mas isso essa renda é sua ou da comunidade?** É minha. O quarto é meu. Mas aí a gente espalha pra comunidade. Por exemplo, eu tenho a hospedagem aqui, aí o pessoal que fica aqui paga pra mim. Mas eles não tomam café aqui, já vão tomar café ali no bar. Que tá na minha diária, mas eu repasso pra lá. Almoço a gente também não serve, mas a gente sempre indica o pessoal lá na praia, que a gente tem 8 restaurantes lá que aceita cartão de crédito e tudo, então já vai lá pra praia. Passeios, a gente indica que são os passeios que já foram formulados desde 2008, de Igarapé, Turu e agora tem lá pro Céu, [...] porque se você tá na comunidade, você ajuda toda a comunidade. A renda circula em toda a comunidade. Não é como se fosse um hotel na cidade, onde só o hotel ganha com transporte, comida, cama, bar.. Tudo é centrado no hotel mesmo. Aqui não. A gente divide com todo mundo, e se configura como um turismo de base comunitária. E a gente tem um apoio muito maior do MMA, que tá sempre apoiando (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>138</sup>, grifo da autora, pois foi um complemento de pergunta).

Em áreas protegidas, de acordo com Diegues (2000), essas imposições quanto à regulação de uso, comumente geram conflitos, onde os moradores tendem à resistir às mudanças. Contudo, com o estímulo ao diálogo, é possível diminuir os conflitos. Fennel (2002) completa que, ao perceber o meio como possível captador de renda, os moradores de uma comunidade se organizam para promover a preservação desse espaço, no intuito de atrair mais visitantes e renda. De acordo com o entrevistado 10, morador da comunidade do Pesqueiro, o turismo se mostra como uma possibilidade de renda extra entre os moradores, e esse é um dos motivos que os incentiva a auxiliar na preservação da RESEX.

Eu auxílio na preservação dessas unidades, e [...] enquanto eu tiver aqui, eu defendo meu território, defendo onde eu tô e o que eu quero mostrar. Então eu não quero que derrube o mangue porque é a paisagem que o pessoal mais vislumbra quando está aqui. Porque a gente já teve ocasião da gente ter perdido três condutores só aqui da comunidade, mais uma senhora que foi embora e fechou a casa. Porque? Porque não tem renda. A pesca hoje em dia, dentro de uma comunidade pesqueira como a nossa, decaiu muito em dez anos. Mais ou menos isso. A gente joga por alto, mas acho que tem mais de 10 anos que começou a escassear. E se essas pessoas continuarem a ir embora daqui, [...] Então quer dizer que chega uma hora, que se a gente não pegar esse turismo e colocar aqui pra gerar uma renda, ou pelo menos ajudar a melhorar nossa qualidade de vida, [...] daqui a pouco não vai ter ninguém na área. [...], o TBC é um complemento de renda da comunidade. É renda pra todo mundo que trabalha, e que tá envolvido com ele (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>139</sup>).

---

<sup>138</sup> Entrevistado 10- Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em novembro de 2017.

<sup>139</sup> Entrevistado 10- Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em novembro de 2017.

Ao serem perguntados sobre o processo de instituição da RESEX e a presença do ICMBIO para realização de ações de sensibilização ambiental, as respostas do Pesqueiro foram:

Eles disseram que iam criar isso. Mas não me perguntaram o que eu acho disso ne? Tem um envolvimento aqui, mas eu não faço parte. Acho absurdo, que tem os interesses ne? Tem até os que denunciam os vizinhos. Então tem muita coisa nessa RESEX que eu não concordo por causa disso. Que abala a gente, entendeu? (Informação verbal<sup>140</sup>).

Eles vinhéro aqui e falaro da RESEX. Fizéro umas reuniões, encontros pra comunidade aqui. É bom que eles ouviram a gente. Mas ai também tem essas proibções que são ruins pra gente. E as multas tem que cumprir porque é lei. Mas preferia antes. (Informação verbal<sup>141</sup>).

A mesma pergunta foi feita aos moradores da Comunidade do Céu, e as respostas foram similares:

[...] sim sim, eles vieram aqui falar com a gente. Mas assim, tem o lado bom de proteger a natureza, ne? Mas tem muito lado ruim eu não posso nem limpar meu quintal que já levo multa. Na minha época, as casas era combertas com coisa de coco, o assoalho de taboca hoje é proibido mexer no manguezal. Isso eu concordo. Mas querer mandar na casa da gente?(INFORMAÇÃO VERBAL<sup>142</sup>).

Outro morador do Céu afirma que “eles (setor público) não vêm aqui quase. Às vezes vem o ICMBIO, uma época vinha o IBAMA. Mas só isso, só. E a gente fica por aqui fazendo do nosso jeito, como a gente acha que deve ser”. Com essa necessidade de maior atenção às comunidades quando ao desenvolvimento do turismo, visto a ausência do setor público, foi perguntado sobre uma possível integração entre a Comunidade do Céu e a do Pesqueiro. Porém, a resposta é que: “[...] tem uma articulação ne? no turismo porque o S. Catita atravessa pra lá, e nós avisa quando tem gente pra ir no restaurante de lá, ne? e eles tem o boi que a gente não tem, ne? E quando a gente precisa eles vem dançar pra cá. E é isso...”<sup>143</sup>.

Na comunidade do Céu, a participação se mostrou ainda em processo de articulação, pois os moradores entrevistados afirmaram não participar de reuniões e debates de assuntos voltados para o turismo, conforme pode ser percebido na fala de

<sup>140</sup> Entrevistado 05 – Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em julho/2017.

<sup>141</sup> Entrevistado 02 – Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em julho/2017.

<sup>142</sup> Entrevistado 03 – Morador da Comunidade do Céu, entrevista realizada em julho/2017.

<sup>143</sup> Informação verbal coletada em julho de 2017, da presidente da ASMUSPESQ.

um morador da Comunidade do Céu: “eu não participo não. Porque eu acho que nem adianta, porque não muda as coisas. [...]. Se esperar pelo governo, a gente fica abandonado mesmo”<sup>144</sup>.

Outro problema que dificulta a prática do turismo na Comunidade do Céu é o acesso, pois a PA 154, que dá passagem à comunidade corta uma propriedade privada, que mantém restrições para a entrada e saída, tanto dos turistas quanto dos próprios moradores da comunidade do Céu e Caju Una. Entre os moradores entrevistados, perguntou-se sobre sua percepção com relação a existência do planejamento e da gestão pública do turismo na vila do Céu: "Planejamento? Não tá porquê...até porque lá, ela não deixa assim passar. Transporte pra cá com o turista tem que ficar na fazenda dela tudo [...]"<sup>145</sup>, informação que se completa com outro relato:

Eu não sei te dizer. Porque assim, eu não vejo ne? Devia ver essa fazenda ai. Porque a fazenda é dela. Mas não as terras. E ela também trabalha com turismo, ne? Pessoal bate foto... até tavam cobrando. Cada pessoa tinha que pagar 15 reais pra passar pra cá (INFORMAÇÃO VERBAL <sup>146</sup>).

Para os moradores, o acesso pelo portão é permitido com limite de horário, 9 horas até às 21 horas. Para os turistas, além das restrições de horário, também são cobradas taxas, que podem ser taxa individual ou taxa por veículo, inviabilizando ainda mais o acesso e por consequência, o desenvolvimento do turismo. As entrevistas evidenciaram que, comparado ao Pesqueiro, o desenvolvimento do turismo no Céu é tímido, salvo por aqueles que conseguem obter informações para acessar a comunidade, como demonstra a seguinte entrevistada, ao ser perguntada sobre avaliação das ações de turismo organizada pelo setor público:

[...] Porque o turismo funciona até ali na fazenda né? Na fazenda da doutora [...]. Pra cá é difícil. Eles venham, mas é muito difícil vim pra cá? **Mas já teve alguma ação do poder público voltada para o turismo? Olha**, eles já fizeram...agora não sei se eles fizeram aqui né? Só sei que em Soure eles fizeram. Eu soube isso em...Pesqueiro ali no pesqueiros eles sempre fazem esse negócio do turismo né? Eles (turistas) gostam de passear nos igarapé, paga as pessoa pra passear, né? Agora aqui, não. Eu já vi, mas é muito difícil, muito pouco (INFORMAÇÃO VERBAL <sup>147</sup>, grifo da autora, pois foi um complemento de pergunta)

<sup>144</sup> Entrevistado 04- Morador da comunidade do Céu, entrevista realizada em julho de 2017.

<sup>145</sup> Entrevistado 02 - Morador do Céu, informação concedida em julho de 2017.

<sup>146</sup> Entrevistado 01 - Morador do Céu, informação concedida em julho de 2017.

<sup>147</sup> Entrevistado 04 - Morador da Comunidade do Céu, informação concedida em julho de 2017.

Os moradores entrevistados informaram que o setor público não se faz presente na comunidade para desenvolver o turismo, exceto em ações que tratam sobre questões que refletem no cotidiano dos moradores, como: a coleta de lixo, o abastecimento de água potável e banheiros ecológicos, como relata o morador ao ser questionado sobre a participação em atividade organizada pelo setor público a respeito de sensibilização e/ou educação ambiental: “eles nunca mais vieram aqui. Só naquela época mesmo. Às vezes tem reuniões da RESEX, uma vez por ano. Mas só quando tem projeto, essas coisas fora isso ele num vem”<sup>148</sup>.

A comunidade do pesqueiro também se faz presente no conselho gestor tanto da RESEX de Soure, quanto da APA do Marajó. É importante ressaltar que a comunidade não demonstrou clareza quanto à questão de esferas de gestão da RESEX – Instância Federal; e da APA – Instância Estadual.

Essa presença da comunidade nas reuniões do conselho gestor é acompanhada de suas demandas quanto aos anseios para a melhoria do local. A melhoria demandada não se circunscreve apenas aos aspectos turísticos e/ou ambientais, mas de todas as carências existentes: água, saúde, educação, etc. De acordo com as informações coletadas, as demandas são ouvidas, porém passam por uma triagem que assume basicamente dois lados: o lado técnico, que aponta para uma carência de mão de obra (quantidade de técnicos), e o lado econômico, com a necessidade de ampliação do orçamento do Plano Orçamentário Anual (POA).

Quanto à participação das comunidades do Pesqueiro e do Céu em ações, seja de turismo ou as relacionadas à questões ambientais, é importante citar as ações de capacitação que acontecem, anualmente, como é o caso dos cursos promovidos pelo PEQTUR. Os assuntos perpassam por questões de qualificação específica para atender os visitantes, como capacitação para acompanhamento em trilhas, modo de se expressar para com o turista, conhecimentos gerais (primeiros socorros) até cursos sobre meio ambiente e UC<sup>149</sup>. Contudo, apenas um morador entrevistado da comunidade do Céu confirmou sua participação: “teve uns cursos de capacitação aqui, pra gente receber melhor o turista. Mas pra gente planejar mesmo, eu não participei

---

<sup>148</sup> Entrevistado 02- Morador do Céu, informação concedida em julho de 2017.

<sup>149</sup> Informação verbal coletada em outubro, da gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio.



não. Fiz só os cursos sobre unidade de conservação e trilha, e de falar com o turista mesmo”<sup>150</sup>.

Essas capacitações, além de conhecimentos específicos para o turismo, também trazem ferramentas que auxiliam na integração dos comunitários em busca de um objetivo comum – mais turistas para a vila/praias. Além dos cursos de capacitação, a comunidade do Pesqueiro também se faz presente no Conselho Gestor tanto da RESEX de Soure, quanto da APA do Marajó. É importante ressaltar que a comunidade não demonstrou clareza quanto à questão RESEX – Instância Federal; APA – Instância Estadual. Além disso, na entrevista com um membro do IDEFLOR-Bio, foi ressaltada uma parceria articulada entre esta instituição e o ICMBIO.

Essa presença da comunidade nas reuniões do Conselho Gestor da RESEX é acompanhada de suas demandas quanto aos anseios para a melhoria do local. Melhoria não apenas de aspectos turísticos e/ou ambientais, mas de todas as carências existentes: água, saúde, educação etc.

A existência de organizações que possibilitam o diálogo e o envolvimento da comunidade da RESEX (Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Matinha de Soure – ASSUREMAS; Associação de Mulheres e Pescadores do Pesqueiro – ASMUSPESQ; Associação dos Moradores do Povo do Céu - AMPOC, etc.) contribuem para a influência da sociedade nas ações públicas de governo. Além dessas associações civis, há também o conselho gestor da RESEX, que por ser constituído de maioria da sociedade civil, tem maior quantidade de representantes da comunidade local para as decisões a serem tomadas. Para Vazqués Barquero (2002), os processos de desenvolvimento endógeno podem ser definidos a partir da capacidade da própria comunidade local, no que tange ao controle das mudanças ocorridas em uma região. Esse envolvimento da comunidade se encaixa no nível de instituições informais, e exercem papel indispensável no processo de desenvolvimento local.

Em Soure, não se pode afirmar que a comunidade local tenha o controle das mudanças ocorridas em virtude de decisões do setor público, porém, não há dúvida que a existência de arenas de participação e diálogo contribuem para o

---

<sup>150</sup> Entrevistado 03 - Morador da Comunidade do Céu, entrevista realizada em julho/2017.

direcionamento das ações de turismo, principalmente nas comunidades do Pesqueiro e do Céu.

A partir dos dados coletados, pode-se dizer que o turismo na comunidade do Pesqueiro vem alcançando, gradativamente, um desenvolvimento local, de modo que os atores sociais têm utilizado o potencial econômico local, que no caso é o turismo. Para Vasquéz Barquero (2002), a forma de organização da sociedade e das instituições podem ser fatores decisivos nesse processo, além da existência de uma organização produtiva comum, códigos de conduta da população que auxiliam na condução do desenvolvimento coletivo da comunidade e para a comunidade.

Na comunidade do Céu, os moradores, possivelmente por não terem participado de tantas ações do setor público como os moradores do Pesqueiro, ainda são um pouco reticentes nas mudanças ocasionadas pelo turismo. Claro que não é uma realidade única. Os moradores do Céu entrevistados, que já têm alguma articulação com o setor turístico (seja público/privado), vêm se envolvendo cada vez mais. Mas o fluxo turístico ainda é considerado baixo pelos moradores do Céu, e esse fato é associado à porteira da fazenda privada, que limita o acesso à comunidade, principalmente para quem tem dificuldade de locomoção.

### **6.3 Desafios do turismo nas Unidades de Conservação em Soure: o campo das relações socioambientais**

O campo de relações existente em Soure se mostra aberto às influências geradas pelos campos econômico, social e político, com interferências diretas das relações socioambientais. Os agentes que formam essas relações são os setores público e privado, os moradores e os turistas, de modo que cada sujeito tem suas práticas baseadas no seu modo particular de compreensão de mundo, seu *habitus* (BOURDIEU, 1983).

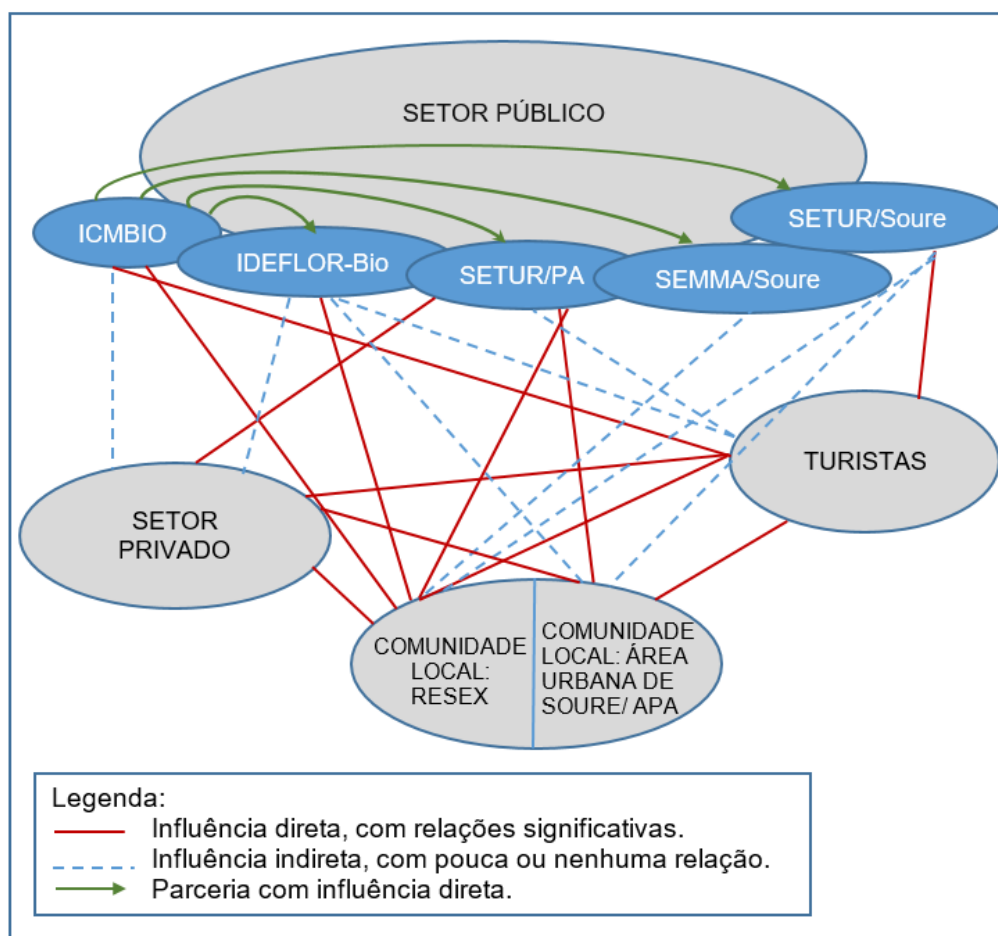
O campo do poder é um campo de forças estruturalmente determinado pelo estado das relações de poder entre tipos de poder, ou diferentes tipos de capital. Também é, de modo inseparável, um campo de lutas de poder entre os detentores de diferentes formas de poder, um espaço de jogo em que aqueles agentes e instituições possuidores de suficiente capital específico são capazes de ocupar posições dominantes dentro de seus campos respectivos, e confrontar os demais utilizando estratégias voltadas para preservar ou transformar as relações de poder (BOURDIEU, 1996, p.265).

Nesse universo de práticas e ações, há um sistema de poder que se mostra permanente pela disputa de espaço. O *habitus* é um “[...] conhecimento adquirido e também um haver, um capital. O *habitus* indica a disposição incorporada, quase postural” que disciplina as ações e comportamentos, do que derivam os campos estruturados e estruturantes.

Esse campo relacional é marcado por conflitos constantes, onde as relações são caracterizadas pelo dinamismo de ações individuais e/ou coletivas, que surgem no interior do campo social, na luta pela predominância de determinadas ideias em sobreposição a outras com possíveis mudanças das estruturas sociais. Os campos se estruturam a partir de interesses diferentes e distribuição desigual de capital (social, econômico, político etc.), que são fatores definidores do arranjo que o sujeito ocupa nesse campo. "Em cada momento, o que define a estrutura do campo é o estado das relações de força entre os jogadores" (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 99). O lugar ocupado pelos agentes pode definir sobre a conservação ou mudança das relações existentes, caracterizando um cenário de permanentes mudanças.

Destaca-se que conceitos de *habitus* e de campo indicam a existência de relações, onde o campo é formado por um conjunto de relações sociais, políticas e históricas que são baseadas em determinadas formas de poder, enquanto o *habitus* é composto por um conjunto de relações construídas dentro dos indivíduos a partir da percepção, compreensão e ação. Para Bourdieu (1983), as relações existentes em um campo são carregadas de poder, o que se reflete na distribuição desigual de capital. Em Soure, conforme a figura 29, é possível perceber a diferença de influência que os agentes recebem e exercem no campo.

**Figura 29** - Campo de relações socioambientais nas Unidades de Conservação em Soure



**Fonte:** Juliana Hamoy (2018).

Percebe-se que o principal desafio para consolidar o turismo numa perspectiva de preocupação socioambiental está, a partir da perspectiva dos setores público, privado, moradores e turistas, em duas palavras: participação e sensibilização. A participação não apenas para conseguir benefícios, mas sobretudo, colaborar, auxiliar e intervir no processo de tomada de decisões em todos os níveis. Buscar uma gestão não exclusiva do setor público, com a integração dos envolvidos para então tomar decisões sobre a gestão da UC. Compreendeu-se que as intenções dos moradores de Soure não estão coadunadas com ICMBIO gerando assim um conflito de interesses e dificultando a busca de um interesse comum. Além disso, os turistas que viajaram para o município fora do período de Julho/2017, não tiveram acesso às atividades e demais informações sobre a RESEX. Essas informações

poderiam viabilizar uma sensibilização ambiental por parte desses turistas.

Porém, buscar ações que estejam integralmente alinhadas entre os setores público e os moradores locais se mostra uma realidade desafiadora, pois no campo social, cada agente possui interesses que podem ou não ser semelhantes. Bordenave (1994) ressalta que a participação não deve ser sacralizada. Isso porque, do mesmo modo que a participação pode resolver conflitos, também pode criá-los. “É um erro esperar que a participação traga necessariamente a paz e a ausência de conflitos” (BORDENAVE, 1994, p. 79). Ainda que pareça contraditório ressaltar a participação e, posteriormente, criticá-la, é necessário compreender que ela não é a ‘tábua de salvação’ dos problemas existentes seja em Soure, em outras UC ou qualquer outra circunstância. Porém, a participação é a “maneira mais evoluída e civilizada de resolver os problemas” (BORDENAVE, 1994, p. 79).

O ICMBIO se mostra disponível ao debate de interesses para o alcance de um objetivo comum – no caso, o turismo. Contudo, as restrições de uso na RESEX acabam por inibir esse debate. A resistência por parte dos moradores da RESEX em aceitar as restrições de uso, bem como a obrigatoriedade de mudança na dinâmica do modo de vida local, são fatores que restringem a integração e um possível diálogo.

A sensibilização da sociedade é outro dos desafios que devem ser ultrapassados, para que esta perceba a relevância desses espaços e fiscalize as ações que ali acontecem. Para minimizar os prejuízos e maximizar os efeitos positivos é necessário que sejam criadas estratégias para o alcance positivo da gestão sobre o manejo e visitação em uma UC, compatibilizando os interesses dos envolvidos. De acordo com Takahashi (2004, p.16), “A chave para a questão é encontrar um consenso entre os envolvidos, sobre quanto do impacto é aceitável”.

O turismo em UC, quando bem planejado e utilizando as ferramentas (Plano de Manejo e Conselho Gestor), pode alcançar os objetivos propostos nas justificativas de criação da UC, favorecer a compreensão e apropriação pelas pessoas e possibilitar as relações com a sociedade. Em Soure, é possível perceber duas realidades distintas: a primeira é na RESEX, sob gestão do ICMBIO, que se mostra um órgão integrado e articulado com as comunidades locais, de modo que os planos, programas, projetos e ações realizadas alcançam os objetivos propostos, no que tange a sustentabilidade e desenvolvimento local, valorizando a fauna, a flora, a cultura e a sociedade, além de promover atividades que possibilitam a sensibilização

quanto à conservação ambiental tanto dos moradores quanto dos visitantes. Afirmar que se trata de um Turismo de Base Comunitária, considerando só conflitos internos localizados principalmente no Pesqueiro, talvez seja prematuro. De todo modo, o turismo existente nas comunidades da RESEX possibilita a existência “de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento” (IRVING, 2009, p. 108).

A segunda realidade é na área urbana de Soure, como município integrante de uma APA, sob gestão do IDEFLOR-Bio, que se mostra um órgão com ações limitadas à parceria na gestão da RESEX, deixando o resto do município com pouca ou nenhuma ação de uso público. A crítica a ser feita passa, principalmente, por uma questão: a desproporcionalidade de 104.140km<sup>2</sup> a serem gerenciados por apenas quatro pessoas. É relevante considerar também as dificuldades orçamentárias e a distância de 90 km entre a sede da gestão (em Belém) e o *lócus* desse estudo. Essa dificuldade se reflete inclusive nas reuniões do conselho gestor da APA, que com a mudança de gestão da equipe responsável pela APA Marajó, ocorrida em agosto/2017, as reuniões do conselho gestor da APA ainda não tiveram continuidade.

Um aspecto relevante sobre a gestão da APA Marajó é a prioridade que tem sido dada às ações ocorridas na RESEX, em parceria com o ICMBIO. A prioridade não é relativa apenas à relevância turística das praias de Soure, mas principalmente pela existência do ICMBIO com sede fixa em Soure, fator que possibilita uma integração mais articulada entre ambos, especialmente na realização dos cursos de qualificação ofertados pela SETUR por meio do PEQTUR. Nesse sentido, é necessário ressaltar um fator citado pelo entrevistado do IDEFLOR-Bio: não é apenas a Instituição ICMBIO, mas os colaboradores que buscam uma integração entre os demais agentes públicos, fato que nem sempre ocorre (informação verbal<sup>151</sup>).

A participação aparece, então, como chave na busca por compatibilizar os interesses entre os sujeitos envolvidos. Isso porque ao compreender o campo social e seus agentes, não se pode analisá-lo de modo isolado. Pelo contrário, é indispensável que o campo social seja considerado em relação às mudanças históricas e sociais.

---

<sup>151</sup> Entrevista com a gestora da APA no período de setembro/2016 a setembro/2017 do IDEFLOR-Bio, em outubro/2017.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da trajetória seguida no decorrer desse estudo, apresenta-se algumas considerações sobre os aspectos priorizados e nele analisados. Com base na problemática trabalhada acerca do Planejamento e da Gestão Pública do Turismo na Unidade de Conservação de Soure, no que se refere à sustentabilidade e ao Desenvolvimento Local, debateu-se sobre essas categorias teóricas, que juntamente com os instrumentos metodológicos, as entrevistas e as imagens contribuíram para a formação dessa pesquisa.

O objetivo geral desse estudo foi analisar o Planejamento e a Gestão Pública do Turismo nas Unidades de Conservação em Soure, no que se refere à sustentabilidade e ao Desenvolvimento Local. Partindo desse objetivo, observou-se em que o planejamento e a gestão do turismo em Soure é realizado sob três aspectos: econômico e social e ambiental. Tratando-se de um município incluso em uma APA estadual e com uma faixa de terra como RESEX federal, que tem uma significativa relevância turística nos cenários regional e nacional. Para que se consiga gerenciar esse campo, alguns agentes se fazem presentes em níveis de governo diferentes. Em nível federal, tem-se o ICMBIO, responsável pela gestão da RESEX, e que tem sede fixa em Soure. Essa gestão perpassa, de modo mais específico, a área litorânea, que é a mais frequentada pelos turistas, em busca das praias. Nos documentos de planejamento que guiam a gestão, há uma preocupação relevante quanto ao uso público das praias de Soure, de modo que os planos, programas e projetos envolvem ações para educação ambiental, fiscalização e etc.

Para alcançar o objetivo geral proposto, foram formulados quatro objetivos específicos, que serão resgatados juntamente com as análises realizadas nesse estudo. O primeiro objetivo específico, sobre a identificação de planos, programas e projetos de turismo nos quais Soure é citada, se existem ações específicas relacionadas a cuidados socioambientais com as características de uma UC, identificou-se que o planejamento e gestão do turismo na APA Marajó, em nível estadual, é coordenado pelo IDEFLOR-Bio e também demonstra um cuidado relevante, principalmente em Soure, ainda que as ações sejam mais esporádicas, se comparadas ao ICMBIO. É importante considerar que o IDEFLOR-Bio possui sede apenas em Belém, e essa distância compromete o trabalho dos gestores. Ainda assim,

há uma mobilização quanto à fiscalizações periódicas e cursos de qualificação, principalmente de trilhas e primeiros socorros. Além disso, a equipe do IDEFLOR-Bio é limitada se comparada a toda a extensão da ilha do Marajó.

A SETUR/PA se volta para um planejamento específico para sol e praia. Soure recebe investimentos públicos do governo estadual, principalmente para a qualificação da mão de obra, de modo que a principal beneficiária dessa qualificação é a comunidade do Pesqueiro, enquanto as demais ficam como coadjuvantes no processo. Nos documentos de planejamento da SETUR/PA, à exceção do PEQTUR, não são citadas ações específicas voltadas ao turismo específico em Unidades de Conservação.

As Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente se mostraram pouco atuantes quanto ao planejamento e gestão pública do turismo em Soure. Não possuem documentos direcionados à temática que guiem suas ações. Ambas deveriam se fazer mais presentes e estabelecer parcerias entre si, considerando que possuem sede física no município e convivem diariamente com a realidade local.

Percebe-se então, que o gestor principal que se faz mais presente no planejamento e gestão pública do turismo em Soure é o ICMBIO. As reuniões frequentes do conselho gestor, o projeto “Praias de Soure”, o projeto “Jovens protagonistas” e as demais atividades citadas no decorrer desse estudo, apontam que a articulação para o desenvolvimento local existe, mas que é voltada não para o município de Soure, mas para a área da RESEX. A percepção que se tem é que, pela dinamização de ações criada pelo ICMBIO, os demais agentes públicos, conseguem ter uma articulação, de modo que é a partir das atividades direcionadas por esse órgão federal que as demais instituições públicas se mobilizam para colaborar em busca de uma atividade turística que traga mais benefícios do que prejuízos à sociedade, ao meio ambiente e aos visitantes.

O segundo objetivo específico, que analisou essas e suas reverberação de alguma forma nos residentes de Soure, de maneira geral, não é possível afirmar que essas ações repercutem de algum modo nos residentes de Soure. Isso porque na área urbana da cidade, muitos moradores sequer sabem da existência das Unidade de Conservação, seja na cidade, seja no Marajó. Os moradores da RESEX foram mais suscetíveis à atividades de sensibilização quanto à questão ambiental, e ainda que



existam muitos conflitos de interesses nessas comunidades, já existe uma compreensão da necessidade de conservação da biodiversidade.

No terceiro objetivo específico, sobre analisar a cadeia produtiva local e sua articulação para o desenvolvimento do turismo em Soure, percebeu-se que o setor privado demonstra ficar à margem desse processo, principalmente o setor hoteleiro. O entendimento é que não se tem uma cadeia produtiva articulada em prol do desenvolvimento local comum. São setores que exercem suas atividades em separado, sem a percepção de que o turismo necessita de serviços que estejam integrados. Um exemplo disso é o desconhecimento da Associação de Turismo do Marajó, onde em conjunto, o setor hoteleiro poderia ter mais voz junto ao setor público e com outros setores da cadeia produtiva, junto com agências, guias, restaurantes etc.

A comunidade do Pesqueiro tem buscado fortalecer sua cadeia produtiva local, baseada na confiança entre os comunitários. Possivelmente pela quantidade de ações, oficinas e reuniões públicas para desenvolver o turismo na comunidade, os moradores entrevistados da referida comunidade demonstraram saber a importância de envolvimento social nas ações públicas. Nesse contexto é importante considerar que a participação dessa comunidade acontece também pelo esforço do ICMBIO em fazê-los se envolver, fato que nem sempre acontece em uma gestão pública.

A Comunidade do Céu demonstra estar cada vez mais articulada e integrada às possibilidades de desenvolvimento local por meio do turismo. A referida comunidade vem tentando encontrar seu lugar no mercado turístico, prova disso foi a construção da pousada e do restaurante pelos próprios comunitários, e pelo recente envolvimento com uma agência de receptivo de Soure, fatores que demonstram que já existe uma organização para o desenvolvimento local por meio do turismo.

A cadeia produtiva local de Soure demonstra uma articulação entre o setor público e as comunidades da RESEX. Mas para o setor privado ainda é possível perceber que o turismo não necessita apenas da qualificação da mão de obra, que inegavelmente é fundamental, e deve ser incentivada. Porém, mais do que qualificação, é a abertura e estímulo para o diálogo entre as agências de viagem, os condutores, as fazendas, os hotéis e todos os prestadores de serviços turísticos. Essa lacuna é percebida pelos turistas, que ao serem entrevistados, ressaltaram a necessidade de melhoria de infraestrutura. E não apenas a infraestrutura turística e/ou

de apoio, mas essencialmente de informações que auxiliem nas práticas turística direcionadas à sociedade e ao meio ambiente.

O quarto objetivo específico, que verificou a existência da participação da comunidade local, integrada ao setor público, nas ações implementadas. A partir dele e da análise desenvolvida no trabalho percebeu-se que as comunidades da RESEX estão mais envolvidas e integradas ao setor público, principalmente os moradores das comunidades do Céu e do Pesqueiro. Nessas comunidades há um envolvimento maior nas ações públicas, especialmente por parte do Conselho gestor da RESEX, no qual o diálogo entre os envolvidos possibilita a elaboração de documentos e ações.

Resgatando a hipótese que norteou esse estudo, onde afirmava-se que o Planejamento e a Gestão Pública do Turismo nas Unidades de Conservação em Soure não seriam direcionados e regidos no que se refere à sustentabilidade e o desenvolvimento local e também não haveria integração eficaz entre a cadeia produtiva do turismo no local, pode-se afirmar que o planejamento e a gestão pública do turismo para Soure é limitado às praias, de modo mais específico às praias do Pesqueiro e Barra Velha, ambas localizadas na área da RESEX, onde há um acompanhamento e um diálogo estabelecido por meio do ICMBIO, que articulou parcerias com o IDEFLOR-Bio, com a SETUR/PA, com a SETUR/Soure e a SEMMA/Soure. Cada parceria tem um grau diferente de envolvimento, porém em conjunto estas demonstraram a possibilidade de uma sensibilização das comunidades para o alcance de um turismo que seja organizado pelos próprios moradores e possibilite o desenvolvimento local.

Na área urbana de Soure não foram identificadas ações que integrassem os moradores e/ou os turistas na tentativa de um turismo que pudesse trazer o desenvolvimento local. Os hotéis, em especial, se fecham em si próprios, o que dificulta um diálogo em busca de um objetivo em comum, além da ausência de uma integração da cadeia produtiva do turismo local.

Como proposições, a partir desse trabalho, para o Planejamento e Gestão Pública do Turismo nas UC em Soure, recomenda-se inicialmente a divulgação das informações sobre a RESEX e a APA. Divulgação no *marketing* realizado pelas agências e Secretarias de Turismo Municipal e Estadual na oferta do destino turístico Marajó, além de placas informativas tanto nos portos e terminais hidroviários de Belém

e Soure como por esta cidade. Informações sobre a RESEX e sobre a APA, e sinalizações que auxiliem moradores e turistas no deslocamento por Soure.

Indica-se também que seja criado um sistema de transporte público, que facilite a locomoção interna na cidade tanto para moradores quanto para os turistas. Com os dados coletados no decorrer da pesquisa de campo, observou-se essa carência que influencia diretamente no cotidiano dos moradores de Soure, de modo especial das comunidades da RESEX, e dos turistas que buscam autonomia na realização de passeios e outras atividades.

Para estimular o envolvimento de proprietários de empreendimentos turísticos privados e moradores de Soure (especialmente da área urbana), é imprescindível que seja criado um espaço de diálogo onde esses agentes sejam estimulados a participar e interagir entre os envolvidos da cadeia produtiva local. Esse é um processo longo, baseado na confiança entre todos os agentes: setor público, setor privado e moradores locais. Outro aspecto importante sobre o envolvimento da cadeia produtiva local é a realização das reuniões do Conselho Gestor, tanto da APA quanto da RESEX, que possibilita o diálogo e a troca de ideias entre as esferas de governo e os moradores locais.

No intuito de um planejamento efetivo, principalmente a nível municipal, faz-se indispensável a elaboração de um processo de planejamento a partir de um diagnóstico de oferta e fluxo de turistas, as ações a serem realizadas sejam mais realistas com o contexto local, além do envolvimento dos moradores locais, setor privado e setor público (SEMMA/Soure, ICMBIO, IDEFLOR-Bio e SETUR/PA).

Recomenda-se também, por fim, que o setor público das áreas de turismo e meio ambiente, em nível municipal, estadual e federal, se articulem e integrem de modo mais efetivo, buscando ações socioambientais em todo o espaço de Soure, como APA e como RESEX. As ações voltadas para a RESEX, principalmente praia (e comunidade) do Pesqueiro, são importantes, porém, as demais praias (e comunidades) também merecem esse estímulo ao turismo como possibilidade de complementação de renda. Essas ações devem ser realizadas também na área urbana de Soure, respeitando as esferas de governo e suas responsabilidades.

O desenvolvimento local e a sustentabilidade em Soure é um processo que vem caminhando e que aos poucos vem alcançando alguns resultados e enfrentando alguns obstáculos. A partir do efeito multiplicador do turismo, esta atividade representa

uma alternativa para o desenvolvimento local e/ou regional de maneira a preservar a identidade local, conservar os patrimônios (natural e cultural) e dinamizar a economia de Soure e suas comunidades. Ressaltando, porém, que para uma localidade ser turística é necessário que, além de atrativos, disponha também de uma combinação de serviços de acesso e infraestrutura, e Soure e suas comunidades necessitam dessa estruturação urbana, para uso dos moradores e dos visitantes.

O turismo pode viabilizar o desenvolvimento local para uma comunidade, porém, em Soure, é um tanto contraditório, pelo fato de não existir o estudo de fluxo de turistas, para saber qual o valor deixado no município pelos visitantes. Contudo, há uma satisfação entre os moradores em saber que pessoas de vários estados e de vários países vão ao seu lugar de moradia.

De modo específico, é importante considerar que o turismo como elemento fundamental na complementação da renda local e pode colaborar para a sensibilização de moradores e turistas, juntamente com o diálogo e participação dos setores público e privado na busca pelo desenvolvimento local do município. Além disso, o envolvimento de todos os agentes da cadeia produtiva, com ações de planejamento e gestão pública do turismo que são indispensáveis para a melhor condução da atividade, com a viabilidade de um turismo com o máximo de benefícios econômicos e sociais e o mínimo de danos ambientais, que possibilite aos envolvidos, em especial moradores e turistas, uma experiência que estabeleça vínculos afetivos e contribua para a sensibilização para com o meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. A. **Administração do turismo. V. I.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- ALBERTO, D. P. S. **Políticas Públicas, Turismo e Unidades de Conservação Municipais:** uma experiência em Cancão, Serra Do Navio, Amapá. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável). - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- ALMEIDA, M. do P. S. R. de. **Observação de aves no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia:** uma contribuição para a conservação ambiental da unidade e ao desenvolvimento turístico do estado do Pará. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 2013.
- ALMINO, J. A filosofia política do ecologismo. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas; UFPA; NAEA, 2006. p. 27-50.
- ALVES *et al.* O caranguejeiro. In: BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Projeto Jovens protagonistas.** Soure, 2015.
- AMARAL FILHO, O. **Marca Amazônia:** o marketing na floresta. Curitiba, PR: CRV 2016.
- AMMANN, S. B. **Participação social.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- AZEVEDO, F. F. FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. de. M.; MARANHÃO, C.H. da. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: \_\_\_\_\_ (Orgs), **Turismo em foco.** Belem: NAEA, 2013.
- AZEVEDO, S.; ANASTASIA, F. Governança, “Accountability” e Responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 1, 85, 2002
- BANDUCCI JUNIOR, A.; BARRETTO, M. (Orgs.) **Turismo e identidade local:** uma visão antropológica. Campinas: Papyrus, 2001.
- BAHIA, M. C. **Lazer - meio ambiente:** em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. 2005. Dissertação (Mestrado em Pedagogia do Movimento e Lazer). - Núcleo de Corporeidade, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará.** 2012. 300 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

BANDEIRA Azul. **O programa**. Disponível em: < <http://www.bandeiraazul.org.br/sobre/>>. Acesso em 17. jan. 2018.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2002.

BATISTA, K. N.; NOGUEIRA, A. F. de S. Povos indígenas do Marajó: os Anajás. In: Colóquio de Letras da FALE/CUMB, III, 2016, Breves. **Anais...** Breves, Universidade Federal do Pará, 18, 10 e 20 fevereiro 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 2002.

\_\_\_\_\_; SANTOS, R. J. dos. Fazer científico em turismo no Brasil e seu reflexo nas publicações. **Revista Turismo - Visão e Ação**, v. 7, n. 2, p. 357 – 364, maio/ ago. 2005.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

BICHO D'ÁGUA. **Conservação socioambiental**. Disponível em: <<https://projetobichodagua.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 10. fev. 2018.

BOULLÓN. R.C. **Os municípios turísticos**. Bauru, SP: Educs, 2005.

BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

\_\_\_\_\_. **The state nobility: elite schools in the field of power**. Stanford: Stanford University Press, 1996.

\_\_\_\_\_; WACQUANT, L. J. D. **Um convite a Sociologia Reflexiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BRASIL. Casa Civil. Decreto de 22 De Novembro de 2001. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure no Município de Soure, Estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 4, seção 1, 23. nov. 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, DF, 2000.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC\\_FEV17%20-%20B\\_Cat.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_FEV17%20-%20B_Cat.pdf)> Acesso em: 06. Jun. 2017a.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**, Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>. Acesso em: 01.jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010rpu.asp?o=6&i=P>>. Acesso em: 01. dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Memória - 1a Reunião do GT de Uso Público da RESEX Marinha de Soure**. Pauta – finalização do Plano de Ação, 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Projeto Jovens protagonistas**. Soure, 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Projeto de capacitação de jovens: Orientações - projeto piloto**. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Diretrizes e princípios para o Turismo de Base Comunitária**. Brasília, DF, 2017b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Relatório do Projeto “Praias de Soure, nosso paraíso marajoara”**. Soure, 2017c.

\_\_\_\_\_. Portal da Transparência. **Consulta por função orçamentaria**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 04. Jan.2018.

\_\_\_\_\_. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. **Quadro comparativo das categorias**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/o-snuc/quadro-comparativo-das-categorias>>. Acesso em 15. Fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Estado. **Lua Nova: Revista de cultura e política**. n. 81. São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo .php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452010000300006](http://www.scielo.br/scielo .php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000300006)>. Acesso em> 01. mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: OLIVEIRA, R. de. **Gestão pública: democracia e eficiência uma visão prática e política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 9 - 14.

BRUSECKE, F. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, L.; VIOLA, E. (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JÚNIOR. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 24, p. 39-56, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

CARDOSO, M. do S. da C. Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: Práticas Sociais e Ordenamento do Território. In: MARIN et al. **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CASTRO, E. **Desenvolvimento, pós-desenvolvimento e sustentabilidade** (Ciclo de Formação Interdisciplinar / Sociedade, Natureza e Desenvolvimento). Unidade I – Desenvolvimento e Meio Ambiente. Santarém: Ufopa, 2012.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 295 – 316.

CORIOLOANO, L.N.M.T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **PASOS**: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, v. 1, n. 2, p. 161-171. jun. 2003.

\_\_\_\_\_. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009

COSTA, P. C. **ABC do turismo**: ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA, Leonardo Silva Guimarães Martins da. Uma visão sistêmica dos fundos federais. Brasília: Ministério da Fazenda, **Secretaria do Tesouro Nacional**, 2012. (Textos para Discussão do Tesouro Nacional, 7). Disponível em: <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/textos\\_discussao/downloads/td7.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/textos_discussao/downloads/td7.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

COZZOLINO, L. F.; IRVING, M. de A. Avaliação de gestão em unidades de conservação: um caminho teórico e metodológico possível a partir da ótica da governança. In: SAPIS, I. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.

CRUZ, M. E. M. **Soure**: pérola do arquipélago de Marajó. Belém: Lima, 1999.

\_\_\_\_\_. **Marajó**: essa imensidão de ilha. São Paulo: M.E.M. Cruz, 1987.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Roca, 2000.

DALLARI, S. G. Proteção à intimidade, confidencialidade e o sigilo na pesquisa em saúde. In: GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (Orgs.). **Ética em**



**pesquisas em ciência humanas e sociais na saúde.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

DANIELI, M. A.; DICK, E.; ZANINI, A. M. Conselho Gestor de Unidades de Conservação. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Gestão participativa em unidades de conservação:** Uma experiência na Mata Atlântica. Rio do Sul, SC: Editora APREMAVI, 2012.

DEMO, P. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 2001.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003b.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, USP, 2000.

DOUROJEANNI, M.J. Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil. In: BAGER, A. **Áreas protegidas:** conservação no âmbito do Cone Sul. Pelotas, 2003. p. 1-20.

ELIAS, N. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

FENNEL, D. **Ecoturismo:** uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: \_\_\_\_\_; GUERRA, L. (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas, UFPA, NAEA, 2006. p. 129 – 166.

FERREIRA, Pinto. **Curso de direito agrário.** São Paulo: Saraiva, 1994

FIGUEIREDO, S. J. de L. **Turismo e cultura:** mudança cultural em Soure (Ilha de Marajó) em decorrência da exploração do ecoturismo. **1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido).** - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1998.

\_\_\_\_\_; NOBREGA, N. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; AZEVEDO, F (Orgs). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo.** Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 11 – 37.

\_\_\_\_\_. Turismo en comunidades de la Amazonia: fiestas e rituales en la isla Marajó-Brasil. **Estudios y perspectivas en Turismo,** Buenos aires, v. 9, n. 1/2, p. 84-98, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia.** Belém: NAEA/UFGPA, 1999a.

\_\_\_\_\_. Viajantes e turistas, visões de comunidades de Soure e Salvaterra - Marajó/PA. In: Encontro IFNOPAP Memória e Comunidade, entre o rio e a floresta, 3, 1999, Belém e Santarém. **Anais...** Belém: UFGPA, 1999b. v. 1, p. 41-42

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo:** as possibilidades das redes regionais de turismo. Niterói: UFF: 2008.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ. **Boletim de Turismo do Estado do Pará.** Belém, 2016.

GALLERO, L. El Impacto de la globalización sobre el turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

GODARD, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do trópico úmido—** conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup NAEA/UFGPA, 1997.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo:** princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Eduardo L dos S. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá.** 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

HALL, C. M. **Planejamento do turismo:** políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

HAMOY, J. A. FARIAS, K. S. FIGUEIREDO, S. L. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas. In: BAHIA, M. C. e FIGUEIREDO, S. L. (Orgs.). **Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer.** Belém: NAEA, 2016.

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons.** Science. 1968. Acesso em: 03. mai. 2017. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf>>.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental.** Porto: Universidade de Algarve, 2006.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO M. **Elaboração do Plano de Negócio de Turismo de Base Comunitária da Reserva Extrativista Marinha de Soure**. 2012.

IRVING, M. de A. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p. 47-67.

\_\_\_\_\_. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs).

**Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOSÉ FILHO, M. **Pesquisa: contornos no processo educativo**. In: JOSÉ FILHO, M; DALBÉRIO, O. Desafio da pesquisa. Franca: Unesp, FHDSS, p. 63-75. 2006.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas – SP: Papirus, 2002.

LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** Rio de Janeiro: Proposta, 1997.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental**; Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEUZINGER, M. D. **Natureza e cultura: unidades de conservação de proteção integral e populações tradicionais**. Curitiba: Letra da Lei, 2009.

LINDBERG, K. Economic impacts. In: WEAVER, D. (Org.). **The encyclopedia of ecotourism**. United Kingdom: Cabi Publishing, 2001.

\_\_\_\_\_. HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 2002.

LOBATO, G. de J. M. *et al.* Reserva extrativista marinha de Soure, Pará, Brasil: modo de vida das comunidades e ameaças ambientais. **Revista Biota Amazonia**. Macapá, v. 4, n. 4, p. 66-74, 2014.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, L. H. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. **Caderno Virtual de Turismo**, UFRJ, v. 8, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 51-9, set. 2002.

MIRANDA NETO, M. J. **Marajó**: desafio da Amazônia- aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento. Rev e atual. Belém: EDUFPA, 2005.

MARIN R. E., CASTRO, E. M. R. Prefácio. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, NAEA/UFPA, 2006.

MARIN, R. E. . Quilombolas e ribeirinho no Arquipélago do Marajó: deslocamentos da “regularização fundiária” e da “proteção ambiental”. In: MARIN, Rosa Elizabeth. **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

MATUS, C. **Adeus senhor presidente**: Planejamento, antiplanejamento e governo. Recife: Editora Litteris, 1989.

MAY, T. **Pesquisa Social**: Questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEZES, E. M. SILVA; E. L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

MILANO, M.S. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000, v.1 p 11 – 20.

MOLINA, S. **Turismo**: Metodologia e Planejamento. Bauru: EDUSC, 2005.

MOURA, E. A. F. **Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá Estado do Amazonas, Brasil. 2007**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2007.

NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da sustentabilidade:** do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos avançados. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

NASCIMENTO, I. L. B. do; NÓBREGA, W. R. de M. Turismo e desenvolvimento local: um ensaio sobre o corredor cultural em Mossoró/RN. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 20, jun. 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/20/crescimento.html>. Acesso em: 20. Mai. 2017.

NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. **Ecoturismo:** práticas para o turismo sustentável. Manaus: Ed. Vale, Uninorte, 2004.

\_\_\_\_\_. Uso Público nas Unidades de Conservação. In: CASES, M. O. (Org.). **Gestão de Unidades de Conservação:** Compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF/Ipê. Instituto de Pesquisas Ecológicas. Brasília, DF: WWF Brasil, 2012.

NOBREGA, W. Turismo em áreas naturais e sua relação com a comunidade local: uma reflexão sobre o ecoparque de Una-BA. **Revista Eletrônica Caminhos de Geografia**, Uberlândia. v. 15, n. 5, jun. 2005, p.13-19. Disponível em: [http://www.ig.ufu.br/caminhos\\_de\\_geografia.html](http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html). Acesso em: 29 jun. 2017.

OLIVEIRA, R. de. **Gestão pública:** democracia e eficiência: uma visão prática e política. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

PARÁ, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Roteiro metodológico para a elaboração de plano de manejo das Unidades de Conservação do Estado do Pará.** Belém: SEMA, 2009a.

\_\_\_\_\_, Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. **A Área de Proteção Ambiental do Marajó.** Disponível em: <<http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-marajo/apa-marajo/>>. Acesso em: 07 maio 2017a

\_\_\_\_\_. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. **Unidades de Conservação.** Disponível em: <<http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-marajo/apa-marajo/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Turismo do Estado do Pará. PLANO VER-O-PARÁ. Plano estratégico de turismo do Estado do Pará. 2012 – 2020. **Relatório Executivo.** 2012

\_\_\_\_\_. Companhia Paraense de Turismo. **Resumo Executivo do Pólo Marajó – PA/ Ministério do Turismo.** PARATUR. Belém: Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará. **O que é a SEMAS?** 2007. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/institucional/o-que-e-a-sema/>. Acesso em: 06 fev. 2018.

SARRAF-PACHECO, A. **História e literatura no regime das águas: práticas culturais afroindígenas na Amazônia Marajoara**. Belém: Unama, 2009

\_\_\_\_\_. A Conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In; SCHAAN, D; MARTINS, C. (Orgs). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônica marajoara**. Belém: GKONORA, 2010

PASSOLD, A. J.; KINKER, S. M. S. Visitação sustentável em unidades de conservação. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; RUSCHMANN, D V. de M. (Orgs.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PINTO, P. M. **Unidades de Conservação, turismo e exclusão social no Parque Estadual Serra dos Martírios/ Andorinhas**. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Pará, Belém, 2006

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da Princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/Maiandeuá**. 2003. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2003.

QUARESMA, J. B. **Informe técnico: ilha de Marajó**. S. l.: s. e., 1999.

QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1969.

RABAHY, W. A. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. São Paulo: Manole, 2003.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local – do discurso a eficácia**. Apresentação de Trabalho, 2003. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/01.pdf>>. Acesso em: 01. Mai.2017.

\_\_\_\_\_. Turismo local: oportunidades para inserção. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 55-64.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, Fundap, 1993

- \_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo, SP: Vértice. 1986.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHAAN, D. P. **A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara.** Porto Alegre: EDUPUCRS, 1997
- \_\_\_\_\_. A arte da cerâmica marajoara: encontros entre passado e o presente. **Habitus**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 99-117, jan./ jun. 2007.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, J. A. S. A localização das atividades turísticas no espaço. Revista de desenvolvimento econômico. Salvador-Ba: UNIFACS, ano VI, n.9, p. 73-82, jan./2004.
- SOURE. **Reorganização administrativa, criação de cargos e funções comissionadas da Prefeitura Municipal de Soure.** Prefeitura Municipal de Soure. Soure/PA, 2000.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Soure. **LEI Nº 3.311/2014.** Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Soure, para o período de 2014 a 2017. 2014.
- SOARES, E. C. L. **Roceiros e vaqueiros na ilha grande de Joanes no período colonial.** 153 f. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Nucleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2002.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul/ dez. 2006.
- SOUZA, M. J. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1999. p. 17 –42
- SOUZA, A. L. de. Evolução do sistema agrário do Marajó: uma perspectiva sócio-histórica. **Terceira Margem Amazônia**, v. 1, n. 3-4, São Paulo : Outras expressões, 2014.
- TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação.** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. out. 2004
- TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2002.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VENANCIO, V. L. S.; PESSÔA, M. O Diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.) **Geografia e pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

VERÍSSIMO, A. *et.al.* **Áreas protegidas na Amazônia brasileira**: avanços e desafios. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos de sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elisabete Barbosa. Brasília: EDUNB, 1994. cap. III. v. 1

WEINSTEIN, B. **A Borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec. 1993.

YÁZIGI, E. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009.



## APÊNDICE A

### FORMULÁRIO PARA OS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- Solicitamos sua colaboração acerca do planejamento e da gestão pública do Turismo na Unidade de Conservação de Soure, sobre a sustentabilidade e ao desenvolvimento local de uma Unidade de Conservação.

1. Nome e sobrenome:
2. Função que exerce:
3. Sexo: ( ) Feminino; ( ) Masculino;
4. Grau de escolaridade: ( ) Ensino fundamental; ( ) Ensino fundamental Incompleto; ( ) Ensino Médio; ( ) Ensino Médio incompleto; ( ) Superior completo; ( ) Superior incompleto; ( ) Pós-graduando; ( ) Pós-graduado.
5. Houve algum tipo de ação consultiva e/ou educativa por parte do setor público para com a comunidade local antes da instituição da UC?
6. Existem planos, programas e projetos para o desenvolvimento do Turismo em Soure que estejam em execução? Qual/quais?
7. De que modo as ações de Turismo do setor público são direcionadas às questões socioambientais na UC de Soure?
8. Existe alguma ferramenta administrativa para mensurar os efeitos positivos e negativos do turismo (sejam efeitos ambientais, sociais, culturais, econômicos)? Como é feita essa mensuração?
9. Qual a sua compreensão do Turismo em UC? Como deve ser e qual a relevância para existir essa diferenciação para o uso turístico?
10. Existe espaço/abertura para o envolvimento da iniciativa privada e dos moradores locais no processo de gestão da APA no que tange o Turismo?
11. Se sim, como ocorre essa integração?
12. A partir desse envolvimento, como são recebidas e incluídas as questões propostas pela iniciativa privada e moradores locais no planejamento local?
13. Existe algum tipo de triagem dessas propostas?

**APÊNDICE B****FORMULÁRIO PARA A INICIATIVA PRIVADA  
(Agência, Hotel e Condutor de turistas)**

- Solicitamos sua colaboração acerca do planejamento e da gestão pública do Turismo na Unidade de Conservação de Soure, sobre a sustentabilidade e ao desenvolvimento local de uma Unidade de Conservação.

1. Nome e sobrenome:
2. Função que exerce:
3. Sexo: ( ) Feminino; ( ) Masculino;
4. Grau de escolaridade: ( ) Ensino fundamental; ( ) Ensino fundamental Incompleto; ( ) Ensino Médio; ( ) Ensino Médio incompleto; ( ) Superior completo; ( ) Superior incompleto; ( ) Pós-graduando; ( ) Pós-graduado.
5. Você tem conhecimento sobre a Unidade de Conservação de Soure/Marajó? Se sim, essa informação é repassada ao cliente?
6. Existe alguma informação diferenciada acerca da Unidade de Conservação e dos cuidados necessários que seja informada ao cliente?
7. Existe algum envolvimento entre as ações propostas pelo poder público e organizações privadas?
8. A partir desse envolvimento, como você percebe que são recebidas e incluídas as questões propostas pela iniciativa privada e moradores locais no planejamento local?
9. Você entende que existe algum tipo de triagem dessas propostas?

## APÊNDICE C

### FORMULÁRIO PARA A MORADORES

- Solicitamos sua colaboração acerca do planejamento e da gestão pública do Turismo na Unidade de Conservação de Soure, sobre a sustentabilidade e ao desenvolvimento local de uma Unidade de Conservação.

1. Nome:
2. Função que exerce:
3. Há quanto tempo mora em Soure:
4. Onde nasceu:
5. Faixa Etária: ( ) 15 a 19 anos; ( ) 20 a 29 anos; ( ) 30 a 39 anos; ( ) 40 a 49 anos; ( ) 50 a 59 anos; ( ) acima de 60 anos;
6. Grau de escolaridade: ( ) Ensino fundamental; ( ) Ensino fundamental Incompleto; ( ) Ensino Médio; ( ) Ensino Médio incompleto; ( ) Superior completo; ( ) Superior incompleto; ( ) Pós-graduando; ( ) Pós-graduado.
7. Você tinha conhecimento sobre a Unidade de Conservação de Soure?
8. Se sim, como você tomou conhecimento? Houve algum tipo de ação consultiva e/ou educativa por parte do setor público antes da instituição da UC?
9. Quais as mudanças identificadas nas ações públicas de Turismo após a instituição da APA/RESEX?
10. Há algum acompanhamento pelo setor público para com os moradores quanto às restrições de uso?
11. Existe algum envolvimento entre as ações propostas pelo poder público e as sociedades civis organizadas?
12. A partir desse envolvimento, como você percebe que são recebidas e incluídas as questões propostas pela iniciativa privada e moradores locais no planejamento local?
13. Você entende que existe algum tipo de triagem dessas propostas?

## APÊNDICE D

### FORMULÁRIO PARA OS TURISTAS

- Solicitamos sua colaboração acerca do planejamento e da gestão pública do Turismo na Unidade de Conservação de Soure, sobre a sustentabilidade e ao desenvolvimento local de uma Unidade de Conservação.

1. Sexo: ( ) Feminino; ( ) Masculino;
2. Onde nasceu:
3. Faixa Etária: ( ) 15 a 19 anos; ( ) 20 a 29 anos; ( ) 30 a 39 anos; ( ) 40 a 49 anos; ( ) 50 a 59 anos; ( ) acima de 60 anos;
4. Grau de escolaridade: ( ) Ensino fundamental; ( ) Ensino fundamental Incompleto; ( ) Ensino Médio; ( ) Ensino Médio incompleto; ( ) Superior completo; ( ) Superior incompleto; ( ) Pós-graduando; ( ) Pós-graduado.
5. Como você soube/adquiriu o pacote turístico para Soure?
6. Quantas vezes você já veio a Soure? Desde que ano você frequenta Soure?
7. Você tinha conhecimento sobre a Unidade de Conservação de Soure?
8. Se sim, como você tomou conhecimento?
9. Você sabia que o turismo em unidades de conservação exigem alguns cuidados socioambientais? Quais desses cuidados você considera importante? Por que?
10. Você percebe algum desses cuidados aqui em Soure?
11. Você teve algum tipo de ação educativa por parte do setor público aqui em Soure? Você considera essas ações importantes?
12. Você percebeu algum acompanhamento/fiscalização pelo setor público para com os visitantes quanto às restrições de uso?
13. Como você avalia a infraestrutura turística de Soure?
14. Quais suas sugestões para melhorar a infraestrutura do turismo local?



## Extrato da solicitação Nº 59573 em PDF - Gerado em: 10/07/2017 as 10:07:01 horas

### Dados básicos da Solicitação

Nº da solicitação: 59573	Situação atual: Submetida para análise	Data da situação atual: 10/07/2017
Tipo da solicitação: Autorização para atividades com finalidade científica		
Título do Projeto: Turismo em Unidades de Conservação e o Desenvolvimento Local em Soure/PA		

### Dados do pesquisador

Nome: Juliana Azevedo Hamoy	Nacionalidade: Brasileira	CPF: 00616536240	E-mail: julianah_@hotmail.com	Identidade: 4306254 pc PA
Endereço: tv. apinagés, 15				
Bairro: batista campos	CEP: 66025-080	Município: BELEM	UF: PA	Fone: (0xx91) 3222-0191 Fax:
Profissão: Outros	Nível escolar: Terceiro grau			

### Dados do vínculo institucional

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23	Fone: (0xx98) 111-1089
Tipo de vínculo: Aluno regular de pós-graduação		Email: mirfeidebahia@gmail.com.br
Observação: Pesquisa realizada com Auxílio da Bolsa CNPQ 1647882015-8		

### Atividades da solicitação

Descrição das atividades/substrato		Tipo do item
Pesquisa socioambiental em UC federal		Atividades
Pesquisa em unidade de conservação federal		Atividades

## ANEXO A Autorização SISBIO



Locais onde as atividades serão executadas

Descrição do local	Bioma	Município	UF	Tipo do local	Abrange caverna?
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE	Amazonia		PA	UC Federal	Não

Cronograma de atividades

Descrição da atividade	Data início	Data Fim
Visitas à campo para coleta de dados (principalmente por meio de entrevistas)	18/07/2017	30/06/2018

Áreas do conhecimento

Descrição da atividade
Ciências Sociais

Dados básicos

Nome do campo	Descrição
Introdução/Justificativa	A presença da atividade turística fortemente ativa no lugar, apesar de ser uma UC que exige atenção quanto aos cuidados socioambientais. Em se tratando de uma UC com fluxo de turistas, existem certas restrições de uso que devem ser administradas pela gestão pública e guiadas por um planejamento do turismo na busca do desenvolvimento local.
Objetivo geral	analisar o planejamento e a gestão pública do Turismo na Unidade de Conservação Soure, no que tange a sustentabilidade e ao desenvolvimento local de uma Unidade de Conservação
Objetivos específicos	? Identificar nos planos, programas e projetos de Turismo, nos quais Soure é citada, se existem ações específicas relacionadas à cuidados socioambientais com as características de uma UC ; ? Analisar como a cadeia produtiva se articula para o desenvolvimento do Turismo na UC de Soure; ? Verificar se há participação da sociedade civil organizada, integrada ao setor público, nas ações implementadas (diálogo, oficinas, fiscalização).
Material e métodos	Pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas (a serem gravadas e transcritas), observação não participante. SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993 _____. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. SP: Vértice, 1986. RUSCHMANN, D. V. de M. Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente. Campinas: Papirus, 1997. FIGUEIREDO, S. J. de L. Turismo e Cultura: mudança cultural em Soure (Ilha de Marajó) em decorrência da Exploração do Ecoturismo. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Dissertação), Belém, 1998. _____. Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia. Belém: Naea/ UFPA, 1999. _____. NOBREGA, N. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. IN _____. AZEVEDO, F (ORGs). Perspectivas contemporâneas de análise em turismo. Belém: Naea/UFPA, 2015 DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 3ª edição ? São Paulo: Hucitec, USP, 2000 NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. Ecoturismo ? Práticas para o turismo sustentável. Manaus: Ed. Vale/ Uninorte, 2004. _____. Uso Público nas Unidades de Conservação. In: Gestão de Unidades de Conservação: Compartilhando Uma Experiência de Capacitação. Realização: WWF/Ipê ? Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: Maria Olatz Cases. WWF Brasil, Brasília, 2012.
Referências bibliográficas	



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

#### Histórico da Solicitação

Data/hora	Nome do funcionário	Unidade	Descrição da situação	Observação
10/07/2017 10:22			Submetida para análise	
10/07/2017 10:11			Em elaboração	

#### Histórico da distribuição

Tipo da Distribuição	Data	Unidade	Fone da Unidade	Lim. Receber	Lim. Parecer	Descrição da situação
Emissão de Parecer (análise obrigatória)	10/07/2017	SOURE	(0xx91) 3741-1351	19/07/2017	31/07/2017	Aguardando recebimento